

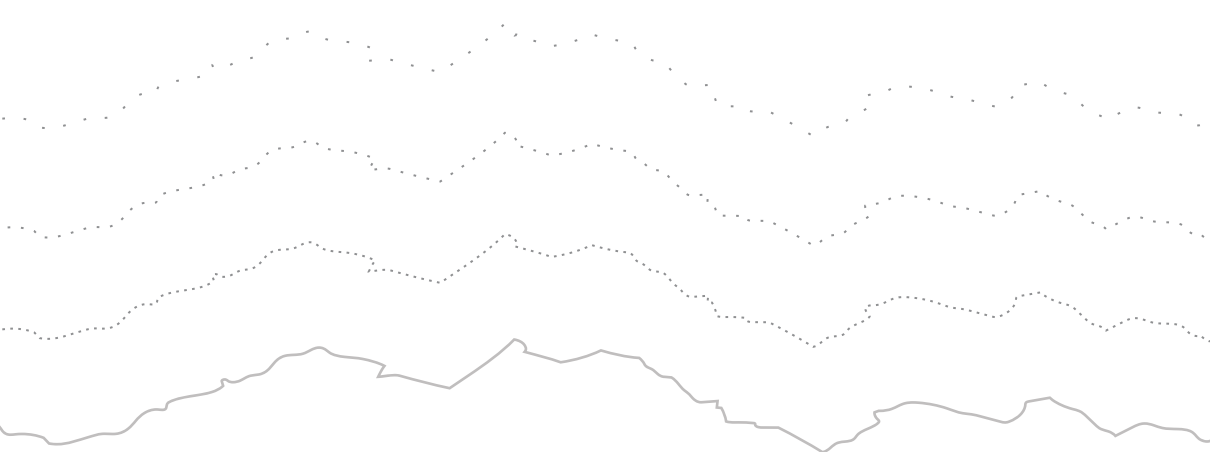
Sebastião P. G. de Cerqueira-Neto

DA CIENTIFICIDADE DE
MILTON SANTOS
AO ATIVISMO DE
BOAVENTURA
DE SOUSA SANTOS

Uma proposta de geografia popular



EDUFBA



DA CIENTIFICIDADE DE
MILTON SANTOS
AO ATIVISMO DE
BOAVENTURA
DE SOUSA SANTOS

Uma proposta de geografia popular



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Sebastião P. G. de Cerqueira-Neto

DA CIENTIFICIDADE DE
MILTON SANTOS
AO ATIVISMO DE
BOAVENTURA
DE SOUSA SANTOS

Uma proposta de geografia popular

Salvador
EDUFBA
2020

Sebastião P. G. de Cerqueira-Neto, 2020.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e projeto gráfico
Miriã Santos Araújo

Revisão
Mariana Santos

Normalização
Bianca Rodrigues de Oliveira

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

.....
Cerqueira – Neto, Sebastião P. G. de.

Da cientificidade de Milton Santos ao ativismo de Boaventura
Sousa dos Santos : uma proposta de geografia popular / Sebastião P.
G. de Cerqueira - Neto. - Salvador : EDUFBA, 2020.
137 p. : il.

ISBN: 978-65-5630-023-8

1. Geografia - Brasil. 2. Geografia popular. 3. Geografia cultural.
4. Cartografia. I. Título

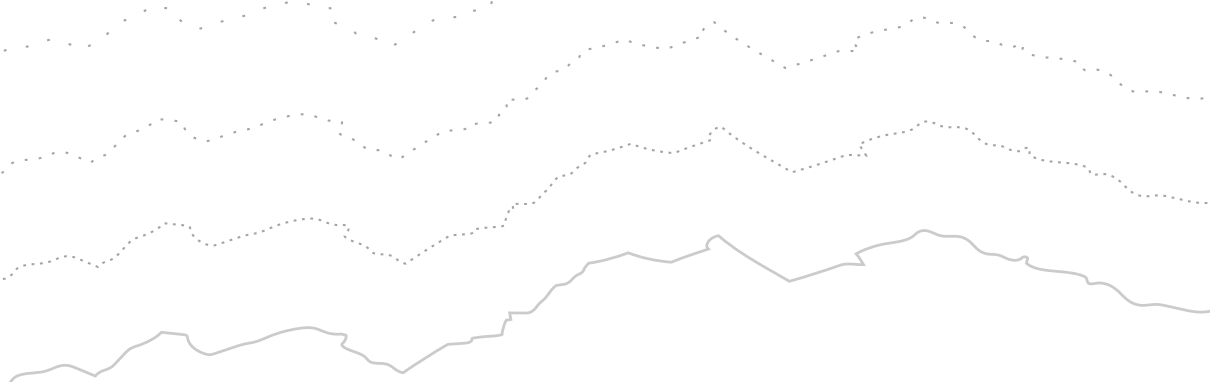
CDD – 918.1
.....

Elaborada por Jamilli Quaresma
CRB-5: BA-001608/0

Editora afiliada à



Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164



DEDICATÓRIA

Ao meu filho, Pedro, que me mostra todos os dias
que o autismo também é uma forma de ignorar
as fronteiras geográficas.



AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois, sem o apoio financeiro, seria impossível realizar o pós-doutorado na Universidade de Coimbra (UC).

Ao Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, que se disponibilizou a refletir comigo sobre as desigualdades territoriais, um assunto tão caro para a geografia quanto para a sociologia.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), em nome da Reitora Aurina Oliveira Santana, do Diretor Geral do Campus de Porto Seguro, Ricardo Cunha, e do Diretor de Ensino, Ricardo Mendes, que tiveram a compreensão da importância do meu aperfeiçoamento em nível internacional, e a confiança na minha retribuição ao IFBA, como professor e pesquisador.



SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação	17
Introdução	19
CAPÍTULO 1	
Geografia Popular: a geografia em movimento	29
Uma alternativa de análise	31
Geografia popular e as epistemologias do Sul	35
Sinais históricos de uma geografia popular	37
A cartografia oficial vista pela geografia popular	41
Geografia comportamental, território mental e a geografia popular	46
CAPÍTULO 2	
As macrorregiões brasileiras: linhas abissais superadas	53
Divisão geoeconômica: a dicotomia Norte/Sul no Brasil	53
Cinco grandes regiões ou cinco blocos econômicos?	58
CAPÍTULO 3	
Os estados brasileiros: a maior linha abissal do país	65
Os estados não existem física tampouco culturalmente	66
CAPÍTULO 4	
Fronteiras internas: escalas e contradições	77
Estados e cidades: onde vivemos?	79
Pensar o território sem a globalização: é possível?	82
Ignorando fronteiras: um caso entre Bahia e Minas Gerais	88

CAPÍTULO 5

Quilombolas e indígenas: territórios opacos

no extremo sul da Bahia	93
Helvécia: um território (in)visível	94
Helvécia vista do lado de lá (o capital)	97
Helvécia no século XXI	104
Algumas percepções	106
A invisibilidade indígena na cidade de Porto Seguro (BA)	108
Porto Seguro: território do turismo	108
Onde estão os pataxós?	110
A resistência dos pataxós	113

CAPÍTULO 6

O intelectual do território: a geografia pertence a todos ... 117

Considerações finais	125
Referências	133



PREFÁCIO

O cerne deste trabalho, do Prof. Dr. Sebastião Cerqueira-Neto, é o de delinear a demarcação de um território para uma geografia popular, como epistemologia do sul, a partir da analogia entre os conceitos de sul metafórico e o de lugares opacos. Essa proposta se encontra em nítida oposição a uma geografia burocrática e oficial, cuja execução institui linhas abissais, que tem por consequência a definição de lugares opacos. Sendo assim, como nos atesta o autor, o território da geografia popular funda sua demarcação em um encontro entre as obras dos pensadores Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos.

Nesse ambiente de encontro, cujos indícios de exploração conduzem o leitor aos principais conceitos críticos dos autores, o trabalho nos traz uma reflexão metodológica, porém como um exercício que extrapola o debate da geografia, e se dimensiona nos problemas sociais que sempre se escancaram na nossa porta. A reflexão do autor constitui, então, não somente um parâmetro de método geográfico, já que estabelece uma abertura para o espaço da livre reflexão crítica, conduzindo-nos a pensar como os mapeamentos burocráticos oficiais por vezes nos afastam da realidade social que pulsa aos nossos olhos. Por isso, o autor parece nos reivindicar uma pausa para a reflexão: mesmo diante do contexto burocrático, é possível elaborar um sentido popular para a geografia. De fato, tal proposta se apresenta como extremamente oportuna nesse momento monstruoso em que vivemos, posto que lutas sociais históricas, especialmente de indígenas e de quilombolas,

enfrentam, tristemente, certos riscos de retrocesso. É preciso reconhecer, nisso, um ímpeto de luta que ultrapassa os limites da cartografia oficial, ainda mais pela proposta de resistência à eminente ameaça contra as conquistas territoriais realizadas a partir da Constituição de 1988.

Sendo assim, notamos que a reflexão geográfica do autor realça um caráter de denúncia, que nos estampa a contraditória retórica que promove a divisão dos territórios, no mesmo instante em que diz buscar uma integração entre eles. Em certa medida, vindo na esteira dos dois autores, o livro nos mostra como os mapeamentos de países, estados, regiões, municípios, podem consolidar uma fragmentação, na qual se define linhas abissais e lugares opacos que sustentam o poder de certos grupos privilegiados. Dito de outro modo, os privilégios mapeiam a realidade, de forma oficial, em detrimento daqueles que são opacos e invisibilizados. Por isso, o encontro conceitual entre os dois pensadores, que nas mãos de Sebastião se tornam poderosas armas analíticas, serve para desmascarar os desencontros forjados por esses mapeamentos oficiais.

É digno de nota o modo como o autor traz os conceitos de Milton Santos e Boaventura para mostrar as limitações analíticas de dois métodos cartográficos regionais, que nada mais são do que a formação de cartografias abissais: o método de divisão econômica, de Pedro Geiger, e o método macrorregional, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na crítica a ambos, Sebastião nos escancara o caráter utópico de um projeto de integração nacional, que, na verdade, está mais destinado a manter certos poderes econômicos e políticos locais do que, de fato, consolidar um projeto de desenvolvimento igualitário, tão largamente explorado por bocas demagógicas. Na crítica ao método de divisão econômica de Geiger, o livro nos mostra a semântica abissal do mapeamento, que, através de uma suposta divisão em três grandes regiões econômicas, acaba por significar a concentração econômica em somente duas regiões: um sul metafórico, representado pelo Norte e o Nordeste, e um norte desenvolvido, que é o Centro-Oeste, Sul e Sudeste. De modo semelhante, a proposta

cartográfica macrorregional reivindica delimitar o mapeamento por certas características sociais e naturais das regiões, porém, se constitui como uma visão “obsoleta, sufocante e separatista”, posto que não tem aplicabilidade no acompanhamento das diferenças regionais e dos estados. Isso, alerta Sebastião Cerqueira-Neto, não permite que a divisão entre as regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, e Centro-Oeste, culmine em um planejamento efetivo de integração econômica, que permitiria um desenvolvimento socioeconômico igualitário. Ao contrário, a dinâmica dos estados e regiões acompanha a dinâmica global das linhas abissais, com um bloco central, ocupado pelo Sudeste, em conjunto com um bloco emergente, do Centro-Oeste e Sul, em nítida divisão com um bloco colonial, representado pelo Norte e o Nordeste.

Em vista disso, o livro demonstra que, no ponto de convergência entre linhas abissais e lugares opacos, a geografia oficial vira a cara para nossa complexa realidade social, em vista de um projeto de poder. O que conduz nosso autor a propor certo recuo dialético em que se compara duas concepções de geografia: de um lado, quase como uma fábula, uma cartografia que não somente fecha os olhos para as “precárias condições de vida do povo brasileiro”, como também se cala diante da dinâmica territorial das lutas sociais, cuja razão é o enfretamento com os limites impostos pelo poder público; do outro, uma geografia voltada para essas lutas, preocupada em conhecer as dinâmicas socioculturais que extrapolam as linhas fronteiriças das políticas que dividem estados, regiões e municípios.

Para demonstrar que as proposições teóricas não são abstratas, o autor complementa a proposta do livro com estudos de caso a respeito de territórios distintos, para, com isso, estabelecer uma correlação entre teoria e empiria. No Capítulo 4, promove o estudo a respeito do território da fronteira dos estados da Bahia e Minas Gerais, nas cidades de Salto da Divisa (MG), no Vale do Jequitinhonha, e Eunápolis (BA), no extremo sul da Bahia. Como vemos em suas análises, o imbricamento entre essas cidades ocorre por diversos fatores socioeconômicos, que transcendem o limite interestadual,

transpondo uma “linha abissal, que é a linha limítrofe entre os Estados”, imposta pela cartografia oficial. Segundo o estudo, somente através da compreensão do Brasil como um território único, será possível interpretar a dinâmica entre territórios fronteiriços, como uma ação da geografia popular. O autor nos amplia o olhar sobre a contradição implícita dessa dinâmica, pois, do mesmo modo dessa fronteira, podemos observar que em outras fronteiras estaduais “os territórios privilegiados, muitas vezes, se encontram na proximidade dos lugares opacos”.

No Capítulo 5, o livro explicita a dinâmica territorial e a invisibilidade de comunidades tradicionais em outros dois territórios localizados na Bahia. O primeiro estudo de caso é sobre a comunidade quilombola de Helvécia, que passa por tensões no seu território, advindas do processo de eucaliptização na região. A segunda abordagem é sobre a etnia Pataxó, da Reserva da Jaqueira, no município de Porto Seguro, na qual o dinamismo da atividade turística impõe uma nova lógica de adaptação, tanto para a sobrevivência cultural quanto econômica da comunidade indígena. Além disso, destaca a contradição implícita na criação de reservas culturais indígenas, que “tanto podem representar um lugar da preservação e proteção da cultura, como também podem significar um confinamento dentro de um arranjo territorial”. Nessa abordagem, as reservas podem criar uma cartografia abissal, marginalizando a comunidade indígena da convivência sociocultural com o restante do território, invisibilizando ainda mais esses povos tradicionais.

Nesse caso, a geografia popular, como uma epistemologia do sul, promove uma transgressão da leitura oficial dos territórios, em busca de uma superação das fronteiras, para, a partir disso, conferir visibilidade aos invisibilizados, em especial, indígenas e quilombolas. Essa luta é também de reconhecimento, da existência do sul metafórico, dos saberes vindos do sul, da dinâmica que ultrapassa as linhas abissais e nos mostra como “novos mapas” são elaborados à margem da legalidade, para atender aos anseios sociais, como um modo de “desmanche” das fronteiras impostas pelas infraestruturas de poder oficial.

Por fim, o autor traz um importante questionamento que nos faz refletir sobre qual caminho devemos seguir, “O que o Brasil pretende fazer com o seu território; continuar a produzir uma cartografia abissal, aumentando áreas com lugares opacos?”. De acordo com ele, se observarmos a nossa postura atual, a tendência é que esses fossos se ampliem, continuando excludentes, e a invisibilizar determinadas camadas da população. Por isso, pode-se ressaltar que a crítica do autor à cartografia oficial constitui especialmente um alerta sobre o seu uso governamental, cujo foco serve somente para reforçar o abismo e aumentar a invisibilidade de determinados grupos sociais. Dentro dessa abordagem, podemos vislumbrar uma proposta de investigar os movimentos da geografia popular como uma contribuição para a estruturação de estudos sobre a fragmentação do território brasileiro, através das linhas abissais, das epistemologias do sul, e da geografia nova, para questionar as cartografias oficiais que ainda são hegemônicas no Brasil. Nesse sentido, Sebastião Cerqueira-Neto finaliza dizendo que a contribuição almejada por este livro é dar um ponta pé para um debate que ainda delimita o seu curso, em vista da necessidade se aprofundar os estudos e as pesquisas sobre os fragmentos de um território denominado “Brasil”, para, a partir disso, apontar as possíveis direções que permitam “a superação das fronteiras internas, ou seja, a tão sonhada integração nacional”. Parafraseando Milton Santos, o autor sinaliza um caminho que clama: por uma geografia popular!

Porto Seguro, 11 de março de 2019.

José André Ribeiro

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará

Leonardo Thompson da Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia



APRESENTAÇÃO

Apresentar o trabalho do professor Sebastião Cerqueira-Neto é ao mesmo tempo uma enorme satisfação e um desafio pessoal para este apresentador, que se tornou um amigo e sobretudo um admirador do docente-autor, tanto como ser humano quanto como pesquisador. Cerqueira-Neto é inquieto enquanto investigador e generoso enquanto ser humano. Consegue, em suas investigações, romper as fronteiras da visibilidade e atingir as invisibilidades, tocar em questões antes não enfrentadas e ampliar progressivamente as suas reflexões, levando o leitor a indagar sobre a importância de uma geografia popular.

A ousadia das abordagens do autor traz para a geografia um enfoque sobre as opacidades urbanas, centradas nas margens da invisibilidade, onde transitam e habitam os inconformados que povoam as comunidades tradicionais. Embora inspirado em Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos, Cerqueira-Neto não se limita aos marcos teóricos de seus mestres. Pelo contrário, o vigor da sua obra é visível na medida em que se percebe como ele vai além das suas referências, principalmente ao buscar compreender as linhas abissais que metaforizam os muros citadinos. A inquietude do autor o coloca diante da necessidade de divergir da ciência estabelecida. O autor se põe contra os dogmas da ciência que penetraram até hoje o mundo da geografia oficial. As verdades estabelecidas da geografia oficial são objeto da inconformação do autor. Sua irrisignação principia por enfrentar e divergir das disjunções entre o físico e o humano. Nessa trilha epistemológica, um dos maiores

méritos de Cequeira-Neto é se contrapor às cartografias idealizadas, falseadas e portadoras de uma integração artificiosa que, ao invés de revelar as reais fissuras territoriais, escamoteiam e mascaram o complexo de realidades fragmentadas na extensão dos territórios. Partindo do conceito de linha abissal e, na perspectiva das epistemologias do sul, o autor nos alerta para a disjunção que há entre o norte e o sul e posiciona-se criticamente ao apontar para o modo como essa separação compromete e inibe as oportunidades de desenvolvimento para os povos subalternos e subordinados a uma perversa lógica. Enfim, ao leitor está concedida a oportunidade de perceber uma geografia popular que desvela e supera o mundo das sombras em que esteve até agora mergulhada a geografia e a sua cartografia oficial. Nesse irromper de inconformação, Cerqueira-Neto apresenta-se tal qual o refugiado egresso da Caverna de Platão que, inconformado com mundo das sombras, esforça-se para demonstrar as relações precárias como relações invisibilizadas, para evidenciar o não-território como território precário, para revelar as subjetividades precárias como não-subjetividade e, por fim, para trazer à baila uma cartografia que não é similar à cartografia oficial, por envolver sobretudo uma articulação de saberes que resgata o rosto humano dos povos e comunidades tradicionais, razão pela qual seu trabalho funda em nossa geografia a chamada “cartografia dos descartáveis”.

Prof. Dr. Zéu Palmeira Sobrinho

Prof. Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Juiz do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte



INTRODUÇÃO

O território físico do Brasil, com seus 8.515.767,049 Km², sempre foi um campo profícuo para aqueles que se dedicam ao estudo de sua organização e dinâmica, principalmente no que se refere à construção de seus mapas internos. O que, de fato, não é uma tarefa das mais fáceis, tendo em vista que, dentro dessa dimensão territorial, há uma enorme diversidade de formas e vidas humanas, biológicas e culturais. Para tanto, essa proposta de reflexão apresenta um compêndio de conceitos pertencentes ao arcabouço teórico de Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos, sendo que as pesquisas aqui empreendidas resultam de um pós-doutorado. Nessa ordem, objetiva-se acenar outro caminho para se pensar a dinâmica desorganizada de parte da população brasileira, dando ênfase aos inconformados, que estão nos lugares opacos das cidades, sob a opacidade urbana, nos territórios de comunidades tradicionais. São os chamados “homens lentos”, de Milton Santos. Pretendendo analisar a dinâmica dos inconformados, coloca-se em relevo a metáfora das linhas abissais internas do país; afinal, são essas linhas propostas nas análises de Boaventura de Sousa Santos (2008) que dividem os territórios privilegiados com aqueles que sequer têm a garantia dos direitos adquiridos. O traçado dessas linhas vai formar uma cartografia abissal desenhada, premeditadamente, pelas geografias oficiais, tanto na escala federal quanto estadual e municipal; ou seja, uma cartografia gerada pelo poder público que, teoricamente, pretende administrar o país visando uma integração. No entanto, essas geografias oficiais atualmente se mostram obsoletas e incapazes de contribuir para a tão sonhada integração nacional.

Acerca do tratamento que se dá nessa abordagem, concernente ao território, resvala-se tanto para a fisiografia de uma paisagem, quanto para um panorama construído pelo imaginário, desenhado sobre o papel ou na mente das pessoas; sendo, aqui, considerado como espaço entrecortado de poder, atravessado pelas relações afetivas e culturais. Assim, físico e humano são indissociáveis, pois o território é composto por diferentes formas de relevo, diversidade biológica, variações climáticas, modelado por corpos hídricos, chuvas e intemperismos, mas o território é também o palco onde as sociedades, ao longo de milhares de anos, implementam seus símbolos, fazendo de cada território um lugar singular através de suas identidades culturais. Assim, física e culturalmente, os territórios são construídos, destruídos e renovados.

A discussão teórica do livro, centrada em Boaventura de Sousa Santos (2008), se debruça sobre o conceito de linha abissal, discutindo o fosso existente entre o sul e o norte, no que se refere às oportunidades de desenvolvimento, portanto, parte-se da abordagem denominada de epistemologias do sul, corrente de pensamento que estuda as estratégias dos povos subalternos sobreviventes às pressões de uma ideologia colonialista que ainda permanece nos dias atuais. Outro norteamento teórico, na esteira do pensamento miltoniano, se direciona à concepção da geografia nova, responsável pela confecção de outras formas de interpretar o território, aproximando-se da dinâmica social, de modo a não ser apenas uma expectadora, mas sim um agente no processo de transformação, assumindo feição de geografia aplicada ao tentar compreender os chamados “homens lentos”, que vivem nos lugares opacos, analisados amiúde nas pesquisas desse autor. Portanto, esta obra propõe-se a realizar um encontro dialógico entre dois pensadores que conhecem tanto o sul como o norte, que estudaram o desenvolvimento e o subdesenvolvimento; e, a partir deles, elaborar uma reflexão que contribua para a compreensão de vetores que propiciam a formação de cartografias abissais, mormente, no território brasileiro.

Com o fito de embasar a principal reflexão proposta por este livro, foram compilados fragmentos dos pensamentos de Milton

Santos e Boaventura de Sousa Santos e suas respectivas preocupações com os principais fatores causadores dos processos de fragmentação e segregação do território. E, como forma de estabelecer a relação da teoria com o empirismo, na busca de demonstrar que as linhas abissais e os lugares opacos não são abstratos, dois territórios são citados no livro: no Capítulo 4, uma análise da superação da fronteira entre dois municípios, um no estado de Minas Gerais, e o outro na Bahia; e no Capítulo 5, a opacidade de comunidades tradicionais, como a etnia Pataxó e o Quilombola de Helvécia.

As linhas abissais nessa reflexão

A dimensão territorial do Brasil é proporcionalmente igual à imensidade de mapeamentos elaborados pelo Governo Federal, governos estaduais e alguns poucos municípios que possuem departamentos de estudos geográficos e/ou cartográficos. Esses mapeamentos são o que podemos chamar de cartografias oficiais, justamente, porque são mapas produzidos pelo poder público, que objetiva, de modo primordial, auxiliar na gestão do território. Dentre essa gama de cartografias, foram selecionados três tipos de mapeamentos que permitem empregar o conceito de linhas abissais, contribuindo para retratar desigualdades regionais. São eles, o mapa que sugere dividir o Brasil em três regiões econômicas, o mapa das cinco grandes regiões, e os mapas dos estados.

Esses mapeamentos possibilitam verificar como algumas dessas geografias oficiais estão ultrapassadas, necessitando serem revistas. Por exemplo, de maneira equivocada, a cartografia oficial caracterizou a região Norte como área de exploração primária, o Sul marcado por diversas colonizações europeias, o Sudeste industrializado, o Nordeste como significado de pobreza e miséria, e o Centro-Oeste como paraíso do agronegócio. Essa cartografia também é marcada pela existência de um bairrismo cultural injustificável, e por uma guerra fiscal entre os estados, produzindo uma cartografia abissal

em menor escala nos seus interiores. Nessa guerra, “os governos locais competem entre si para transformar as suas cidades ou regiões em agentes de competitividade muito para além da economia nacional”. (SANTOS, B. S., 2008, p. 289) Em contraponto a essa cartografia abissal, feita pelas geografias oficiais, assiste-se ao aparecimento de dinâmicas populares que propõem superar uma cartografia cristalizada.

Portanto, as linhas abissais são análogas aos muros invisíveis que separam os lugares luminosos dos lugares opacos. Essas linhas abissais são, em geral, produzidas pelo poder público, através da construção de uma cartografia oficial. Cartografia esta concretizada na delimitação dos mapas dos estados e dos municípios com os seus distritos, e a única a ser validada legalmente como uso para organização territorial; enquanto que as cartografias sociais, culturais, por exemplo, são negligenciadas ou desprezadas pelo poder público. Na contramão dessas linhas abissais, surge a dinâmica popular, produtora de outras e novas cartografias ou mesmo uma não-cartografia, cujos atores estarão inseridos nos movimentos sociais, urbanos e rurais, nas comunidades tradicionais, nas famílias, ou mesmo no movimento de uma única pessoa, a exemplo dos andarilhos. Essa cartografia, chamada neste livro de cartografia popular, questiona a rigidez das cartografias oficiais e pretende apresentar outras possibilidades de se viver em um território.

Fragmentação do Brasil: extensão territorial e política

As diferentes causas que levam à fragmentação do território nacional, estudadas a partir da falta de integração de alguns estados com dimensões territoriais superiores a muitos países europeus, têm sido objeto de debates febris entre os pesquisadores que vêm na dinâmica do território seu principal interesse de estudo. Por exemplo, o estado da Bahia, com uma extensão territorial de 567.295 km²,

é maior que o território da França; e, entre as regiões da Bahia, através da sua divisão regional econômica, será possível encontrar regiões maiores que a Bélgica, como o extremo sul da Bahia, que possui uma área de 30.648 Km². O extremo sul da Bahia e o oeste baiano são exemplos de territórios que, devido ao exponencial desenvolvimento econômico: primeiro, em consequência do turismo e cultivo do eucalipto; e, segundo, em função do agronegócio como principal vetor econômico, delinearam uma cartografia com *status* comparado ao de outras unidades da federação. Nessas regiões, ainda que incipientes e sem muito eco, aparecem discursos que vão em direção a proposições de emancipação política.

Assim, a soma de grandes extensões territoriais combinada com a presença precária do estado traz sérias consequências para a administração pública, principalmente para os governadores dos estados, acirrando as tensões entre poder central do estado e regiões prósperas economicamente, com destaque para a iniciativa privada. Em contraposição, regiões por muito tempo alijadas de políticas de desenvolvimento estadual sofrem com o chamado “cenário de abandono estadual”, cita-se, de modo particular, o estado do Tocantins, antigo norte goiano, que enfrenta situação congênere de abandono. Apesar da não linearidade deste fenômeno em todos os estados da federação brasileira, é preciso compreender que algo está acontecendo dentro de algumas regiões estaduais, encaminhando-as para o desejo de emancipação política; e isso pode estar ligado a uma cartografia oficial, que, por estar cristalizada, não consegue enxergar novos mapas que estão sendo construídos à margem da legalidade, porém, próximos a outros anseios sociais.

Desde a época das capitânicas hereditárias até a invenção dos atuais estados, é possível afirmar que as cartografias oficiais foram instrumentos norteadores preponderantes para implantação de um modelo baseado na concentração de privilégios. Em decorrência disso, deve-se estudar as transformações do território brasileiro, a partir de seu contexto político-administrativo. Atualmente, o Brasil está subdividido em 26 estados e um distrito federal, com cinco grandes regiões, amplamente fragmentado; não exclusivamente pela sua

divisão político-administrativa, mas, sobretudo, pela concentração de investimento, pelas taxas e impostos que privilegiam poucos, em detrimento de muitos, e pela incapacidade histórica de governança para todos. Cada parte dessa fragmentação é uma geografia inventada, são novos mapas, que, em nome de um modelo administrativo do território, geraram a construção de linhas abissais que ficaram de tal forma impregnada na gestão pública, que facilmente se tornaram parte da cultura administrativa dos governantes do país.

O modelo administrativo adotado no país é, historicamente, concentrador, por conseguinte, excludente, pois, privilegia os centros econômicos, capitais e grandes cidades, em detrimento das pequenas e médias cidades. Por exemplo, em âmbito nacional, os maiores investimentos concentram-se na região Sudeste, mais especificamente no estado e na cidade de São Paulo. Na capital paulistana, estão os bancos de todas as nacionalidades, escritórios de grandes multinacionais, a aglomeração de um maior número de indústrias e empresas, uma das principais universidades do país, centros de desenvolvimento tecnológico e de pesquisas. Em São Paulo, a inovação tecnológica chega primeiro, justamente para atender a esse conjunto de setores responsáveis pelo desenvolvimento em todas as esferas.

Nos outros estados da federação, as capitais – numa escala bem menor que São Paulo – são os centros privilegiados, dinâmica justificada sob o argumento de que esses lugares possuem maiores quantitativos populacionais, são os centros do poder político e econômico. Entretanto, contraditoriamente, esta concentração não resultou em melhoria da condição humana nos grandes centros brasileiros, ao contrário, os pobres estão em relevo, sobrevivendo nas calçadas dos centros financeiros, nos albergues públicos, nas periferias alijadas dos serviços públicos básicos; são os indivíduos que também fazem parte do sul metafórico. Esse sul metafórico, proposto por Boaventura de Sousa Santos (2008), remete à condição de pobreza, invisibilidade, resiliência, de outro modo, à subalternidade que se instala tanto no norte capitalista quanto no centro do poder do sul.

Portanto, pode-se dizer que não existem lugares privilegiados de forma homogênea, mas sim pessoas privilegiadas, haja vista que tanto é possível encontrar privilegiados no Sul, como encontrar os invisibilizados no Norte. Nesse sentido, o conceito de sul metafórico proposto por Boaventura de Sousa Santos (2008) é similar ao conceito de lugar opaco formulado por Milton Santos (1997), pois, nos lugares opacos, estarão, concomitantemente, os homens lentos e os pobres; na acepção deste último autor, os pobres são mais fortes, já que conseguem (sobre)viver à escassez, portanto, uma forma de resiliência.

O modelo administrativo baseado em privilegiar quem é ou quem está no centro tem provocado um enorme esfacelamento do país, criando uma disputa interna entre os estados, afastando cada vez mais os brasileiros uns dos outros e, conseqüentemente, não reconhecendo o outro como pertencente à sua geografia, isto é, como parte do seu território. Decerto que a temática abordada no livro encontra resistência entre políticos que têm receio de perder o poder no território, e entre os economistas que veem a criação de novos estados e municípios apenas como um aumento de despesas para o país. Todavia, quem se dedica às ciências sociais e humanas não deve se furtar a oferecer uma contribuição, ainda que esta cause incômodo naqueles que têm dificuldades ou que optaram por não sair de suas zonas de conforto. Assim, este livro envereda pelo caminho de análise proposto por Milton Santos quando ele diz, em 1997, no programa Roda Viva da TV Cultura, que uma das principais funções do intelectual é causar o desconforto através de rigorosas análises sobre tudo que envolva a dinâmica de um dado território.

A geografia e a geografia popular

No que se refere ao papel da geografia enquanto ciência que explica o mundo em que vivemos, busca-se, na geografia do sul metafórico, que caracteriza grande parte do território do brasileiro,

o caminho de suas análises; território este interpretado por autores que tiveram suas obras abafadas para dar lugar a uma literatura estrangeira extremamente desconectada com a dinâmica histórica e geográfica do país. Talvez por isso Milton Santos fosse tão enfático quando falava da necessidade de se produzir teorias indígenas, isto é, gestar análises genuinamente brasileiras. Teorias geradas no próprio laboratório do *habitat*, forjadas no chão onde vivemos, sobretudo, nos lugares opacos, assim como fez Josué de Castro com os manguezais na cidade de Recife, o que significa pensar a partir do sul, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2010a), convocando as epistemologias do sul. Por essa ótica, embora não existam referências nominais, os estudos aventados recorrem à geografia econômica de Celso Furtado, que pensou o desenvolvimento do Nordeste por outros caminhos que não fosse apenas pelos níveis de pluviosidade da região; à geografia da fome de Josué de Castro; à geografia cultural de Darcy Marinho, que se dedicou a dar visibilidade às etnias indígenas, e a Abdias do Nascimento, na defesa dos afrodescendentes do Brasil. Todos eles pesquisadores preocupados com a dinâmica dos lugares opacos, em outras palavras, do sul metafórico.

Na perspectiva de Milton Santos (1997), é fundamental não perder a condição de críticos ainda que estivessem morando no Norte. Dessa forma, em um esforço de produção da análise sobre a dinâmica geográfica brasileira, pontualmente sobre algumas causas da sua fragmentação, este livro oferece mais um caminho pelo qual pode ser interpretada a geografia do Brasil. Uma interpretação alternativa através do que será chamado neste livro de geografia popular; uma geografia que tem, nos movimentos da sociedade, sua principal linha de análise, especialmente, nos movimentos que rompem as fronteiras, superando as linhas abissais e que dão luminosidade aos lugares opacos. Então, na verdade, não se propõe, aqui, uma ramificação na geografia, intenta-se problematizar a construção de um outro olhar sobre fatores que fazem parte do conjunto de intervenientes que comprometem satisfatoriamente a integração nacional.

De acordo com Milton Santos,¹ a nomenclatura técnica do processo é secundária, visto que o foco recai sobre a decodificação dos componentes de formação, causas, consequências; categorias primárias de identificação, ao invés de preocupar-se de forma exaustiva com o nome do teórico que cunhou o nome “globalização”, optam por decifrar o lado benéfico e o perverso deste fenômeno.

Por que Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos?

A proposição de uma geografia popular só foi possível a partir da compilação de pensamentos de Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos acerca de temáticas como território, globalização, identidade, o papel do intelectual, e de como esses eixos investigativos podem ser direcionados para pensar a dinâmica daqueles que estão no subterrâneo de cada território. A geografia popular acontece na fusão dos significados da geografia nova, das epistemologias do sul e linhas abissais. Assim, sem estabelecer uma quantificação de mérito entre esses dois pensadores, pode-se dizer que a geografia popular se inspira na sisudez acadêmica do primeiro e no ativismo intelectual do segundo.

Não há, neste livro, uma comparação ou confronto de pensamentos entre os dois intelectuais, mas uma agregação de seus pressupostos teóricos, visando orientar a reflexão sobre a geografia popular através de suas indignações produtivas, demonstrando como cada um oferece outros caminhos para se pensar o território, seja em escala global ou nacional. É altamente salutar pensar em alternativas, diante de análises limitantes que oferecem apenas dois caminhos possíveis para se compreender as distorções sociais, a implantação de linhas abissais, a construção de lugares opacos e a fragmentação

.....

1 Pensamento exposto no Programa Roda Viva da TV Cultura, em 1997.

de um dado território. Outro ponto de convergência nas referidas obras reside na crítica veemente à injustiça, à indignação com a fragilidade das governanças, o sequestro do território pelas grandes empresas, a perversidade de alguns agentes da globalização, a valorização das vozes dos excluídos, o desejo de que os intelectuais estejam mais próximos do povo.

Partindo das insignes referências teóricas supracitadas, entende-se que o mais significativo em suas posturas, como intelectuais, foi analisar a geografia global, isto é, a Terra como morada de todos, colocando a dignidade humana em primeiro lugar, sob um prisma eminentemente humanístico. Em síntese, não se prenderam ao tecnicismo “frio”, tampouco à rigidez de um método para comprovar ou não suas percepções. Esses dois pensadores souberam produzir leituras fortemente amparadas no humanismo, investigando o abismo social, econômico, e étnico entre as sociedades, como aspectos basilares de suas análises. Eles tiveram a coragem de romper e criticar a rigidez metodológica que outras ciências impuseram às suas, propuseram novas formas de observar o território, disseminaram ideias sobre outras formas de conhecimento e de atenção aos estudos sobre o subdesenvolvimento, pois, no subdesenvolvimento, que estão os resistentes, os que sabem viver na escassez.



CAPÍTULO I

GEOGRAFIA POPULAR: A GEOGRAFIA EM MOVIMENTO¹

A geografia popular se apresenta como uma alternativa de análise pensada a partir de algumas questões propostas pelos autores em tela, principalmente enfatizando a relação entre sociedade e território, particularmente, a “sociedade civil incivil que corresponde ao círculo exterior habitado pelos excluídos. Socialmente, são quase por completo invisíveis” (SANTOS, B. S., 2003, p. 23), na concepção de Boaventura de Sousa Santos (2003), seriam esses indivíduos moradores de lugares opacos. É uma relação analisada através de elementos considerados como abstratos, permeada de metáforas, comumente colocadas em dúvida por boa parte da academia quando incorporados à pesquisa acadêmica. Contudo, Milton Santos (1991, p. 13-14) assinala a liquidez das verdades absolutas:

Se as formulações abstratas envolvem o risco de guiar os utilizadores por um caminho errado, suas fraquezas são mais depressa reparadas que as dos estudos ditos concretos, sob a condição de que o pesquisador seja capaz de adotar uma atitude crítica e de duvidar incessantemente das verdades estabelecidas.

.....

- 1 Grande parte do Capítulo 1 se transformou num artigo, que foi publicado na *Revista Cronos* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ver: Cerqueira-Neto (2017).

Mesmo com toda a crítica que pode ser remetida a essa linha de análise, são as abstrações e as metáforas como, por exemplo, a indignação, a injustiça, a religiosidade, a conscientização, os homens lentos, os lugares opacos, o lado invisível, a linha abissal, que, quando provocadas, emitem uma força de incalculável dimensão territorial, podendo causar grandes transformações concretas no território quando afloradas via inconformismo popular e com repercussões nas análises de intelectuais; caminho que também pode ser feito por intermédio da ciência com repercussão nas ruas, no campo, na cidade etc. De acordo com Boaventura Sousa Santos (1989, p. 30):

Deve-se suspeitar de uma epistemologia que recusa a reflexão sobre as condições sociais de produção e distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico. Equivale a conceber a ciência como uma prática para si, e isso é o que menos corresponde, nos nossos dias, à prática científica.

Dentro da mesma linha de raciocínio, Milton Santos ([19--]) citado por Cerqueira-Neto e Santos (2017, p. 217), refletindo sobre a perversão das ciências, afirma que “quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade”, entretanto, não se pode servir à sociedade estando distante da realidade e tampouco negligenciando sua dinâmica. Portanto, a geografia popular pode ser tanto abstrata, uma metáfora, enquanto à sua existência científica, quanto concreta, enquanto resultado de ações populares a partir da construção ou desconstrução de fronteiras concretas.

Uma alternativa de análise

A proposição de uma geografia popular, que não se configura como um neologismo ou mesmo um novo conceito, mas apenas uma preferência por uma expressão, passa necessariamente pela desvinculação de alguns caminhos conceituais que definiram a geografia enquanto ciência e o seu objeto de pesquisa; por exemplo, a sua definição etimológica, que a vê como uma ciência que se caracteriza por uma metodologia que apenas descreve as paisagens da superfície terrestre, aliás, essa definição, que contribuiu para que a geografia fosse considerada uma ciência inútil, está em desuso. A geografia popular tentar ser útil e dinâmica, pois pretende se ocupar em acompanhar os movimentos que ultrapassam as linhas abissais, que ignoram a cartografia oficial.

Ao adotar-se a definição de que a geografia é a única ciência capaz de interpretar o mundo em que vivemos, ou definida por Milton Santos (2002, p. 30) como a ciência que “se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor”, não se distinguiria a geografia das outras ciências humanas e sociais, visto que a sociologia e a antropologia também fazem estudos nesse sentido, isto é, promovem análises tendo o homem e a natureza em diferentes escalas. Tudo isso demonstra o quanto o objeto de estudo da geografia científica, sobretudo a geografia humana, ainda não tem uma forma ou um foco, talvez isso explique um pouco sua tendência à fusão com outras áreas do conhecimento. Todavia, o que diferencia a geografia humana das outras citadas anteriormente é ter o território, no seu sentido fisiográfico, como base para suas análises antrópicas. Como sugeriu Milton Santos (2002), um outro caminho é enxergar a geografia como uma metadisciplina.

A palavra “geografia” pode ser compreendida como todas as formas de uma paisagem, poeticamente, temos a geografia como o nosso corpo, cheio de formas, como citada na letra da música “Paixão”, eternizada pelos cantores Kleiton e Kledir, e que diz

“[...] vou ficar até o fim do dia decorando sua geografia [...]”. Assim, o nosso corpo é uma geografia, e é por essa geografia que atualmente somos classificados, estereotipados, escolhidos ou excluídos. Essa visão facilita compreender que a geografia dos lugares, das pessoas, não pertence somente à geografia acadêmica, pois as zonas de exclusão, de invisibilidade, de opacidade, podem ser interpretadas por diferentes ramos do conhecimento.

Portanto, neste livro, permite-se usar a palavra geografia em seus diversos significados, sem que isso comprometa o objetivo maior, ou seja, refletir sobre como parte do povo consegue ultrapassar algumas linhas abissais impostas no território, e, parafraseando Boaventura de Sousa (2007), não se trata de “descrédibilizar a ciência” geográfica, mesmo porque, implicitamente, Milton Santos sugere uma descientificação da geografia quando responde a um questionamento numa entrevista à Revista *Veja*, em 1994, sobre “onde a geografia teria se perdido”, de acordo com ele, o maior equívoco da geografia “foi o de querer ser ciência, em vez de ciência da arte. Ela abandonou a literatura, mudou sua forma de escrever e sucumbiu ao método de pensar científico”.

Milton Santos (2006, p. 28) faz uma acertada elucubração: há a “falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar”. De certa forma, essa reflexão é um espelho da constante crise na qual a geografia está imersa junto com outras ciências sociais, que, segundo Boaventura Sousa Santos (2013a, p. 237), vivem “uma profunda crise de confiança epistemológica”, que caracteriza a ciência moderna nos dias de hoje. Por outro lado, essa crise significa “uma maior consciência dos limites do conhecimento científico que veio criar uma maior possibilidade para a abordagem dos problemas fundamentais, das questões primordiais” (SANTOS, B.S., 2013a, p. 237), mesmo porque alguns métodos, técnicas de interpretação do território, não acompanham a dinâmica da sociedade, que é parte dos nossos estudos nas ciências sociais e humanas, com a mesma velocidade de novos vetores que aparecem a cada dia e se manifestam diferentemente nos diversos lugares da Terra.

Daí a necessidade de quem se lança ao estudo do território e da sociedade, de estar preparado para renovar suas análises, seus métodos, ousar na criatividade, pois, caso contrário, corre o risco de realizar uma pesquisa destoada da dinâmica geográfica, conseqüentemente, desinteressante para a sociedade. De sorte que a geografia é posta neste livro como a totalidade do território, desde a sua fisiografia construída pela natureza até o uso dessa natureza pela sociedade. Logo, a fragmentação ou o esfacelamento do território é, por conseguinte, a fragmentação da geografia. Por exemplo, os mapas estaduais no Brasil representam muito mais uma fragmentação do território nacional que uma organização do território, dado o comportamento bairrista dos governadores.

Partindo do princípio de que a geografia, como vocábulo, pode receber múltiplas acepções, e que, enquanto ciência, possui uma abrangência ilimitada no que se refere ao estudo do território, explicando suas inúmeras ramificações, a geografia popular se propõe a analisar o território a partir da transgressão às cartografias oficiais, isto é, a superação de fronteiras, de mapas que se tornaram uma espécie de confinamento social, cultural, étnico e econômico. Essas transgressões geralmente têm como motivações anos de vivência de indivíduos que estão no lado invisível da linha abissal, em territórios opacos.

Em escala global, essas movimentações acontecem desde a história mais recente até o presente, por exemplo, no caso da fuga de pessoas que vivem nos países da Cortina de Ferro em direção ao Ocidente, no caso dos refugiados da Síria em direção à Europa, e a marcha de milhares de migrantes da América Central desafiando a rígida fronteira que os separa dos Estados Unidos. Em escala nacional, os movimentos sociais do campo, que desejam ampliar seus mapas através da reforma agrária, também se constituem em estratégias de transgressões cartográficas, como: os movimentos sociais que lutam por moradia e acabam ocupando prédios abandonados nas áreas centrais das grandes cidades, se mostrando visíveis, saindo da opacidade; e as fronteiras estaduais que são superadas todos os dias de forma silenciosa em busca de saúde, educação

e emprego. Portanto, quer seja em escala global, quer seja em escala nacional, a geografia popular se apresenta como uma dinâmica constante, tentando superar uma cartografia rígida feita de muros concretos ou de muros invisíveis. Ao ignorar os mapas oficiais, essas transgressões acabam por estabelecer uma tensão que põe em causa os arranjos que a cartografia oficial impõe à população através de “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo deste lado da linha e o universo do outro lado da linha”. (SANTOS, B. S., 2010a, p. 32)

Esse conceito de linhas radicais, proposto por Boaventura de Sousa Santos, tem o mesmo significado de linhas abissais, que, no seu conjunto, formam várias cartografias abissais. O conceito é empregado pelo seu autor para analisar a dinâmica global, haja vista que seus estudos são concentrados em linhas abissais que separam uma nação de outra. O exercício que este livro faz é aplicar esse conceito na escala nacional, identificando no território do Brasil algumas dessas linhas que explicitam a divisão norte e sul dentro do país. Logo, o estudo sobre a geografia popular tem por objetivo identificar linhas abissais que, conseqüentemente, refletem a concretude da desigualdade e da exclusão entre a população brasileira. A dinâmica dessa geografia propõe um desmanche de todo tipo de fronteira que limite o acesso a uma vida melhor, ignora as linhas limítrofes estaduais que se configuram em uma das principais linhas abissais do país, concretizadas, por exemplo, nas disparidades do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do bairrismo cultural.

Portanto, a geografia popular não se aprisiona nos mapas da cartografia exata, rígida e desinteressada pela convivência entre homem e natureza, ou entre homem e homem, ela tem como característica principal a mobilidade pelo território. Mobilidade praticada intensamente pelas diversas etnias, quando esse imenso território onde vivemos hoje ainda não se chamava Brasil. Evidentemente que o Brasil ficou mais complexo, com outras variáveis, contudo,

não se pode perder a capacidade de compreender que vivemos numa única massa de terra, independente das cartografias federais, estaduais ou municipais. O estudo sobre a geografia popular reconhece os limites naturais ou imaginários dados por uma cultura, porém, ignora um mapa como a delimitação do espaço da vida, pois em seu cerne está o homem. Segundo Claval (2006, p. 135), uma “abordagem humanista é indispensável para perceber as diferentes dinâmicas em curso nas sociedades que partilham a Terra”. Em consonância com o pensamento desse teórico, compartilha-se a seguinte hipótese de pesquisa: para o povo, é indiferente compreender a função dos meridianos e das coordenadas geográficas, pois, tais questões são extremamente assistemáticas e irrelevantes frente aos diversos fatores que garantam sua sobrevivência em um determinado território. Assim, os cálculos matemáticos que geram um mapa seriam secundários. O importante é como a vida vai se dar dentro desse mapa.

Ao propor a transgressão da cartografia abissal, o estudo da geografia popular não pretende implantar um pensamento antidiferencialista para o país, mesmo porque é natural que haja, num mesmo pedaço de território, a convivência de subsistemas diferentes, originados em diferentes épocas. (SANTOS, M., 2006) Certamente que a geografia popular reconhece a multiculturalidade do país, entretanto, é preciso interrogar a construção de linhas abissais perenes, pois se trata de uma arquitetura que expressa formas de exclusão e fragmentação cultural, social e econômica do território nacional. Nesse sentido, a geografia popular desconstrói as linhas perversas dos limites geográficos, e, por isso, é solidária, social e capaz de oferecer uma opção de como compreender o país em que vivemos.

Geografia popular e as epistemologias do Sul

Qual seria a conexão entre a geografia popular e as epistemologias do sul? De acordo com a definição de Boaventura de Sousa Santos e Meneses (2010, p. 19), as epistemologias do sul são um

“conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos”. O ponto de intersecção entre a geografia popular e as epistemologias do sul é a condição de supressão que é imposta a um determinado território. É a tentativa de confinamento ou mesmo aniquilamento, sobretudo, de quem vive nos lugares opacos.

Então, partindo da premissa que os agentes que constroem a dinâmica da geografia popular são sobreviventes de um sistema perverso, em que a característica principal é a desigualdade socio-econômica, essa forma de geografia pode ser inserida no conjunto das epistemologias do sul. Em resumo, as epistemologias do sul são pensadas por Boaventura de Sousa Santos como uma forma de dar voz aos excluídos das políticas públicas, como também mostrar que esses excluídos conseguem oferecer outros caminhos para o desenvolvimento, para a preservação da cultura etc. Enfim, é uma forma de incomodar as instituições públicas e parte da sociedade que se encontra num estágio de conforto. Nesse contexto, é possível entender porque Milton Santos era enfático ao afirmar que uma mudança só pode ocorrer através dos que vêm de baixo.

Ao colocar a geografia popular dentro das epistemologias do sul, não procura-se encaixá-la forçadamente dentro de um conceito, mas apontar semelhança com outros movimentos que ocorrem em outras partes do mundo. Nesse sentido, a geografia popular é uma epistemologia do sul, tendo em vista que ela reconhece a existência do sul, sabe ir ao sul e aprende a partir do sul. (SANTOS, B. S.; MENESES, 2010) Isso demonstra que estudar a geografia popular passa por descolar-se de “uma metodologia herdada ou emprestada da metodologia utilizada nas pesquisas realizadas em países desenvolvidos” (SANTOS, M., 1991, p. 13), o que, conseqüentemente, pode retratar, com menos equívocos, a disposição das linhas abissais no Brasil. As epistemologias do sul, estando no plural, indicam que elas são compostas por diversas epistemologias, algumas estão mapeadas pelo seu idealizador teórico, outras estão por florescer, e ainda há aquelas que existem, porém não foram teorizadas. Para ter uma ideia:

En los últimos treinta años surgieron nuevos agentes, nuevos actores, nuevas luchas sociales y políticas, nuevas formas de agencia que no están debidamente teorizadas por una teoría crítica; los movimientos indígenas, los movimientos de mujeres, los movimientos de gays y lesbianas son ejemplos de esto. (SANTOS, B. S., 2009b, p. 19)

Dessa forma, é possível imaginar que, no arcabouço da geografia popular, subitamente apareçam novos movimentos que busquem superar algum tipo de confinamento territorial. Afinal, nossa configuração político-administrativa atual necessita ser repensada, pois vive-se em um sistema que está se tornando ultrapassado e que não acompanha as características, dinâmicas e carências da sociedade atual, pois adota metodologias arcaicas, rígidas e excludentes na administração do território e na relação com as sociedades.

Então, se, de alguma forma, as epistemologias do sul denunciam um estado de ausência de bem-estar social e supressão de povos, partindo desse entendimento, é perfeitamente plausível que a dinâmica de uma geografia popular seja análoga a alguns pressupostos das epistemologias do sul, haja vista que ela identifica, através das linhas abissais, um panorama de desigualdade e exclusão no território. Dessa forma, a geografia popular denuncia e deseja tornar visível o sul metafórico do Brasil, tomando os seus mapas internos como referência para uma formulação crítica.

Sinais históricos de uma geografia popular

Certamente que a concepção do termo “geografia popular” aflora inspirada no conceito de epistemologias do sul. Não obstante, no curso da pesquisa, realizou-se um levantamento das obras dedicadas ao estudo do território brasileiro, com o objetivo de encontrar indícios da existência de demarcações cartográficas perversas, ou seja, a implantação de linhas abissais. Desse modo, foi feita uma compilação de autores com os quais se pode fazer uma interlocução com a

ciência geográfica, especificamente para essa análise. Dado o exposto, conclui-se que a geografia popular se fazia presente nas obras de autores que se dedicaram a interpretar o território brasileiro no tempo e espaço em que viviam.

Caio Prado Júnior (1907-1990), por exemplo, em *História Econômica do Brasil* (1998), alerta para o entendimento das características estruturais da sociedade brasileira, dos dilemas herdados no passado e dos possíveis caminhos de sua superação. De certa forma, quando ele descreve e interpreta os diversos ciclos da economia brasileira, mostrando os seus deslocamentos pelo território brasileiro, apresenta, paralelamente, a superação de linhas rígidas, quando, por exemplo, da quebra da economia açucareira, os novos caminhos abertos pela mineração para o interior do país e o início da industrialização em São Paulo. Sem precisar aprofundar as questões que levaram à construção de novos mapas internos da economia brasileira, Caio Prado Júnior (1998) mostra como essas linhas abissais entre as regiões econômicas do país foram quebradas, permitindo também outras mobilidades para o povo.

Josué de Castro (1908-1973), com a *Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço* (1984), põe em visibilidade um Brasil que tem necessidade do consumo da alimentação básica. Por essa ótica, o autor denuncia a fome e a miséria no Brasil, chamando a atenção para a região Nordeste, pontualmente, no tocante à parte açucareira e ao clima semiárido. Nessa ordem, encontra sua fonte de inspiração para estudar a fome no país a partir de sua observação do cotidiano das famílias que viviam nos e dos manguezais de Recife. Castro viu o homem vivendo como caranguejo, enterrado na lama, totalmente invisibilizado pelo poder público. Outrossim, produziu uma cartografia da fome, e a fome se configurou em um fator fundamental para que muitos nordestinos transgredissem a cartografia em que se encontravam confinados. O movimento dos nordestinos em direção ao Sudeste significa o rompimento de uma linha abissal, logo, é a geografia popular em ação.

Celso Furtado (1920-2004), por sua vez, pensou em um modelo de desenvolvimento para o semiárido brasileiro através da educação e industrialização, essa proposta visava retirar parte do povo brasileiro do atraso educacional e econômico, uma estratégia de superação da linha abissal que até hoje segrega o semiárido do norte desenvolvido do país. Darcy Ribeiro (1922-1997) também foi ao sul metafórico, onde estavam povos indígenas, vivendo em constantes conflitos, que duram até os dias atuais, pelo direito de viver em suas terras, cada vez mais sufocados por cartografias abissais. Nesse ponto, o antropólogo brasileiro mostrou como poderíamos aprender com povos indígenas sobre a relação com o território, uma vez que o conhecimento que emana das comunidades tradicionais e no interior dos movimentos sociais nunca foi absorvido pela sociedade, sobretudo pela academia, como um “conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica”. (SANTOS, B. S., 2010a, p. 34) E é essa ponte que precisa ser construída entre a ciência e o conhecimento popular e tradicional, por enquanto essa ponte está apenas com alguns pilares.

Esse pequeno rol de intelectuais, que com certeza pode ser alargado com outros clássicos brasileiros em outras áreas do conhecimento, demonstra que houve uma parte da intelectualidade brasileira que construiu um pensamento próprio, fundado nas características geográficas do país, e que, de certa forma, acusou a existência de linhas abissais no território. Segundo Milton Santos (1997), em uma entrevista no programa *Roda Viva* da TV Cultura, a construção desse pensamento pode ser entendida como um conjunto de teorias indígenas, que deveriam guiar a construção do pensamento crítico brasileiro.

Ao trazer o significado de geografia popular para outros fatos histórico-geográficos ocorridos no território brasileiro, como as lutas nativistas, será possível verificar que todos eles foram motivados por um descontentamento com linhas abissais produzidas por aqueles que detinham o poder, seja na fase colonial ou por governos constituídos

pós-emancipação política. Certamente, que não é objetivo deste livro revisitar a história desses movimentos, aprofundando em suas particularidades. A presença deles nessa reflexão é justificada como forma de estabelecer uma correlação entre esses movimentos, geralmente, de cunho separatista, com a geografia popular.

Dentre as revoltas nativistas, podem ser mencionadas a Revolta de Beckman (1684), ocorrida no Maranhão, e que reivindicava melhorias na administração colonial; a Guerra dos Emboabas (1708 – 1709), em Minas Gerais, que aconteceu porque os bandeirantes paulistas queriam ter exclusividade na exploração do ouro recém-descoberto no Brasil; a Guerra dos Mascates (1710 – 1711), ocorrida em Pernambuco, e em que a elevação de Recife à categoria de vila desagradou a aristocracia rural de Olinda, gerando um conflito; e a Revolta de Filipe dos Santos (1720), na Vila Rica, em Minas Gerais, que representou a insatisfação dos donos de minas de ouro em Vila Rica com a cobrança do quinto e a instalação das Casas de Fundição. Acrescenta-se a essa lista, com ideais separatistas, a Inconfidência Mineira (1789), uma revolta dos mineiros contra a exploração dos portugueses e que pretendia tornar Minas Gerais independente de Portugal; e a Conjuração Baiana (1798), o movimento ocorrido na Bahia pretendia separar o Brasil de Portugal e acabar com o trabalho escravo. Além disso, no período de pós-emancipação de Portugal, houve a Guerra de Canudos (1896-1897) que mostrava a situação precária de vida da população, sem terra e obrigada a se sujeitar ao regime de trabalho imposto pelos coronéis; e a Guerra dos Farrapos (1835-1845), de caráter separatista.

Todas essas lutas originaram-se nas fronteiras (in)visíveis de um sul metafórico dentro do país, a partir de pessoas que de certa forma se sentiam injustiçadas pela forma como era conduzida a administração do território. Contudo, para a geografia popular, essas lutas não são analisadas apenas pelo seu contexto político, social ou econômico, mas procura entendê-las como meios para superar as linhas abissais do seu tempo.

Nos dias atuais, a geografia popular tem, como foco de observação, a atuação dos movimentos sociais que são deflagrados por

partidos políticos, organizações não governamentais, ativistas, povos tradicionais ou por pessoas que não se enquadram em nenhuma classificação; a atuação desses movimentos, ao contrário do que se pensa, “não reside na recusa da política, mas no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil”. (SANTOS, B. S., 2013a, p. 217) E quando esses movimentos fluem pelo território urbano, rural ou florestal, eles rompem as linhas abissais, fazendo com que os mapas oficiais sejam totalmente ignorados.

Portanto, ao elencar alguns intelectuais brasileiros, como Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Caio Prado Júnior que, através de suas pesquisas, denunciaram as precárias condições de vida do povo brasileiro, ao colocar as lutas nativistas como transgressões de linhas abissais, e ao reconhecer que os movimentos atuais exercem um papel importante na busca de uma justiça territorial, se pretende caracterizar a dinâmica da geografia popular.

A cartografia oficial vista pela geografia popular

É preciso, primeiramente, deixar claro que a crítica que se desenvolverá neste tópico não se refere à cartografia enquanto ciência, mas ao conjunto de mapas produzido pelo poder público ao longo da história da divisão político-administrativa do país. De fato, os mapas são parte daquilo que se pode interpretar como o território na sua totalidade, por divisões regionais, estaduais e municipais, aliás, é a existência deles que torna possível estabelecer análises, inclusive produzir críticas como as que estão postas pela geografia popular. Ademais, historicamente, a cartografia tem uma íntima relação com o trabalho do geógrafo.

Essa relação pode ser percebida tanto numa forma lúdica, por exemplo, na decoração de uma sala de aula em escolas secundárias, quanto dentro de uma universidade. Não é por acaso que, quando se fala em geografia, as pessoas são levadas a pensar quase

que automaticamente em mapas, e, por outro lado, quando se alude aos mapas, globos terrestres ou cartas, a geografia é a ciência em que a associação com esses documentos/instrumentos é instantânea. Conforme Boaventura Sousa Santos (2002a, p. 187), “a geografia, que partilha com a cartografia o interesse pelo espaço e pelas relações espaciais, tem contribuído muito para o estudo das escalas, quer das escalas de análise quer das escalas de ação”. Ao vincular a técnica cartográfica necessariamente ao trabalho do geógrafo, houve uma pressão no sentido de que todo geógrafo seria um especialista em mapas, mesmo que não tivesse qualquer habilidade para utilizar os *softwares* e outras ferramentas que geram os mapas. Mas, também é verdade que outras áreas do saber tiveram uma grande aproximação com a cartografia, utilizando-a como aliada para estudos de alguns fenômenos sociais, econômicos, culturais e naturais.

Por outro lado, muitos livros e artigos escritos por Milton Santos sequer tiveram a figura de um mapa para complementar uma análise, o que não comprometeu suas contribuições para a compreensão da dinâmica do território. E isso não significa o desprezo pelos mapas, afinal, são de grande valia em qualquer estudo do território. O que não se deve é condicionar o trabalho do geógrafo à confecção de mapas. Nos dias atuais, a facilidade de acesso à internet permite que qualquer lugar, região ou território, no Brasil ou no mundo, sejam visualizados através de imagens de satélites, mapas temáticos ou fotos.

Portanto, a geografia popular faz uma crítica à cartografia tradicional, pois, de acordo com Milton Santos (1991, p. 48),

Há uma defasagem secular entre os fenômenos sobre os quais os geógrafos trabalham atualmente para explicar uma situação dada e os mapas que lhes são impostos. Ademais, os mapas obsoletos contribuem para dar um destaque exagerado aos fenômenos físicos e históricos, ainda que esses dados já não sirvam para explicar muita coisa.

Certamente, que a cartografia tem utilidade para a geografia popular, sobretudo, na composição de novos mapas, com propostas que sejam compatíveis com a dinâmica social, mapeando áreas de supressão e de desmanche de linhas abissais, isto é, uma cartografia que se sobreponha às cartografias oficiais. Ciências como a antropologia, por exemplo, têm conseguido realizar, através da cartografia, mapeamentos de alguns povos tradicionais do Brasil, uma cartografia que mapeia a localização de povos invisibilizados. Assim, os mapas produzidos pela cartografia oficial podem levar a equívocos de interpretação, visto que podem “inevitavelmente distorcer a realidade” (SANTOS, B. S., 2002a, p. 186), justamente porque o poder público não consegue acompanhar a dinâmica social, e continua a gerenciar o território através de mapas obsoletos.

A crítica que Boaventura de Sousa Santos faz com relação a determinados mapas é pertinente a partir do momento em que se verifica que a cartografia, não raro, está a serviço daqueles que detêm o poder político, que utilizam os mapas para criar seus territórios de controle político; do poder militar, para proteger suas fronteiras e intervenção em outros territórios; e do poder econômico, na ampliação de território das grandes empresas. Nesse sentido, quando se coloca a geografia fortemente vinculada à cartografia, entendemos que ela “tantas vezes ao serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem”. (SANTOS, M., 2004, p. 261) A geografia popular é um pouco disso, tenta acompanhar a ideia da geografia nova, proposta por Milton Santos (2004), e se configura como uma perspectiva curiosa, visto que ela está em

[...] busca de um ângulo diferente a partir do qual as proporções e as hierarquias estabelecidas pela perspectiva normal possam ser desestabilizadas, e, conseqüentemente, ver subvertida a sua pretensão de uma representação da realidade natural, ordenada e fiel. (SANTOS, B. S., 2002a, p. 233)

Para a geografia popular, além de levar em consideração a política, a economia, a sociedade e a natureza, o seu objetivo está na análise da metamorfose do território, tendo, como causa, os movimentos advindos diretamente dos indignados e injustiçados ou em ações geradas a partir do Estado. Essas ações, mormente, são geradoras de linhas abissais, justamente porque o imperialista não admite a presença do outro, a não ser que seja na condição de subalterno, ou seja, uma “integração subordinada”.(SANTOS, B. S., 2008, p. 280)

No entendimento de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 35), o atual estágio de uma separação profunda entre os territórios que vivemos se origina em meados do século XVI, e

o seu caráter abissal, manifesta-se no elaborado trabalho cartográfico investido na sua definição, na extrema precisão exigida a cartógrafos, fabricantes de globos terrestres e pilotos, no policiamento vigilante e nas duras punições das violações.

Portanto, esse tipo de aparelhamento técnico é visto pela geografia popular com a função de servir às cartografias oficiais que desenham as geografias oficiais, com a demarcação de territórios para a criação de países, estados, municípios, e até mesmo áreas de exceção.

Boaventura de Sousa Santos (2010a) tem razão quando diz que vivemos atualmente numa “cartografia confusa”, visto que existe uma complexidade que dificulta nossa compreensão sobre as relações entre os países, pois, diferentemente de quando havia uma bipolaridade mundial, sabíamos os motivos das alianças. Todavia, como explicar, hodiernamente, que um país conteste o regime político ou econômico do outro, mas que este outro se configure seu maior exportador de petróleo? Como um país que critica os direitos humanos pode estabelecer trocas de mercadorias com outro país que não oferece condições dignas aos seus trabalhadores, que submetem

as mulheres a severas humilhações morais e físicas? Como entender que um país se relacione com um outro que impõe à sociedade um regime autoritário, corrupto? Como explicar a relação que um país tem com o outro, sendo o arsenal bélico sua maior propaganda de governo? Como estabelecer diplomacia com países que adotem a pena de morte? Como explicar a política de blocos que retalham o mundo em profundas linhas abissais?

Obviamente, há explicações plausíveis, mas que, no entanto, não são vistas a olho nu, e, por isso, as respostas podem estar nos pontos cegos, que são aqueles que nem mesmo os radares mais potentes conseguem identificar; essas relações só podem ser entendidas através da cartografia oficial de cada país, mas, geralmente, são mapas que ganham *status* de documentos altamente secretos, importantes para a segurança nacional. Entretanto, mesmo diante de uma cartografia confusa ou caótica, é possível identificar, através de olhares críticos, que nestes pontos cegos vigoram o

[...] tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais através do governo indireto, pilhagem dos recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de apartheid e assimilação forçada. (SANTOS, B. S., 2010a, p. 38)

No Brasil, o lado opaco da linha abissal é preenchido pelo trabalho em regime de servidão, os altos índices de prostituição, seguidos do trabalho infantil, o pagamento de salários abaixo do valor mínimo, pelo não acesso à educação e saúde, e, finalmente, figuram dentro dele, a violência contra pobres, negros, mulheres, entre outros. Todos esses elementos estão dentro de uma cartografia perversa concebida pelos governos, de acordo com seus interesses e camuflados para que não sejam visíveis pela grande massa da sociedade mundial. Feita dessa forma, a cartografia abissal se mostra tão presente quando no seu início, em meados do século XVI, visto que “o pensamento moderno ocidental continua

a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do subumano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas”. (SANTOS, B. S., 2010, p. 39) Logo, percebe-se que as cartografias oficiais estão sempre a serviço de um modelo administrativo defeituoso, pois o que está como pano de fundo é manter a relação metrópole *versus* colônia, tal como nos primórdios do colonialismo. Em suma, são essas cartografias que a geografia popular tentar superar, colocando-se em contraponto à geografia tradicional, que tem ligações umbilicais históricas com as geografias oficiais.

Geografia comportamental, território mental e a geografia popular²

Para além da superação das barreiras visíveis e invisíveis que são colocadas no território, isto é, a ação física no território, a geografia popular nasce fundamentalmente no interior da cada pessoa ou numa conjunção de pensamentos coletivos. Para o cientista social Evandro Ouriques (2009, p. 77), o território é uma

Categoria hoje central na análise das questões sociais e que só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais.

É nessa reflexão que Ouriques (2009) propõe, chamando a atenção da importância das atitudes mentais, que sua contribuição

.....

- 2 Parte de uma reflexão desenvolvida no Pós-Doutorado no Núcleo de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o Prof. Dr. Evandro Ouriques.

teórica pode ser utilizada nas análises geográficas, sobretudo dentro da geografia humana. Uma abordagem geográfica que venha a se apoiar na visão de Ouriques (2009) se torna pertinente porque, mesmo que o homem seja o centro num determinado estudo de geografia, pouco se dá atenção sobre a influência que seus sentimentos têm sobre a configuração de um território. No entanto, essa relação é indissociável, pois, não há como separar o território mental do território do geográfico, ainda mais quando se leva em consideração que o território só pode ser produzido pelo homem. Logo, todo território é projetado na mente, carregado de sentimentos de toda natureza, para, depois, se concretizar nas diferentes paisagens. Portanto, o que se vê em um dado território, salvo os elementos físicos de uma paisagem, é o resultado de um complexo sistema que produz mapas mentais originados de múltiplos sentimentos, percepções, desejos.

A proposição do uso do território mental nos estudos geográficos só é possível na geografia humana, especificamente, na geografia da percepção e do comportamento ou, simplesmente, geografia comportamental. Segundo Milton Santos (2004, p. 91), essa seria uma das novas tendências da geografia, e o fundamento da sua abordagem “vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também o de avaliar”. Portanto, é possível realizar uma análise da configuração territorial, aproximando o conceito de território mental com a perspectiva de estudos sugeridos pela geografia comportamental.

Ao trazer o território mental para os estudos da geografia, a intenção é entender a dinâmica e a configuração antes da sua concepção, pois, o que se vê num território, suas rugosidades, é o resultado do que foi pensado antes: pensamentos individuais, pensamentos em grupos, em rede, organizados ou não etc. Evidentemente que esta análise não tem a pretensão de abarcar o campo de atuação do território mental, haja vista que Ouriques (2009) propõe que sua teoria possa ser utilizada, por exemplo, na comunicação, na política, na economia. Nessa investigação, o uso desse conceito vem como

um aporte teórico na análise de um determinado tipo de dinâmica territorial, denominadas como “transgressões de fronteiras”.

Assim, buscando construir mais uma ponte que possibilite a decodificação da dinâmica territorial, esta pesquisa propõe o uso do conceito de território mental, que, segundo seu formulador, Evandro Ouriques (2009, p. 80, grifo do autor), é o único território humano, tendo em vista que “*território* enquanto espaço + relações de poder é conceito também aplicado aos animais não humanos”. Para Ouriques (2012), é no território mental que ocorre o fluxo de pensamentos, afetos e percepções, ou seja, o fluxo dos estados mentais que são a fonte de referência para a ação no mundo, sobretudo, na construção de cartografias excludentes.

A proposição teórica do território mental é pensada sob a luz da filosofia e da psicologia, e se propõe a estudar um determinado tipo de território, que, assim como o geográfico, também possui diferentes escalas de grandeza. O que difere o território mental do geográfico é que ele se caracteriza por uma imprecisão cartográfica e, por vezes, indomável, daí a dificuldade de cartografá-lo e, por conseguinte, mais complexo de ser estudado se levarmos em consideração que cada um de nós possuímos um território mental. (OURIQUES, 2012) Já o território geográfico, é produzido por fragmentações cartográficas, palpáveis através da impressão numa folha de papel, cunhado em cálculos matemáticos, produzindo demarcações que propõem um cenário onde as semelhanças fisiográfica, econômica e cultural, com caráter de homogeneidade, seriam a base para suas concepções.

Certamente, o território mental e a geografia comportamental vão se opor diante de um quadro homogêneo, visto que, mesmo a coletividade, em um dado território, internamente, tem suas singularidades. E ainda vive-se “muito mais preocupados com o fazer, com o alcançar resultados práticos, do que com o refletir” (SPOSITO, 2004, p. 121), a atividade intelectual sempre será fundamental para encontrar outros caminhos, contrapondo-se ao maniqueísmo que, atualmente, conduz a maioria das análises globais e locais.

Se a geografia humana tem como premissa o desenvolvimento de um pensamento crítico, então, o exercício de filosofar se torna imprescindível, haja vista que “já não se pode produzir conhecimento em Geografia sem colocar-se a questão de uma reconstrução epistemológica e, portanto, filosófica”. (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 13) Em resumo, propor uma análise geográfica, sobretudo, se esta estiver norteada por uma visão humanista, deve significar a possibilidade de descobrir, experimentar e combinar outras formas de se pensar o território, buscando também em intelectuais que estejam fora da geografia, mas que se dedicam a pensar na relação da sociedade com o território, pois, só assim a geografia cumpre seu objetivo maior, que é o de colaborar com a interpretação do mundo em que vivemos. Uma única ciência, com seus conceitos, não dará conta dessa tarefa, que é inacabável.

Para Ouriques (2009, p. 77), o território é uma categoria importante para a

análise das questões sociais e só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais.

Por conseguinte, são as atitudes mentais que refletem o comportamento humano, convertendo-se em ponto de intersecção com a geografia comportamental. Esta proximidade entre os conceitos de território mental e da geografia comportamental contribui para compreender o que chamamos, neste livro, de geografia popular.

Milton Santos (2004, p. 92) enxerga, na geografia comportamental, “uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais”. É na individualidade que se encontra outro ponto de amálgama dessa geografia com a teoria de Ouriques (2009), tendo em vista que, se cada um de nós temos um território mental, então, cada um constrói uma forma de pensar o território geográfico, gerando várias geografias. Por outro lado, é aqui que se insere uma das dificuldades de análises elaboradas

à luz da geografia comportamental e do território mental, pois, geralmente, as ações coletivas tendem a superar ou suprimir a individualidade em questões que envolvem dinâmicas territoriais. Parafraseando Ouriques (2009) em sua reflexão sobre o território mental como o nó górdio da democracia, poderia dizer que a geografia comportamental e o território mental seriam os nós górdios na utopia de atingir um território democrático. O conceito de território mental auxilia a compreender que, tanto as cartografias oficiais e/ou econômicas, e os mapas de segregação, quanto as transgressões dessas cartografias são organizadas por diferentes estados mentais que levam à criação de mapas mentais, territórios mentais que podem ou não se concretizar no território geográfico.

Milton Santos (2004, p. 92) diz que a geografia da percepção e comportamental “ainda que seja rica de promessas como uma abordagem parcial, ela ainda não foi capaz de comprovar sua validade”, e uma justificativa para essa sentença pode estar no fato de que o estudo de um dado território envolve uma infinidade de variáveis, e estas variáveis possivelmente possuem forças que sobrepõem ao comportamento de um único indivíduo. Assim, do ponto de vista de uma organização espacial, fica inviabilizado para a geografia um estudo em que a individualidade seja fundamental para a compreensão do território.

Por outro lado, nada impede que geógrafos e outros estudiosos do território se utilizem da individualidade como um dos vetores de análise para a dinâmica territorial. Afinal, quando, no trabalho de campo, o pesquisador abre a oportunidade para que pessoas da comunidade pesquisada expressem seus sentimentos, ele deseja saber qual comportamento é estabelecido entre pessoas e território. Quando o pesquisador adota esse procedimento, ele também:

[...] aposta na transdisciplinaridade enquanto desestabilização do que se delimita como campo de uma disciplina [...] Com a desestabilização emerge o plano de constituição dos domínios de conhecimento em que as dicotomias dão lugar aos

híbridos e as fronteiras apresentam seus graus de abertura, suas franjas móveis por onde os saberes se arguem e as práticas mostram sua complexidade. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA 2015, p. 202)

Portanto, quando Ouriques (2009, p. 77) propõe o “território mental como um conceito político”, ele ensaia a produção de uma alternativa de como compreender o território geográfico a partir do território mental, contrapondo a uma continuidade cultural do maniqueísmo entre o abstrato e o concreto. Logo, não se deve descartar a hipótese de que o território geográfico é também fruto das manifestações que se dão no território mental, como acontece com a geografia popular.



CAPÍTULO 2

AS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS: LINHAS ABISSAIS SUPERADAS

O território brasileiro, desde a sua ocupação pelos colonizadores, sofre constantemente com divisões administrativas ou econômicas que, ao longo da sua história, se consolidaram como o único processo de organização espacial, mesmo que isso tenha contribuído substancialmente com a fragmentação social e a hierarquização do espaço, representados nos dias atuais, sobretudo, pelos mapas de cada atual estado brasileiro. Neste capítulo, serão abordadas duas divisões regionais, colocadas neste livro como linhas abissais. A primeira linha está presente numa proposta teórica de mapa geoeconômico, que explicitamente divide o sul metafórico do chamado norte desenvolvido. A segunda linha refere-se à cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portanto, oficial, elaborada para criar as cinco grandes regiões do país.

Divisão geoeconômica: a dicotomia Norte/Sul no Brasil

Quando o geógrafo brasileiro Pedro Geiger, em 1967, propôs um Brasil dividido em três grandes regiões econômicas (Figura 1), seria apenas a fim de contribuir com o ordenamento ou organização

do país por meio de uma caracterização geoeconômica, contudo, o seu mapa nos enseja uma cartografia abissal, tal como a divisão geoeconômica mundial. Essa divisão regional não se mostra eficiente e dificulta uma análise mais profunda das singularidades dos estados que compõem essa proposta cartográfica. Ao tentar classificar os estados tendo a variável econômica como fator determinante, o mapa mascara as grandes disparidades internas das regiões propostas e ao mesmo tempo realça uma hierarquização econômica. As linhas traçadas nesse mapa colocam alguns estados em duas regiões econômicas, demonstrando que, dentro dos estados, existe uma diversidade econômica e que, portanto, não podem ser classificados unicamente por um setor da economia. Ademais, é um mapeamento que dificulta compreender a simplicidade de cada lugar e que, de certa forma, distorce a realidade. Esses são alguns dos riscos que um mapa como esse pode trazer para a interpretação do território.

Figura 1 – Proposta de Pedro Geiger para divisão geoeconômica do Brasil



Fonte: adaptado de IBGE ([2012]).

Um olhar mais detalhado sobre a Figura 1 revela o seguinte cenário: se apagar a linha que divide as regiões Norte e Nordeste, será possível visualizar uma divisão quase que simétrica entre o norte e o sul do país. Nessa divisão geoeconômica, o sul geográfico do Brasil é a parte mais desenvolvida do país, e o norte geográfico do país é a parte mais pobre, onde se encontram os aspectos mais marcantes do subdesenvolvimento. Ao colocar esse mesmo mapa da Figura 1 invertido, o sul metafórico passa ser o norte, e o norte desenvolvido será o sul.

Outra perspectiva de análise sobre essa proposta de divisão geoeconômica mostra a Amazônia como uma região que tem sua economia baseada na exploração dos elementos da paisagem natural, o Nordeste com uma economia voltada para a agricultura de subsistência, e o Centro-Sul seria a região mais desenvolvida economicamente, onde se concentra a maior parte das indústrias do país. Social e ambientalmente, a Amazônia é caracterizada pelo clima chuvoso, com grandes áreas de florestas e população composta por indígenas, comunidades ribeirinhas e caboclos, o Nordeste agrupa estados do clima semiárido, geralmente associado à condição de pobreza dos seus habitantes, e o Centro-Sul é onde estão os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo altamente urbanizado.

Portanto, tudo que é considerado exótico ou rudimentar está concentrado na Amazônia e no Nordeste, e, por outro lado, o Centro-Sul é referência de modernidade e desenvolvimento, onde estão as metrópoles ou as cidades grandes. Criticamente, esse mapa delimita o Brasil economicamente não em três regiões, mas em duas, visto que identifica o Centro-Sul como o norte desenvolvido, e a Amazônia e o Nordeste são o sul subdesenvolvido.

Objetivando evidenciar que essa proposta de Geiger, caso fosse adotada, confirmaria o seu caráter abissal, foi utilizado um estudo (Quadro 1) que o IBGE, órgão oficial do Governo Federal, divulgou no ano de 2013 sobre o ranking das dez cidades com mais miseráveis e dez cidades com menos miseráveis. O resultado expõe o quanto o fosso entre os lugares brasileiros é demasiadamente profundo.

Quadro 1 – Relação das dez cidades mais miseráveis e menos miseráveis do Brasil em 2013

CIDADES MAIS MISERÁVEIS	CIDADES MENOS MISERÁVEIS
Centro do Guilherme (MA) 95,32%	Harmonia (RS) 1,16%
Jordão (AC) 94,56%	Presidente Lucena (RS) 1,52%
Belágua (MA) 93,75%	Águas de São Pedro (SP) 2,55%
Pauini (AM) 91,95%	Nova Bassano (RS) 2,86%
Santo Amaro do Maranhão (MA) 91,37%	Monte Belo do Sul (RS) 2,91%
Guaribas (PI) 91,16%	São José do Hortêncio (RS) 2,91%
Novo Santo Antônio (PI) 91,07%	Morro Reuter (RS) 2,95%
Matões do Norte (MA) 90,59%	Paraí (RS) 3,00%
Manari (PE) 90,41%	Carlos Barbosa (RS) 3,22%
Milton Brandão (PI) 90,18%	Alto Feliz (RS) 3,35%

Fonte: adaptado de IBGE (2013).

Entre as cidades com maiores números de pessoas vivendo na miséria, todas elas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste, ou, ao utilizar-se a divisão geoeconômica como referência, todas as cidades estão dentro da Amazônia e no Nordeste. Enquanto que, no outro lado da linha, todas as cidades com menores índices de miseráveis pertencem à região Centro-Sul do país, o que não pode ser interpretado como se essa região fosse homoganeamente desenvolvida, com total ausência de pobreza.

Ao transferir-se a análise anterior, da escala municipal para a estadual, verifica-se que dos dez estados que apresentam os maiores índices de pobreza, nenhum deles está localizado na região Centro-Sul. Tomando como referência o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, produzido pelo IBGE, os estados com maior porcentagem de pobres em suas populações são: o Maranhão (63,5%); Alagoas (59,7%); Piauí (58,1%); Pará (55,9%); Ceará (54,8%); Paraíba (53,6%); Bahia (52,7%); Sergipe (52,1%); Pernambuco (51,8%);

e Amazonas (51,7%). Contudo, é preciso entender que, nos outros estados brasileiros, mesmo entre os mais ricos, há enormes desigualdades econômicas entre eles, bem como internamente entre cidades.

Evidentemente, o mapa proposto por Pedro Geiger não foi o responsável por produzir o panorama de abissalidade no país, aliás, essa proposta não foi implementada por nenhum governo. Porém, essa proposição permite estabelecer diferentes análises, inclusive a criação ou aprofundamento de abismos, nesse caso, abismos entre as macrorregiões econômicas do país. Ao produzir uma cartografia baseada em atividades econômicas, não se configura um equívoco teórico-metodológico, no entanto, deve-se levar em consideração que é uma proposta efêmera, haja vista que a fluidez das atividades econômicas pelo território é tão intensa que é quase impossível confeccionar mapas de suas ocorrências em um mesmo estado ou região. No seu livro *Geografia Econômica*, de 1998, outro importante geógrafo brasileiro, Manuel Correa de Andrade, escreveu sobre a dificuldade de cartografar as grandes empresas, tendo em vista que elas diluíam suas atividades em diversos ramos de atuação por todo o território. Em tempos de globalização, de avanços tecnológicos e novas configurações empresariais, essa cartografia se torna ainda mais laboriosa.

Assim como a dinâmica econômica, acompanhar a dinâmica das linhas abissais é um dos exercícios mais árduos para um estudioso do território, visto que essas linhas ora são fixas, mas também são extremamente maleáveis podendo ser implantadas em qualquer direção. De acordo com Boaventura Sousa Santos (2010a, p. 40) “a permanência das linhas abissais globais ao longo de todo o período moderno não significa que estas se tenham mantido fixas. Historicamente, as linhas globais que dividem os dois lados têm vindo a deslocar-se”. O deslocamento dessas linhas se deve a diferentes fatores, como, por exemplo, em decorrência da ação da geografia popular.

Esse modelo simplista, reducionista e dicotômico de ordenar o território em duas partes, isto é, em norte e/ou sul é, na verdade,

“a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS, B. S., 2010a, p. 32), um modelo que parece se mostrar eficaz em diferentes escalas, haja vista que, segundo Boaventura Sousa Santos (2013b, p. 240), há uma “crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial”. Por outro lado, ainda que esse cenário dicotômico entre ricos e pobres direcione a maiorias das relações entre as cidades, os estados e os países, também é possível se pensar em outras possibilidades de analisar o território. A quebra da hierarquia dos lugares, a formação de novos blocos econômicos com países de continentes diferentes, com diferentes níveis econômicos, a superação das linhas abissais pela geografia popular, e a resiliência dos povos tradicionais, são movimentos que indicam que a dicotomia norte/sul não é o único caminho para compreender o mundo em que vivemos.

Cinco grandes regiões ou cinco blocos econômicos?

A divisão do território brasileiro em cinco grandes regiões foi elaborada dentro de perspectivas que seriam fundamentais para o desenvolvimento. Três dimensões guiaram essa proposta cartográfica: o processo social como determinante, os elementos naturais como condicionantes, e a articulação espacial. Se, por um lado, a proposta teórica das dimensões contemplava um desenvolvimento interessado nas características sociais e naturais das regiões, por outro lado, na prática, não houve aplicabilidade. A região Norte, por exemplo, com diversidade de etnias indígenas, populações ribeirinhas, cursos hidrográficos como principais vias de escoamento da população e produtos, e que possui uma biodiversidade riquíssima, continua alijada do desenvolvimento.

Até que se chegasse a essa configuração cartográfica das grandes regiões brasileiras, houve uma vasta produção de mapas, como está

registrado no Quadro 2, que, de acordo com o IBGE, apresenta a seguinte cronologia e configuração:

Quadro 2 – Dinâmica da divisão regional no Brasil de 1940 até os dias atuais

ANO	CONFIGURAÇÃO REGIONAL
1940	Norte, Nordeste, Este, Sul e Centro-Sul
1945	Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste Setentrional, Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste
1950	Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste
1970 até os dias atuais	Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa dinamicidade cartográfica do país demonstra uma evolução no processo de gestão do território, objetivando agrupar os estados com características semelhantes dentro de uma região. Dentro desse contexto histórico, a análise desse tópico terá como referência a última divisão macrorregional, por ela permitir estabelecer analogias com dinâmicas socioeconômicas atuais, como, por exemplo, a divisão dos blocos econômicos.

Essa atual divisão regional do território brasileiro em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste é obsoleta, sufocante e separatista. É um mapa obsoleto do ponto de vista social, pois, não atende e tampouco representa as características sociais, econômicas e ambientais dos estados nela inseridos. É obsoleto, no que concerne administrativamente, porque as superintendências criadas para cada uma das regiões com o propósito de levar o desenvolvimento foram todas extintas por diversos motivos, dentre os quais, a perda da importância política de seus gestores. É um mapa sufocante, tendo em vista que os estados foram encaixados nessas regiões, não levando em consideração suas peculiaridades. Assim, toda unidade federal que seja criada será enquadrada dentro de uma das cinco regiões.

Há um estudo do geógrafo José Donizete Cazzolato¹ que propõe a criação de uma sexta grande região, seria a Noroeste, que abrigaria os estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, porém, não se configura como um projeto do IBGE. Contudo,

a sugestão para a demarcação de uma nova grande região, a Noroeste, demonstra que a atual divisão do Brasil em Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste está em dissonância com as exigências atuais para uma melhor administração territorial. (CERQUEIRA-NETO, 2009, p. 301)

Por outro lado, mais uma grande região não modificaria substancialmente a vida da população brasileira, as regiões continuariam fragmentadas, distantes de uma integração nacional. Um dos grandes problemas desse enquadramento regional é que, mesmo agrupados numa mesma região, os estados têm características sociais, culturais, econômicas, étnicas, e aspectos naturais diferentes; por exemplo, tanto o estado da Bahia quanto o de Sergipe estão encaixados na grande região Nordeste, no entanto, ao se aprofundar nas suas características, verá que poucos aspectos lhes são semelhantes, por isso, não explicaria os seus enquadramentos numa mesma região.

Essa divisão macrorregional do Brasil se configura muito mais em uma divisão socioeconômica do que propriamente um planejamento efetivo para se combater desníveis de desenvolvimento do país, sua organização espacial é muito análoga com a dos blocos econômicos mundiais ou regionais que concebem um desenvolvimento que invade e força os diferentes lugares do mundo a participar, sejam como atores principais ou simples figurantes, de sua expansão. Essa concepção

.....

1 Em outubro de 2011 foi lançado “Novos Estados e a Divisão Territorial do Brasil: uma visão geográfica”, obra de José Donizete Cazzolato.

[...] afeta todo o território nacional, mudando, brutal e cegamente, os equilíbrios e as perspectivas, mas, sobretudo, trazendo um fermento de desagregação, um impulso à quebra dos cimentos nacionais pacientemente construídos, e comprometendo a ideia de nação e de solidariedade. (SANTOS, M., 2002, p. 41)

Assim, as cinco grandes regiões brasileiras funcionam como blocos econômicos dentro do próprio território nacional, havendo os blocos centrais, os emergentes e os blocos que são tratados como colônias fornecedoras de matéria-prima e mão de obra de baixo custo, o que dificulta a execução de um projeto de integração nacional e favorece o alargamento das linhas abissais.

Ao fazer o exercício da analogia entre as macrorregiões do Brasil com os blocos econômicos, o Sudeste seria o bloco central, onde estão os comandos das decisões econômicas e políticas do país. No Sudeste, predomina a maior parte da indústria brasileira, sedes de bancos brasileiros e estrangeiros, e com força política, afinal, é o maior colégio eleitoral do país. A analogia, também é pertinente quando se reporta às relações internas, pois, mesmo dentro desse bloco, nem todos os estados têm o mesmo grau de influência. No caso da União Europeia, não se pode comparar o poder da Alemanha em relação a Portugal, da mesma forma como não se compara a influência do estado de São Paulo com a do Espírito Santo, ainda que eles pertençam à mesma região.

O Centro-Oeste e a região Sul, nessa comparação, são os blocos emergentes, tendo o agronegócio como a atividade econômica principal, por isso, estão mais próximos do poder. Estes seriam como o G20, que, mesmo com uma economia forte, não têm força para contrapor o Sudeste. O Norte e o Nordeste poderiam fazer parte de qualquer bloco econômico da África. Estados como a Bahia, Pernambuco e Amazonas, mais precisamente suas capitais, Salvador, Recife e Manaus tentam ser espelhos das zonas mais ricas do país, são como a Angola, Nigéria e África do Sul. Os pressupostos para a formação desses grupos são análogos aos princípios do contrato social,

que “assenta em critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão”. (SANTOS, B. S., 2002c, p. 6) Assim, seja em que nível for, essa união pressupõe a exclusão de tantos outros, e o mais agravante, a ideologia de blocos tende a fazer com que haja uma perda de identidade dos países membros, sobretudo, porque tentam aplicar um processo de homogeneização da cultura, da economia, por exemplo.

Atualmente, os dois exemplos de mapas apresentados aqui, tanto o que traz as três grandes regiões econômicas, quanto o que destaca as cinco grandes regiões, são mais úteis como referências históricas da cartografia do Brasil, enquanto testemunhos das modificações da configuração regional e econômica do país. Observa-se que a divisão geoeconômica não obteve êxito, sequer foi implantada oficialmente. Isto porque, na visão de Milton Santos, os “centros frouxos”, características de algumas grandes empresas, não precisam de uma região ou de um território. Portanto, para estas empresas, a cartografia oficial, com os mapas estaduais, não tem nenhuma relevância.

A despeito de um projeto de desenvolvimento regional, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e Superintendência do Desenvolvimento do Sul (Sudesul), Cerqueira-Neto (2009, p. 324) confirma que,

[...] os objetivos principais dessas instituições, que são criadas para servir como um braço do governo em regiões distantes e geralmente alijadas do desenvolvimento, foram desviados e acabaram por interromper ideais de pessoas que pensavam na possibilidade de um país com menos desigualdades, uma distribuição mais difusa com menor concentração das oportunidades do desenvolvimento, como por exemplo, Celso Furtado.

Portanto, se as superintendências, como órgãos oficiais criados para se ter uma gestão específica para cada grande região, desapareceram ou perderam sua importância, não há por que a existência dessas macrorregiões. As linhas das grandes regiões já estão superadas, mormente, pela ineficiência do Governo Federal, que, ao longo dos anos, fracassou com planos de desenvolvimento para as cinco grandes regiões, culminando com a falência das superintendências. No caso da Sudene, por exemplo, Cristovam Buarque (2001, p. 373) afirma que essa superintendência “partiu de uma análise revolucionária no entendimento do problema nordestino [...] seu objetivo não era garantir a produção agrícola, mas criar um polo moderno de produção industrial”. Tal desenvolvimento não aconteceu, como se pode constatar fazendo uma pesquisa rasa dos IDH da maior parte dos municípios do Nordeste. Outro ponto que contribui para o estágio de irrelevância das superintendências diz respeito à indiferença da população no que concerne, por exemplo, ao sentimento de pertencimento. Estado e a cidade se tornaram suas maiores referências quando se discute o pertencimento a um território.

E, com relação à divisão geoeconômica, uma proposta acadêmica que não teve aplicação prática, contudo, permite-nos interpretar o território brasileiro a partir de divisões que identificam onde estão o norte e o sul metafóricos. A preferência por discorrer sobre essas duas divisões nesta reflexão se justifica pelo fato de que elas têm um caráter paradoxal, pois se, de um lado, transmitem a ideia de integração regional, do outro lado, produzem uma cartografia abissal, e levam-nos a pensar nos movimentos de superação das linhas abissais através da geografia popular. Aliás, essas linhas das cinco grandes regiões, criadas em 1941, estão obsoletas tendo em vista que, desde a extinção das superintendências, não há planos macrorregionais de desenvolvimento. O que há em curso são planos de desenvolvimento para regiões em escalas intra e interestaduais.

A análise dessas duas cartografias, a geoeconômica e a macrorregional, corrobora com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos no que se refere à mobilidade das linhas abissais, tendo em vista que as linhas que compunham o mapa das grandes regiões foram migrando para os estados brasileiros. São neles e entre eles onde as linhas se alargaram, aprofundando a divisão entre ricos e pobres. Dessa forma, a integração macro do país fica comprometida haja vista que não são as grandes regiões que possuem força política e econômica, mas os estados e municípios, produzindo uma cartografia do localismo.



CAPÍTULO 3

OS ESTADOS BRASILEIROS: A MAIOR LINHA ABISSAL DO PAÍS

Durante a história do país, houve vários ordenamentos territoriais para que se chegasse à atual configuração regional. Uma rica cartografia foi construída desde que o país foi dividido pela linha do Tratado de Tordesilhas (1494), passando pelo sistema de capitanias hereditárias, que vigorou de 1534 a 1759. Em 1763, há uma tentativa de levantamento topográfico de todas as províncias; em 1822, já aparecia com 18 províncias com a configuração de como seria dividido o Brasil em estados; em 1889, essas províncias são elevadas à categoria de estados; e, por fim, em 1988, o país consolidava sua divisão político-administrativa em 26 estados e um Distrito Federal.

Assim como foram utilizados os mapas das três regiões econômicas e o das cinco grandes regiões para identificar grandes linhas abissais do território nacional, neste capítulo, a metáfora das linhas abissais será empregada para analisar os mapas estaduais. Essa analogia leva em consideração dois aspectos: o primeiro se refere à sua cartografia geodésica, isto é, as coordenadas que dão origem ao mapa de cada estado, e o segundo está na forma como os governadores utilizam de uma retórica que reforça a divisão entre os estados e com a própria geografia do país. O segundo aspecto é seguramente o que faz dessa linha abissal a mais larga, mais profunda, portanto, a mais perversa, não somente para aqueles que estão opacos no território, mas para toda a sociedade brasileira, dado que tira do indivíduo a sua condição de entender que ele pertence ao país,

justamente porque “a divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”. (SANTOS, B. S., 2010a, p. 32) Daí o porquê a falta do bem-estar social para muitos não incomoda nem causa desconforto à pequena parte privilegiada.

A dinâmica entre os estados brasileiros, pautada na competitividade, certamente estimula o desinteresse na minimização das linhas abissais. Para Buarque (2001, p. 377), “já é tempo de transformar o país em nação, unificando sua população sem o corte que já dura cinco séculos, e lhe dar uma soberania que nunca teve plenamente”. Infelizmente, não se vê atualmente no cenário da política brasileira que o desejo de Cristovam Buarque se realize num curto espaço de tempo. O bairrismo entre os estados ainda é uma linha mais rígida e profunda que compromete a confecção de uma nação.

Os estados não existem física tampouco culturalmente

Um dos conceitos mais caros para geografia é o território. Tratado em pesquisas sob diferentes prismas, o território pode ser abordado, por exemplo, através de um vetor econômico, cultural e/ou do conjunto de suas características naturais. Neste livro, o território é analisado dentro de sua totalidade, isto é, a sua área demarcada e a dinâmica humana que o transforma constantemente. É intrínseco à pesquisa geográfica que o território físico (geografia física) seja parte integrante de suas análises, ainda que a pesquisa esteja com o escopo puramente social (geografia humana), ao negligenciar a fisiografia de um território corre-se o risco de uma análise geográfica limitada. É o conhecimento dos aspectos físicos de um dado território que diferencia a geografia de outras ciências humanas. Mesmo com todas as críticas que possam remeter à dicotomia entre

geografia física e geografia humana, essas duas correntes são fundamentais para uma formação mais ampla do geógrafo. Não há cursos de graduação formados apenas por componentes curriculares da geografia humana ou da geografia física, portanto, há apenas vestibular para geografia.

Assim, para produzir a crítica sobre a divisão político-administrativa do Brasil enquanto linha abissal, apropriou-se do caráter físico do território como viés de análise para questionar a existência física dos estados. Física e geologicamente, os estados não existem, são mapas derivados de combinações matemáticas traçadas virtualmente sobre uma única massa de terra chamada de Brasil, como pode ser visto na Figura 2.

O uso do mapa físico tem por objetivo mostrar que o Brasil, enquanto território físico, se constitui numa única massa que possui morfologias diferentes, diversidade na vegetação, dinâmicas climáticas diferenciadas etc. Sobre essa estrutura, várias gerações foram colocando suas marcas, algumas dessas marcas sobreviveram, outras foram apagadas e novas são introduzidas pelas sociedades atuais, numa movimentação constante pelo território. Os estados brasileiros não deveriam ser considerados como estruturas físicas independentes, ilhas, fora do território nacional, que nasceram de outra massa de terra, afinal, não foram originados de eventos geológicos próprios.

Portanto, os estados não nascem como organismos biológicos, são criados e definidos cartograficamente, registrados por uma lei. Este “nascimento estadual” é apenas uma concepção administrativa gestada pelo poder público, que marca a criação de um dado estado após todos os trâmites burocráticos.

O povo não necessita da existência dos estados para sobreviver; um exemplo é a dinâmica das etnias que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores, percorriam todo o território tendo como fronteiras os elementos naturais. Portanto, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Goiás, Rio Grande do Sul e todos os outros estados brasileiros são frutos de atos políticos que servem como ferramenta

de organização do território. Qual seria a diferença se o Acre se chamasse Minas Gerais e vice-versa? Nenhuma, pois são nomes inventados, que geralmente fazem referência a um fato histórico e ou político, são, sobretudo, nomes criados pelo homem com o sentido de registrar um território, uma área, com objetivo puramente administrativo, como se fosse num cartório registrar um filho. O mesmo processo aconteceu quando os colonizadores portugueses tomaram posse das terras onde hoje é o Brasil. Portanto, se existe algo que seja próprio de Minas Gerais, é o mineiro, da mesma forma com os outros estados.

Fazendo a transição da análise que entende o território também como físico para a análise cultural, a questão ainda é mais grave. Darcy Ribeiro, no documentário *O povo brasileiro* (2000), na seção “Matriz Tupi”, disse que essas terras onde hoje é o Brasil já existiam com uma dinâmica humana, biológica e física, muito antes da chegada dos colonizadores. Concordando com a leitura que Darcy Ribeiro faz sobre a origem do Brasil, fica difícil aceitar a ideia de que os estados brasileiros nasceram como se fossem unidades fora da geografia brasileira, e que isso determinasse o aparecimento de uma cultura. De acordo com Santos (2002, p. 65), “o conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade”, assim, pode-se afirmar que é a cultura que constrói o seu mapa, portanto, o mapa, nesse caso, não antecede a cultura. O mapa cultural é construído pela dimensão territorial que determinada manifestação alcança, sem, necessariamente, estar impresso em um papel ou forjado por algum equipamento de tecnologia avançada.

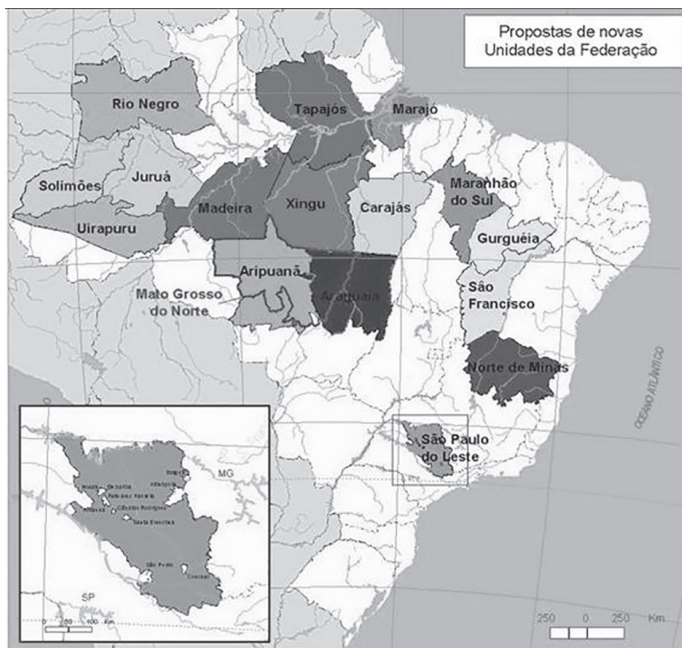
A multiculturalidade que há no Brasil, ao invés de ser uma característica que nos torna um povo mais solidário, parece prejudicar as relações, sobretudo, internamente, dificultando a nossa compreensão de que vivemos num mesmo país, portanto, uma nação num mesmo território. Na esteira argumentativa de Milton Santos (2002), a solidariedade é vista não enquanto sinônimo de caridade, mas uma solidariedade orientada para o bem comum. Para Cristovam

Buarque (2001), o processo de unificação do país não passa por uma unificação regional, mas social.

Essa percepção também está expressa numa forma de manifestação popular e cultural encontrada na canção “Fruto do Suor”, de 1982, imortalizada pelo grupo Raíces de América, considerada como um hino para os imigrantes latinos radicados no Brasil, denunciando como as geografias oficiais mudaram a relação entre a sociedade brasileira e a terra, a pátria mãe. Na canção, a terra onde hoje é o Brasil era vista como um paraíso, não existia a cobiça, e o índio era o único no continente. As geografias oficiais fabricaram carimbos, levantaram paredes e traçaram as fronteiras. O desabafo na canção reflete, ao mesmo tempo, o desejo e a decepção de não se poder viver em um país sem fronteiras. Uma dessas linhas de fronteiras é o ufanismo estadual, que, no Brasil, não consegue enxergar o território em sua totalidade, impondo bairrismos culturais, técnicos, econômicos e científicos. Contudo, compreender que a totalidade do território é fundamental para construir as análises sobre suas dinâmicas não significa ignorar a simplicidade de cada lugar, mas encontrar caminhos para uma integração de diversidades, tendo em vista que o Brasil é um país abastado nesse sentido.

Sabe-se que o território é fundamental para as manifestações culturais de um povo, afinal, a sociedade “não existe fora do território, e sim por suas relações” (SANTOS, M., 2002, p. 36), o que se implanta sobre ele é o que vai caracterizá-lo, como as diversas manifestações culturais, tipos de urbanização e os demais usos que o ser humano fará dele. Portanto, uma cultura pode caracterizar um território, mas, um território, no seu sentido físico ou somente pelo seu contorno cartográfico, não caracteriza uma sociedade. Por exemplo, os tocantinenses originados do antigo norte goiano não se tornaram nortistas porque o estado do Tocantins foi encaixado na grande região norte do país. Caso projetos de ordenamento territorial (Figura 2) obtenham sucesso, o Brasil terá novos mapas internos, sejam eles como forma de prolongamento do poder de um clã político ou como retórica da preservação cultural e ambiental de alguns territórios.

Figura 2 – Uma das propostas de criação de estados elaborada por Carlos Stener (2005)



Fonte: adaptado de Cigolini e Nogueira (2012).

Daí o porquê não tratar as linhas dos mapas como elementos rígidos e perenes. A própria história da divisão político-administrativa do Brasil mostra que algumas linhas se movimentaram e outras desapareceram, propiciando a supressão ou o aparecimento de territórios. Como, por exemplo, a linha do Tratado de Tordesilhas, as linhas das capitanias hereditárias, as linhas das primeiras propostas de regionalização do Brasil. Ao compreender que o Brasil, assim como todos os outros países, fisiograficamente, é resultado de uma contínua evolução do modelado terrestre através de sucessões de eventos naturais, portanto, concebido pela natureza, seria muito difícil aceitar que o território pode ser um objeto de propriedade privada. O espaço geográfico, físico e humano, não pertence a um só grupo social, político ou econômico, mas a toda população brasileira.

Logo, governar um território não deveria significar posse do físico e tampouco do humano.

O modo como os governadores gerenciam os estados é um sinal de que o colonialismo não tenha se apagado por completo, pois ainda é possível encontrar seus resquícios em formas mais “suaves” de exploração, com outras roupagens, com o aprimoramento de novos mecanismos de submissão. É notório e público que, em alguns estados brasileiros, bem como em muitas prefeituras do país, a política é dominada por décadas, seja por um partido político ou por um clã familiar. Esse comportamento político cria um cenário em que o mapa do município ou do estado se configura em território do poder, e romper com a noção de posse que governadores e prefeitos têm sobre a geografia significa superar uma linha abissal.

Um dos caminhos para superar essa linha abissal passa necessariamente pela compreensão de que o Brasil é um território único com suas características naturais e humanas, e mesmo com os estados gerenciados de forma individualizada, geograficamente, o país é um só. Sendo assim, o índio que está no Amazonas ou na Bahia é o índio do Brasil, o sem-terra da mesma forma, os miseráveis não pertencem a um estado, mas ao país, não existe população negra de um estado, existem negros do Brasil, e assim como muitos outros que estão em estado de exclusão. Por isso, Boaventura Sousa Santos (2013b, p. 17) vai afirmar que a linha abissal “longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia [...] ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade listadas pelo capital financeiro)”. Esse sistema, para se manter, é altamente aparelhado através de grandes investimentos que lhe asseguram um monitoramento constante de territórios vulneráveis à cooptação e apropriação cultural, política, ambiental e econômica, e um dos recursos tecnológicos mais utilizados são os estudos cartográficos. Não raro que grandes empresas investem muito em informações cartográficas ou mesmo em laboratório de georreferenciamento.

O estudo sobre a geografia popular considera que os estados são demarcações virtuais, visto que as delimitações cartográficas dos estados não são visíveis, não são concretas, só existem através dos mapas. Dessa forma, os estados deveriam servir apenas como um instrumento de organização espacial em sua totalidade, mas, contrariamente, se tornaram ilhas do poder no Brasil. Na maioria dos estados, é possível fazer uma analogia com as capitânias hereditárias devido à herança política que as famílias tradicionais conseguem manter por décadas nos limites territoriais dos estados, algumas dessas famílias expandem suas influências para outros estados e até mesmo por todo o território nacional. Talvez essa seja uma das justificativas para a criação de novos estados, pois “em muitos casos criará as condições para uma acessibilidade política” (SANTOS, M., 2002, p. 33), esta é a saída encontrada por aqueles que não se sentem representados pelos políticos que os comandam, uma vez que são alijados do processo de desenvolvimento.

Para as grandes empresas, os estados também não existem. O grande empresário, os poderosos grupos econômicos, diferenciam os estados apenas pelo valor percentual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Este imposto é outra linha abissal que separa os estados, provocando a chamada “guerra fiscal”, colocando em relevo uma relação entre colônia e metrópole dentro do país, num sistema de desigualdade caracterizado por uma “integração subordinada. [...] a desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está embaixo está dentro e sua presença é indispensável”. (SANTOS, B. S., 2008, p. 280) O ICMS é uma linha que, por enquanto, não se vê perspectiva de ser ultrapassada, tendo em vista que os estados mais poderosos economicamente não estão dispostos a discutir sua unificação. Portanto, para as grandes empresas, os estados são delimitados não pelos seus mapas oficiais ou por sua cultura, mas pelo ICMS, um imposto que contribui com a visualização entre o norte e o sul do país.

Certamente que a configuração cartográfica dos estados brasileiros se tornou verdadeiras linhas profundas, que internamente

criam os lugares opacos, isto é, regiões estaduais que são alijadas do processo de políticas de desenvolvimento. Contra esse panorama, muitos veem como saída a criação de novos estados, pois, “a descentralização não apenas formal ou funcional, mas estrutural, pode e deve ser um instrumento de democracia política e social”. (SANTOS, M., 2002, p. 33) Essa descentralização é o maior receio de governadores que tratam os estados como se fossem extensões de suas propriedades particulares. Não por acaso que o governador da Bahia, Jaques Wagner, e outros políticos influentes do estado, disseram, em tom populista, que a Bahia era indivisível.

‘Não se divide a Bahia. Criar um novo estado é criar despesa, e não receita’, descarta Wagner. ‘A Bahia é uma só, indivisível, diferente e única. Ninguém vai separar os baianos’, ecoa Geddel. O presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo, se disse ‘altamente contra a divisão da Bahia’, observando que o Estado de Castro Alves, Octávio Mangabeira e Jorge Amado não se divide. ‘Somos todos irmãos e temos que lutar pelo bem-estar de todos’, afirmou Nilo ao Bahia247. (A BAHIA..., 2011)

Este não é um pensamento apenas dos políticos da Bahia, ele está presente no discurso da grande maioria de quem assume o governo de um estado. A retórica tem como foco uma pretensa proteção da cultura e do bem-estar comum, entretanto, os interesses são outros, geralmente destoados dos interesses do povo. Dentro desses mapas, os governos se mostram ineficientes para gerir o território, pois há uma distribuição desigual dos recursos entre as regiões do estado, o que vem a ser um dos fatores que geram propostas de emancipação regional, objetivando a formação de uma nova unidade federal. Ao assumirem um comportamento como donos dos territórios, governadores estabelecem discursos que geram um panorama geo-preconceituoso e individualista, que tem um peso substancial na fragmentação do país. O minério explorado em Minas Gerais e no Pará, o ouro de Serra Pelada, o petróleo retirado do mar ou do continente, deveriam servir ao desenvolvimento de todo o Brasil.

Daí a necessidade de compreender que o Brasil, fisicamente, é um único bloco de massa e que os recursos existentes nessa massa devem tornar-se riqueza para toda a sociedade.

Na argumentação de Milton Santos (2002, p. 33), não se justifica “redividir o território para atender mais depressa à vontade de lucro de empresas hegemônicas, ou à fome de votos de um político. Também não há por que mantê-lo indiviso por essas mesmas razões”. O descontentamento com longos anos de exclusão de algumas regiões, dentro de alguns estados, está fazendo com que aflorem desejos de emancipações políticas, isso se explica devido ao fato de que “a representação democrática assenta na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado”. (SANTOS, B. S., 2013b, p. 190) Essa dinâmica, que é a principal característica da geografia popular, exige que repensemos as fronteiras internas do país. Cerqueira-Neto (2009, p. 305) arremata: “o grande desafio é fazer com que esta diversidade ao invés de dividir, una o país sob um sentimento maior de pertencimento nacional independente da quantidade de unidades federais e territórios”. Por isso, para a geografia popular, a maior linha abissal do Brasil se encontra nos mapas estaduais.

Evidentemente, reconhecer o Brasil como um único bloco de terra não é um exercício fácil e muito menos atrativo para aqueles que não veem outro caminho que não seja através dos mapas já estabelecidos pela cartografia oficial, o que é perfeitamente compreensível para quem não ousa enfrentar um tema tão espinhoso política, acadêmica, econômica e socialmente. Mas, o fato é que o Brasil, desde sua colonização, é orientado para a construção de linhas abissais, separando colonizados de colonizadores, escravizados e senhores feudais etc. A grande diferença nos dias atuais é que, se as linhas foram construídas ou desmanchadas pela força, com lutas armadas, decerto que nesse processo houve acordos diplomáticos, porém, não antes do conflito armado. As lutas nativistas e a incorporação do Acre ao território brasileiro são exemplos dessa dinâmica.

No Brasil pós-colonial, as linhas abissais são construídas por meio de leis (criação de estados, aplicação de impostos, centralização de investimentos etc.), pelas grandes empresas que hoje escolhem, dominam e usam o território, pelo bairrismo cultural e econômico que orienta a prática política de governadores. No que se refere à urbanização das grandes cidades, os bairros populares estão distantes da área central, uma linha abissal que possui dezenas de quilômetros.

Espera-se, de quem detém o poder político, ações que desconcentrem a direção dos fluxos dos investimentos do Brasil, promovendo “um programa de democratização real, do acesso do povo ao poder” (ANDRADE, 1991, p. 13), isso só pode ser alcançado se entendermos que o povo não pode significar apenas como uma camada representada pela base de uma pirâmide socioeconômica.



CAPÍTULO 4

FRONTEIRAS INTERNAS: ESCALAS E CONTRADIÇÕES

A atual configuração político-administrativa do Brasil, com os seus recortes internos, conduzida por uma política de hierarquização do território, mostra que o brasileiro vive em diversas ilhas. Cada estado se comporta como um ente à parte do país, como se fosse uma ilha. Dessa forma, não há como não se instalar contradições no que se refere à produção ou não de outras cartografias.

Ao elaborar uma reflexão sobre se o país precisa de mais ou menos mapas, inevitavelmente, se estabelece uma dicotomia, pois, ao mesmo tempo em que se busca suprimir as linhas abissais, por outro lado, é fundamental a construção de uma cartografia que resguarde dinâmicas particulares que resistiram, ao longo da história, a toda forma de interferência, seja pelo poder público, seja pelo capital ou na ação combinada desses dois setores.

O que se percebe é que tradicionalmente o país tenta se organizar através de propostas de divisões, e tomando a palavra “divisão”, na sua concepção literal, é difícil imaginar a integração no país, sob um modelo de ordenamento do território baseado em incontáveis divisões cartográficas. No Brasil, ocorre a divisão político-administrativa dos estados, uma vez que, dentro de cada estado, surgem as divisões regionais, que podem se desdobrar em regiões econômicas, microrregiões, mesorregiões. A título de exemplo, na Bahia, existe a divisão do estado em territórios de identidade. Dentro das regiões,

estão as cidades que elaboram um ordenamento através dos seus bairros, e, para cada bairro, um mapa. Para além dos mapas oficiais, ainda há a cartografia elaborada pelas grandes empresas que possuem sua própria lógica no mapeamento do território.

Esse sistema de ordenamento espacial, tendo os mapas como instrumento principal, tem provocado, em todas as escalas, o aparecimento de linhas abissais. Assim como a globalização ainda é utilizada para explicar tudo que acontece de benéfico ou maléfico na dinâmica do planeta, os mapas oficiais também se tornaram os únicos meios de planejamento e organização dos territórios, e são utilizados para reproduzirem desde uma caracterização geral até as minúcias de um dado território.

A produção de uma cartografia maniqueísta, ou seja, geral *versus* local, seria contraproducente para interpretar a dinâmica e as necessidades da sociedade, visto que, ao invés de se complementarem, acabam por criar um cenário de contraposições. Em um contexto utópico, imaginando a supressão das linhas abissais, haveria uma geografia única, portanto, seria imperioso revisitar a maneira como os indígenas se relacionavam com o território. Antes da chegada dos colonizadores, esses povos realizavam deslocamentos em várias direções, sem a preocupação com demarcações cartográficas. O contorno geográfico era a própria fisiografia, não havia mapas que determinassem a quem pertencia tal território. Esse cenário é uma utopia, pois o Brasil, como o mundo, se tornou mais complexo, e viver sem um mapa nos dias atuais parece impossível para nossa sociedade.

Essa análise não se configura como uma proposta cartográfica, visto que, para isso, seria preciso apresentar uma opção de cartografia através de mapas. Entretanto, ao se analisar o território sob a ótica do desmanche das linhas abissais, implicitamente está se propondo outra cartografia, uma cartografia imaginária, porém, não abstrata, tendo em vista que a geografia popular é uma ação no território.

Estados ou cidades: onde vivemos?

Ao propor a reflexão sobre onde vivemos, o objetivo é colocar em questão o grau de importância entre a cidade e o estado no que diz respeito ao espaço vivido pelo indivíduo e sociedade. Obviamente, não caberia, nessa reflexão, discorrer sobre todos os estados da federação brasileira, dado que se tornaria uma abordagem redundante devido à similaridade dos fatores que concorrem para dificultar a integração interna. Opta-se, então, por destacar os estados de Minas Gerais, por sua grandiosidade em número de municípios, e o Amazonas, pela imensidão territorial.

Minas Gerais é o estado com o maior número de cidades, estima-se que sejam 853, evidentemente, torna-se inexecutável para um governador administrar tantas cidades com equidade na distribuição dos recursos, ou adotando uma política voltada ao reconhecimento da periferia e do interior invisibilizado. Por essa razão, é inevitável a instalação de uma cartografia abissal, que também é reforçada pela divisão regional interna. Em algumas regiões de Minas Gerais, a população tem relações mais estreitas com outros estados, como são os casos do Triângulo Mineiro com o estado de São Paulo, a zona da mata com o Rio de Janeiro, e as partes do norte e leste mineiro com a Bahia. Longe de ser somente uma busca de identidade, essa dinâmica pode ser entendida como um rompimento dos limites geográficos por parte da sociedade, da geografia popular, como também reafirma a ideia de que esses mapas estão obsoletos.

Quanto ao estado do Amazonas, onde estão concentrados 18,5% de todo o território brasileiro, com a maior área de Floresta Amazônica, a dimensão territorial aliada aos atributos físicos da paisagem são transformados em obstáculos ao gerenciamento do território. Andrade (1991, p. 78) reconhece esse panorama quando diz que “há estados de grande extensão territorial, onde a dificuldade de transporte impede um maior relacionamento entre as áreas periféricas e a capital, o que dificulta uma maior efetivação das decisões governamentais a nível estadual”. Para além disso, é de domínio

público o quanto este estado, com a sua biodiversidade, está sendo espoliado por atividades como o desmatamento e a mineração clandestinos ou legalizados pelo Governos Federal e Estadual, isso para se ater somente às questões fisiográficas, pois se fosse penetrar na problemática da gestão das reservas indígenas, a falta de governança ficaria ainda mais explícita.

A fragilidade dos meios de gestão pública abre fissuras que se alargam no sentido de demonstrar o quanto os governos ainda tratam o Amazonas como uma terra inóspita, exótica. Essa fragilidade tende a servir de argumento para que Organizações não Governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras ocupem cada vez mais esse território, e que potências mundiais interpelem a capacidade do Brasil de gerir sua Floresta Amazônica o que, de certa forma, traduz um pouco do chamado “consenso de Estado fraco”, onde “o Estado é o oposto da sociedade civil e potencialmente seu inimigo” (SANTOS, B. S., 2002a, p. 48), e sendo franco, o estado se torna mais suscetível a ser dividido.

Esses dois estados, aqui, como exemplos do que acontece nas demais unidades federativas brasileiras, no que se refere à fragilidade de governança, suscitam questionamentos teóricos quanto à necessidade de sua existência, afinal, qual seria a necessidade de pertencer a um estado? Uma análise acurada sob a perspectiva do capital revela que os governantes têm exercido um papel de caixeiros viajantes, isto é, “vendem” os estados para grandes empresas nacionais e estrangeiras, transferindo para estas suas responsabilidades sociais e ambientais. Por isso, é crucial pensar nas “bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns”. (SANTOS, M., 2004, p. 267) Não se trata sobre ser contra as empresas, mas interrogar os motivos pelos quais os governantes perderam a capacidade de gerenciar o território.

E as cidades? Elas são, em escala menor, espelhos de uma administração que ocorre em nível federal e estadual. As metrópoles e as grandes cidades vivem numa dinâmica caótica, com populações

maiores que alguns países, com bairros que ultrapassam o número de habitantes de muitas cidades médias e pequenas, apresentam problemas sociais de dimensões globais, portanto, elas também possuem uma cartografia abissal.

Contudo, as cidades deveriam propor outro modelo administrativo, diferente das cartografias perversas, como acontece entre os estados e as grandes regiões, reinventando a gestão da sua geografia; ter a sensibilidade de identificar suas diferenças tanto no âmbito social quanto econômico; e promover a integração de sua população. Um exemplo de que isso é possível pode ser comprovado quando se faz a leitura da dinâmica do direito de Pasárgada em Boaventura Sousa Santos (2014a). Para este sociólogo, o direito da comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, é um direito produzido no sul metafórico,

[...] um sistema jurídico, informal e não oficial, criado por comunidades urbanas oprimidas, que vivem em guetos e bairros clandestinos, para preservar a sobrevivência da comunidade e um mínimo de estabilidade social numa sociedade injusta onde a solvência econômica e a especulação imobiliária determinam o âmbito efetivo do direito à habitação. (SANTOS, B. S., 2014a, p. 380)

Se, nas fronteiras dos estados, as populações ignoram as linhas limítrofes, na cidade, essa probabilidade é maior, afinal, o que são as ocupações de terrenos abandonados, as ocupações de prédios públicos ou particulares em estado de conservação precária, senão a supressão de linhas abissais? Nas cidades, a ação de movimentos sociais, orientados ou não, dentro de uma ideologia partidária, já está promovendo uma luta contra a cartografia abissal urbana. A desobediência geográfica desses movimentos sintetiza o objeto de estudo da geografia popular. Esses movimentos são dotados de “uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus atores, e sem uma localização territorial fixa” (SANTOS, B. S., 2010a, p. 34), trata-se da geografia popular em

sua essência, implantada pelos atores das epistemologias do sul. Destes emergem uma nova via para se entender o território e suas funções, exigindo outros mapas, que não estes impostos pela cartografia oficial municipal. Portanto, é preciso aprender e escutar esses movimentos.

Diferentemente do que os estados possam representar para o poder público, apenas o poder do território, as cidades, são lugares da essência da vida dos indivíduos, na política, na cultura, e nas relações afetivas com o território, por esse motivo é que a criação de novos estados não irá diminuir as linhas abissais. A cidade “um lugar construído cheio de simbolismo que reflete a economia, a sociedade e a cultura que se pratica no seu interior” (CERQUEIRA-NETO, 2009, p. 55); daí a necessidade de políticas públicas para os municípios, pois o território local “é a única fonte segura de cidadania, não por razões político-administrativas, mas porque o local constitui o espaço de resistência, e, portanto de sobrevivência, de práticas sociais” (FERRÃO, 2002, p. 14), por isso, as cidades são as células mais importantes de um país.

Pensar o território sem a globalização: é possível?

Desde que a globalização se tornou um fenômeno pelo qual se tenta explicar a dinâmica mundial e a dinâmica de cada lugar do planeta, parece que as análises dos territórios ficaram mais simples, porém, como Milton Santos alertava, essa postura era um grande equívoco. A globalização tem vetores que podem propiciar benefícios para a sociedade em geral, como, por exemplo, a popularização de algumas tecnologias e do acesso à internet que permitem a ampliação de vozes daqueles que estão nos lugares opacos. Vista por esse lado, a globalização pode oferecer elementos que auxiliam na transposição de linhas abissais.

Contudo, a globalização para grande parte da população mundial é perversa, e, nas últimas décadas do século XX, bem como

no início deste século, tem operado fortemente no alargamento do sul metafórico em todo o globo terrestre. No Brasil, a fragmentação do território, assim como a imposição das linhas abissais, são em grande parte resultantes da influência da globalização, visto que a competição voraz entre os países é uma das marcas desse fenômeno. O que é a guerra fiscal entre os estados, se não uma competição desigual?

Pode-se entender a globalização sob duas vertentes: a vertente humanista, pensada por Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos e outros intelectuais, em busca da diminuição das fronteiras socioeconômicas entre os países; e a vertente economicista, exclusivamente pensada e conduzida pelo capital, que coloca a preocupação econômica em primeiro plano e o homem como secundário no processo de desenvolvimento.

A globalização comandada pelo capital foi mais um mecanismo inventado pelo centro econômico mundial que criou outras geografias, isto é, outras cartografias, pensadas a partir de uma ditadura econômica que objetiva implantar um comportamento único, principalmente no que concerne ao consumismo contumaz, em que as relações se estabelecem sob um vetor econômico, com total desprezo pelas diferentes geografias, pela simplicidade de cada território. O que a globalização faz é evidenciar os desníveis socioeconômicos. Essa globalização tem apenas um critério para explicar a dinâmica dos territórios, o vetor econômico. E isso tem impactado diretamente no planejamento e gestão pública, não por acaso que, no Brasil, produzir mapas regionais econômicos se tornou uma das principais atividades das cartografias oficiais. Portanto, os desníveis socioeconômicos não são percebidos apenas quando se estabelecem analogias entre países, mas dentro dos países, de suas regiões e no interior de suas cidades.

Uma das críticas que se fazia à globalização é a de que ela tentou estabelecer um panorama de homogeneização do planeta, contrariamente, percebe-se que há movimentos contrários contra a homogeneização mundial, pois esses movimentos rejeitam severamente viver numa cartografia abissal, e assim contribuem para

aflorar a singularidade da geografia dos lugares. Esses movimentos contra-hegemônicos corroboram com o pensamento de que “a universalização não suprime os particularismos”. (SANTOS, M., 1982, p. 23) Assim sendo, a ideia de que vivemos em um único bloco de terra, mas com geografias diferentes é factível, daí a necessidade de se pensar num sistema híbrido de gestão do território.

Por isso, concordando com Boaventura Sousa Santos (2002a, p. 60), “é imperioso produzir uma reflexão teórica crítica da globalização e de o fazer de modo a captar a complexidade dos fenômenos que ela envolve e a disparidade dos interesses que neles confrontam”. Essa ponderação se mostra necessária, sobretudo, para desmistificar este processo enquanto caminho exclusivo para se atingir o bem-estar de uma sociedade, aliás, o que a globalização faz é desorganizar os territórios. É preciso que intelectuais encontrem outros caminhos que possibilitem novas análises sobre a organização do território.

A globalização em si mesma é limitada para explicar a dinâmica de uma geografia global, surge na década de 1980, não se sabe ao certo quem a inventou. Sua ideia central é tentar explicar de uma maneira reducionista a dinâmica global, além de ser utilizada como vocábulo que possui o sinônimo de desenvolvimento global. Analisada pelo viés humanista, tornou-se uma farsa visto que seu comportamento foi balizado por uma ideologia capitalista e desagregadora. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2009a, p. 12), “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”, portanto, a globalização se traduz em um elemento propulsor da fragmentação do território, visto que seleciona uma pequena parte da sociedade, em pequenos territórios privilegiados.

Obviamente que o sucesso da globalização como perversidade conta com a conivência de governantes moralmente frágeis, haja vista que a debilidade na governança aliada aos interesses dos grandes grupos econômicos leva ao aprofundamento das desigualdades,

não apenas em escala global, mas, sobretudo, na geografia local. Essa debilidade tem uma relação direta com o neoliberalismo, que

não garantiu o crescimento, aumentou tremendamente as desigualdades sociais, a vulnerabilidade, a insegurança e a incerteza na vida das classes populares, para além de fomentar uma cultura de indiferença à degradação ecológica. (SANTOS, B. S., 2014b, p. 33)

Esse panorama, descrito por Boaventura de Sousa Santos, não é raro no Brasil, principalmente porque os locais mais pobres continuam cada vez menos luminosos. Daí o motivo pelo qual a globalização não pode ser enxergada como algo desprovido de inocência, já que os seus dispositivos são “ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas” (SANTOS, B. S., 2002a, p. 56), e uma de suas intenções é manter e fabricar linhas abissais pelo território.

Assiste-se, em pleno século XXI, a efervescência de grandes manifestações sociais de toda ordem, originadas nos campos, nos guetos, nas cidades, nos quilombos, nas margens dos rios e nas entranhas das florestas, que, ao infringirem os limites geográficos das fronteiras, acabam por incomodar a face mais perversa do fenômeno da globalização, ou seja, o levantamento de muros que separam os lugares opacos dos lugares luminosos. Assim, urge criar caminhos alternativos e abandonar de vez a globalização como escala de análise ou de comportamento dos territórios. É inegável dizer sobre o fausto progresso trazido por ela, entretanto, tem se mostrado envelhecida, estéril, à beira de um colapso, correndo o risco real de figurar, nas enciclopédias, como um evento de grandes repercussões no globo, que cumpriu o seu objetivo econômico por um determinado tempo, mas que faliu devido ao fato de ignorar as singularidades geográficas. Está em gestação, sobretudo, no meio econômico, outro fenômeno que vai substituir a globalização enquanto processo que defina a condição de desenvolvimento dos territórios.

O lado perverso da globalização se ocupa em não deixar florescer a ideia de aldeia global no sentido humanista. Portanto, a globalização comandada pela economia só deseja apagar as linhas que são abissais para a penetração do capital. Em resposta a essa insistência de um pensamento imperialista promovido pelos grandes blocos econômicos, o processo de globalização não conseguiu uma unificação mundial, não apagou totalmente as fronteiras para o seu uso, tampouco uniformizou a sociedade sob um só pensamento de desenvolvimento, pois, “a realidade dos territórios e as contingências do meio associado asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização”. (SANTOS, M., 2006, v. 1, p. 27) Por essa razão, é que o termo “globalização”, enquanto o único caminho de se pensar o mundo, está cada vez mais fragilizado e se tornando completamente superado.

Mas, então, qual o caminho alternativo em substituição à globalização perversa? Não seria um único caminho, haveria de pensar em outras possibilidades, como, por exemplo, a busca de uma política solidária global, mas não no sentido de caridade. Esse caminho necessita apenas ser reaberto, pois foi construído por diversos intelectuais brasileiros, citados ao longo deste livro. Outro caminho consiste na reflexão que esta obra apresenta, ou seja, a projeção de um mundo utópico com uma política antifronteiras. Todavia, não se deve preocupar em criar um nome, um neologismo, o mais importante são as ações que subjazem na implantação e no alargamento de linhas abissais, começando pelos países até chegar à construção da solidariedade em âmbito global. Logo, será preciso que cada país busque superar suas fronteiras internas. Não há, por exemplo, como discutir se o Brasil deverá ou não ser globalizado, se, internamente, não conseguiu alcançar um sentimento de solidariedade. Isto é, a nação brasileira precisa romper com suas linhas abissais internas, colocar os homens lentos em maior mobilidade e tornar transparentes os lugares opacos.

Pensar a sociedade global apenas como aquela que está inserida economicamente e desenvolvida sob paradigmas do mercado

financeiro se configura em falta de análise ampla sobre o significado da palavra global; a não ser que existam dois globos. De acordo com Milton Santos (2002, p. 52), “ser internacional não é ser universal, e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive, pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido”. Sendo assim, até que provem o contrário, todos somos globais se considerarmos que o planeta, o mundo, Mapa Múndi, a Terra, têm o mesmo significado de globo. É imprescindível, para quem deseja compreender o mundo, encontrar outras formas, caminhos que sejam plurais, que se oponham a uma tentativa de resumir as dinâmicas geográficas através de um único conceito.

Segundo Moraes (2002, p. 190), quanto àqueles que pensaram numa homogeneização por completa do globo, em que “teria acabado com as diferenciações entre os lugares na superfície terrestre, foram surpreendidos e rebatidos pelos acontecimentos geopolíticos ocorridos logo nos primeiros anos do século XXI”. Esses acontecimentos, pungentes nas ruas e ou fomentados na política e na universidade, se recusam a viver sob um único regime de economia mundial. Essas geografias afloradas insurgem contra a falta de moral que a globalização, representada por países centrais e suas empresas, disseminaram com suas ideias, amoralidade que está expressa nas relações entre países, e que são baseadas apenas nas regras que o mercado impõe. Aliás, certa vez, enquanto representante do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Josué de Castro (1908 – 1973) teria chamado os países ricos de hipócritas, justamente por projetarem um discurso contra a pobreza, e uma teoria em muito distante da prática, visto que suas ações não direcionavam para este fim. Portanto, a globalização sofisticou e aparelhou os meios amorais daqueles que comandam a economia mundial.

É possível transformar os elementos da globalização em estratégias de superação das linhas abissais? Certamente, a eclosão

de manifestações sociais tanto físicas quanto virtuais, aparelhadas por celulares com internet, com transmissão instantânea, mostra que é possível construir o sentido de aldeia ou geografia global, preservando as diferenças como forma de dizer não às linhas abissais.

Ignorando fronteiras: um caso entre a Bahia e Minas Gerais

Nesta última seção do Capítulo 4, é apresentado um estudo de caso baseado na experiência empírica decorrente de observações realizadas na fronteira dos estados da Bahia e de Minas Gerais (Figura 3), nas cidades de Salto da Divisa (MG), no Vale do Jequitinhonha, e Eunápolis (BA), no extremo sul da Bahia. A relação entre essas cidades se dá através de diferentes setores, contudo, em virtude de ser um município de pequeno porte, os moradores da cidade mineira ultrapassam o limite interestadual em busca dos serviços oferecidos pela cidade baiana.

Na educação, a cidade da Bahia é referência para os jovens da cidade mineira que desejam estudar em escolas de nível secundário com o ensino mais avançado, ou ingressar num curso superior das faculdades particulares e públicas, ou ainda fazer um curso técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Na área de saúde, Eunápolis é o centro que possui uma rede de hospitais e clínicas médicas mais próximas de Salto da Divisa, o que faz com que muitos pacientes desta cidade se desloquem, a fim de realizar tratamentos naquele município baiano. Quanto às transações financeiras, os estabelecimentos bancários situados em Eunápolis recebem depósitos de um número considerável de moradores de Salto da Divisa, devido ao fato de, na cidade baiana, se encontrar um maior número de agências de diferentes bancos, bem como outras instituições financeiras. Por último, na política, é prática comum candidatos a vereadores ou a prefeitos da cida-

de mineira buscarem apoio de empresários e políticos na cidade baiana. Se os moradores de Salto da Divisa fossem estabelecer essas relações com outra cidade mineira de maior porte, teriam que se deslocar por mais de 360 km até a cidade de Teófilo Otoni, enquanto que a distância para Eunápolis é, apenas, de 80 km por uma rodovia pavimentada.

Figura 3 – Região do extremo sul da Bahia, destacando Eunápolis (BA) e Salto da Divisa (MG)



Fonte: adaptada de IBGE (2013).

Se analisada pela geografia oficial, essa dinâmica será considerada como uma dinâmica marginal, pois pode ser vista como fuga da capital mineira para a cidade baiana, e, por outro lado, uma superlotação do sistema de saúde de Eunápolis. Vale ressaltar que o comércio e a única agência bancária de Salto da Divisa não veem com bons olhos a transferência de parte da renda do município para o território baiano. Em contrapartida, a Prefeitura de Eunápolis argumenta sobre a impossibilidade de atender todos os pacientes, na rede pública de saúde, provenientes de Salto da Divisa, pois esse atendimento não estaria nas provisões financeiras destinadas ao atendimento da população do município.

Contudo, se essa relação for entendida a partir do pensamento de que o Brasil é um território único, então, será possível interpretar a dinâmica entre Salto da Divisa e Eunápolis como uma ação da geografia popular, visto que há uma superação de uma linha abissal, que é a linha limítrofe entre os estados. É provável que essa dinâmica aconteça em outras tantas fronteiras estaduais, porquanto os territórios privilegiados, muitas vezes, se encontram na proximidade dos lugares opacos. Objetivando entender essa dinâmica dentro da perspectiva do direito, considerando que a mobilidade pelo território tem uma relação direta com o direito dos cidadãos, foi necessário travar um diálogo com um estudioso no assunto, Zéu Palmeira Sobrinho. Para ele, essa situação se dá seguinte maneira:

[...] o governo local não estende os bens sociais para muitos pobres porque eles não pertencem ao espaço tradicionalmente delimitado no território. Porque não lhes foi negado apenas o território, mas os bens sociais que lhes são sonegados. Essa negação, além de promover uma subjetividade continuamente precarizada e estilhaçada, implica num modo de vida precário, incerto, empurrando as pessoas empobrecidas a fragmentarem cada vez mais as fronteiras tradicionais, dentro ou fora dos espaços urbanos, e com base numa outra

legalidade empreenderem lutas pela ocupação-construção de novos espaços, a exemplo do que ocorre com os sem-teto, os sem-terra, os sem-saúde, os sem-educação, etc.¹

Sendo assim, o rompimento desses limites cartográficos, exemplificados através das cidades de Salto da Divisa e Eunápolis, representa a quebra de fronteiras tradicionais, e coloca em causa a efetividade da geografia oficial, pois esta não consegue impedir e tampouco monitorar a multifacetada configuração espacial. Diante disso, tem-se a libertação dos oprimidos pelos mapas (extra)oficiais.

Por fim, ao elaborar um esforço no sentido de repensar as fronteiras internas, a geografia popular promove um questionamento: qual o lugar mais importante para a vida do cidadão, o estado ou a cidade? É importante salientar que a cidade tem um nível de prioridade maior por tudo que ela pode representar para o cidadão, seja através dos elementos concretos ou imaginários. Ainda que as cidades repliquem o mesmo modelo administrativo que acontece a nível federal e estadual, com a hierarquização dos bairros, elas ainda são os locais exemplares do que há ou do que sobrou do enraizamento afetivo e cultural, percebido nas relações de proximidade, por isso, se configuram como o sistema mais importante dentre todas as cartografias oficiais. Nelas, a esperança de mudanças efetivas se manifesta de maneira mais clara e possível.



CAPÍTULO 5

QUILOMBOLAS E INDÍGENAS: TERRITÓRIOS OPACOS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Neste século XXI, poucos são os espaços onde a globalização não implantou pelo menos um dos vetores que a caracteriza. O capítulo em questão apresenta uma síntese da dinâmica territorial em duas comunidades tradicionais no extremo sul da Bahia: a primeira, a comunidade quilombola de Helvécia, cujo território foi totalmente transformado pelo eucalipto; e a segunda, a etnia Pataxó, representada pelos habitantes da Reserva da Jaqueira, no município de Porto Seguro, que encontra, no turismo, uma maneira de resistir à desterritorialização. A introdução desses dois estudos de casos se justifica por dois motivos: em primeiro lugar, por se tratar de duas comunidades tradicionais, invisibilizadas e confinadas em seus territórios por linhas abissais, logo, identificados como territórios opacos. Depois por se reportar a pesquisas¹ anteriormente realizadas pelo

.....

- 1 A pesquisa sobre o Quilombola de Helvécia foi desenvolvida num estágio de pós-doutorado que realizei no Programa de Pós-Graduação de Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Cíntia Beatriz Muller. A pesquisa sobre a invisibilidade da etnia Pataxó em Porto Seguro foi realizada por Ana Carolina Santos Pinheiro, sob minha orientação, com bolsa de iniciação científica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Porto Seguro.

autor deste livro, que ainda não foram publicadas e exigiram um intenso trabalho de campo. A presença delas nesta reflexão é a parte empírica que colabora para explicar que os lugares opacos e as linhas abissais não são fenômenos puramente abstratos. As conclusões alcançadas demonstraram que esses povos conseguiram ultrapassar as fronteiras, e a corporeidade deles está presente, ainda que de maneira marginalizada ou cooptada pela face perversa da globalização, nos territórios dos municípios onde vivem.

Helvécia: um território (in)visível

O território de Helvécia, em sua trajetória histórica, sofreu intensas transformações, sejam elas de ordem administrativa, cultural, econômica ou ambiental. Foi uma fazenda que pertenceu ao Complexo da Colônia Leopoldina, fez parte do território de Caravelas (BA), com a Lei nº 1.751, de julho de 1962, que tratava da restauração do município de Nova Viçosa, desmembrado de Mucuri (BA) e Caravelas (BA), passa à categoria de distrito de Nova Viçosa, e em 2005, foi reconhecida como comunidade quilombola. Essa sucessão de demarcações construídas por cartografias oficiais demonstram como o antigo quilombo sempre foi tratado como um apêndice dos municípios a que pertenceu, o que favoreceu substancialmente para tornar invisível o seu território. Diversos símbolos, materiais e imateriais, do período da escravidão em Helvécia desapareceram, estão depreciados pelo desgaste natural ou estão escondidos. Daquela tempo, o único símbolo que sobreviveu foi o prédio da antiga estação ferroviária, transformado em museu, e que, contraditoriamente, não representa os antigos escravizados, mas sim o colonizador europeu.

Atualmente, no lugar do trem, vieram os ônibus; as casas de adobe desapareceram do cenário dando lugar às construções de alvenaria, inclusive com dois pavimentos; os antigos armazéns, onde se vendia de tudo um pouco, foram trocados pelo supermercado;

o candomblé divide o espaço com evangélicos e católicos, todos no mesmo território, entretanto, o candomblé é literalmente invisibilizado, tendo em vista que os terreiros não têm lugar de destaque no território como a igreja católica e os templos; o dinheiro de papel agora mede forças com os cartões de crédito; há escolas e creches públicas que atendem a todos do distrito; aos poucos, os automóveis vão substituindo o lombo do animal; o *self-service*, um dos termos da globalização, encontra-se inscrito na porta do restaurante do distrito; as estalagens agora são pousadas; a água vem pelas torneiras; a clínica alivia a dor; e as notícias chegam pelas antenas de TV e pela internet. Essas são modificações que melhoram tanto a vida de quem mora quanto de quem visita o distrito, mas são planejadas, introduzidas e gerenciadas por mecanismos exógenos.

Esses novos equipamentos introduzidos no território de Helvécia, se, por um lado, se apresentam como uma ponte, tanto na mobilidade quanto na informação e comunicação, por outro lado, são condutores de uma invisibilidade a partir do momento em que se estabelecem em uma comunidade quilombola como padrão de organização territorial semelhante a qualquer outro território urbano. Esse processo é uma clara demonstração de quão os negros de Helvécia são invisíveis diante das diversas formas de poder que atuam na região.

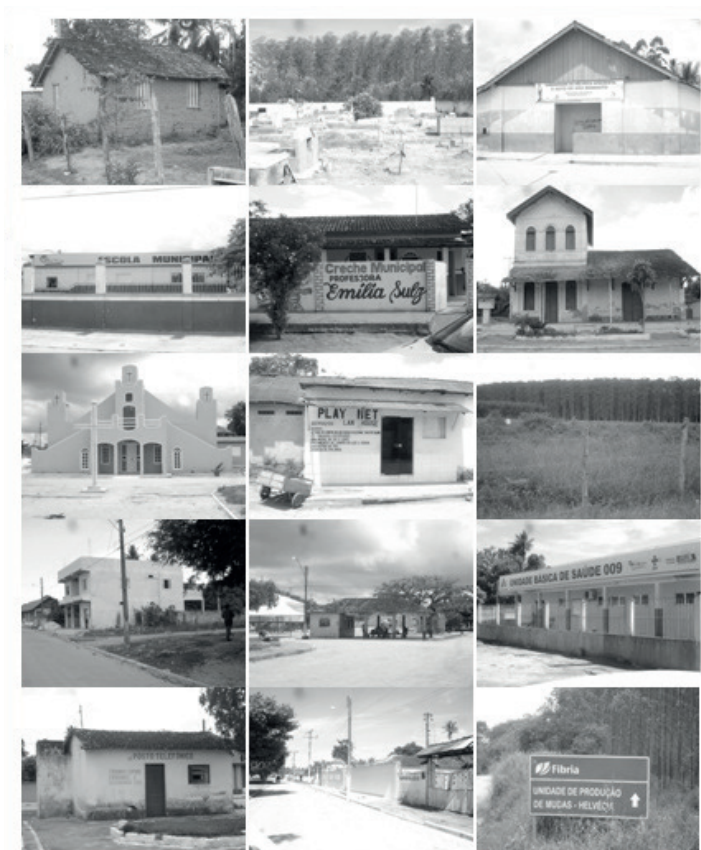
Helvécia, uma antiga fazenda da Colônia Leopoldina, hoje é um distrito do município de Nova Viçosa, localizado no extremo sul da Bahia, com uma população composta por aproximadamente 80% de negros descendentes de escravizados, este dado demográfico foi um fator preponderante para que o distrito fosse certificado como um território remanescente de quilombo, em 2005, pela Fundação Cultural Palmares (FCP). E, no que se refere à existência de uma sobreposição de nomenclatura entre distrito, enquanto uma unidade político-administrativa, e comunidade, enquanto sentimento de pertencimento, será difícil dissociar o distrito da comunidade e vice-versa, uma vez que o território é o mesmo onde se dão as relações entre quem se considera pertencente à comunidade quilombola, e aqueles que não se sentem pertencer à comunidade negra.

Contudo, existe uma complexidade quanto ao sentimento dos seus moradores, de pertencer ou não a uma comunidade remanescente de quilombo. Uma dicotomia pode ser percebida nos posicionamentos dos moradores quando opinam sobre o significado de Helvécia, enquanto lugar onde vivem, como também por órgãos oficiais e empresas da região, o que tem sido uma das causas de tensões dentro do território de Helvécia. Outro ponto de tensão corresponde à relação que o eucalipto estabelece com o território da comunidade de Helvécia, uma sedução difícil de resistir em tempos de crise econômica, ainda mais em territórios carentes e dependentes do poder público, sobretudo, quando a questão gira em torno da demarcação de terras e do reconhecimento legal, como é o caso de Helvécia.

Portanto, Helvécia continua tendo uma dinâmica, sobretudo, impulsionada por grandes projetos ligados à produção do eucalipto. Um pouco dessa dinâmica pode ser vista através do painel (Figura 4) construído a partir dos registros fotográficos do trabalho de campo.

Com efeito, essas novas formas implantadas no território mostram que Helvécia está em fase de transição urbana. De modo que há claros sinais da atuação de alguns processos da globalização, desencadeando uma abertura da comunidade tradicional para que possa ser vista como qualquer outro espaço, isto é, receptivo a grandes empreendimentos, gerando consequências irreparáveis para a consolidação do território enquanto lugar de uma comunidade tradicional. Paralelo a isso, ocorre a interferência externa nos elementos naturais que compõem o seu território, remodelando de forma significativa a sua paisagem cultural.

Figura 4 – Pannel resumo sobre o território de Helvécia



Fonte: elaborado pelo autor.

Helvécia vista do lado de lá (o capital)

O território de Helvécia se mostra totalmente capturado pelo capital através do turismo, porém, em maior grau, pelas empresas do eucalipto. Ao buscar informações em Nova Viçosa – município sede que comanda politicamente o território de Helvécia – sobre o que políticos, comerciantes e a população em geral pensam sobre

Helvécia, percebe-se que há um grande esforço na formulação de um discurso politicamente correto, tentando demonstrar uma preocupação cultural com o território e sua importância histórica para o município e região. Contudo, constata-se uma pretensiosa superficialidade na maioria das falas, evidenciando uma falta de conhecimento, ou mesmo assumindo uma postura de neutralidade em relação às tensões do território.

Ao buscar outras fontes, tais como *sites* da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa e das empresas ligadas ao eucalipto, panfletos de divulgação do município, distribuídos pela Secretaria de Turismo local e site da Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (Embasa), foi possível produzir uma análise do território mais próxima do real, principalmente sobre como pessoas e instituições “de fora” enxergam Helvécia. Inicialmente, foi analisado um texto (Figura 5) encontrado no *site* da Prefeitura de Nova Viçosa e, logo em seguida, a divulgação de um *folder* sobre Helvécia, ambos tentando vender o território como um atrativo turístico.

Figura 5 – O significado de Helvécia para o município de Nova Viçosa (BA)

• Helvécia

Orgulho da história de Nova Viçosa, esse distrito mereceu atenção especial da Secretaria de Turismo, que realizou um importante trabalho de resgate histórico-cultural.

Ao perceberem a situação de abandono em que se encontrava o povoado e que nenhuma ameaça pesava mais sobre as suas cabeças, os remanescentes do período escravo foram, aos poucos, retornando e tomando posse das casas, do comércio e de tudo em fim, transformando o povoado em uma Colônia Negô, inclusive com dialeto próprio.

Hoje Helvécia conta com uma população negra, de beleza singular, em torno de 2000 habitantes. O abandono e o descaso imperaram por lá até bem pouco tempo, quando algumas pessoas de visão e que não temem desafios, empenharam-se no resgate da história, da cultura e da beleza do seu povo, que se orgulha da ascendência dos verdadeiros colonizadores deste pedaço peculiar de Brasil: os negros.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Turismo objetiva não somente o resgate da memória cultural de Helvécia, bem como despertar o interesse daquela comunidade por esta atividade.

Fonte: adaptado de Guia Turístico Virtual Nova Viçosa (2001).

A Figura 5 foi encontrada no *site* do Guia Turístico Virtual de Nova Viçosa - BA, e divulga ações da Secretaria de Turismo do Município de Nova Viçosa, portanto, repercute um pensamento oficial. Percebe-se que o município sede não sabe como tratar Helvécia, tese comprovada pela quantidade de atributos direcionados à comunidade em um texto tão pequeno, ora se refere como povoado, ora enquanto distrito, também o designam de “Colônia Nagô” e até mesmo por “remanescentes do período escravo”. Certamente, a falta de conhecimento do Poder Público reflete na dinâmica interna e externa da comunidade.

O setor do turismo que “vende” o município de Nova Viçosa como atrativo turístico também inclui Helvécia como um roteiro, porém, sempre aparecendo como um lugar exótico, como se a comunidade vivesse como seus antepassados. O lugar para essa comunidade possui um significado que contraria totalmente o sentido exploratório dado por alguns setores da economia. Em diversos meios de divulgação, Helvécia é apresentada como um antigo quilombo que preserva, ainda hoje, as raízes culturais africanas e como um vilarejo, comunidade primitiva, onde vivem descendentes de índios e negros. Assim, Helvécia é “vendida” como um atrativo turístico altamente exótico, como se os seus moradores fossem pessoas totalmente diferentes dos seres humanos, dotados de hábitos primitivos ainda neste começo de século.


Outra questão instigante foi a referência dada a Helvécia pela Embasa no seu Relatório Anual para Informação ao Consumidor (RAIC) do ano de 2011, classificando a comunidade como um município (Figura 6). Portanto, para essa empresa, uma estatal do Governo da Bahia, o morador de Helvécia é um consumidor como qualquer outro em qualquer parte da Bahia. Sem sombras de dúvidas, esse posicionamento da empresa em relação à comunidade em tela entra no rol dos vetores que contribuem para a continuidade de uma situação de enfrentamento quanto à dissolução das identidades culturais dos quilombolas.

dos aspectos culturais do estado, esse mesmo estado, na figura da sua empresa de abastecimento de água, não assume uma posição que contribua com a identidade do território de Helvécia.

Figura 7 – Primeira página do RAIC da Embasa do ano de 2014

Relatório Anual de Informação ao Consumidor

2014



SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LOCALIDADE DE HELVECIA (NOVA VIÇOSA)

APRESENTAÇÃO

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa – é uma empresa de economia mista e capital fechado, com sede na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador/BA. Seu principal acionista é o Governo do Estado da Bahia. A atribuição principal da empresa é construir, operar e manter sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Por meio deste relatório garantimos ao consumidor o direito à informação sobre a qualidade da água distribuída, atendendo aos requisitos do Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005, e das artigos 12 e 13 da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 5.440, de 04/05/2005

Art. 3º Os órgãos e as entidades dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios e demais pessoas jurídicas, às quais este Decreto se aplica, deverão enviar às informações aos consumidores sobre a qualidade da água, nos seguintes prazos:

(...)

II – relatório anual até quinze de março de cada ano, ressaltando o primeiro relatório, que terá como data limite o dia 15 de outubro de 2005.

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE MECANISMOS E INSTRUMENTOS PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONDIÇÃO HUMANA

CAPÍTULO III - DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR

Art. 5º Na prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto ao consumidor, dentre outros direitos:

(...)

II – receber do prestador de serviço de distribuição de água relatório anual contendo, pelo menos, as seguintes informações:

(...)

g) identificação dos mananciais de abastecimento, descrição das suas condições, informações dos mecanismos e níveis de proteção existentes, qualidade dos mananciais, fontes de contaminação, órgão responsável pelo seu monitoramento e quando ocorrer, identificação da sua respectiva bacia hidrográfica;

h) descrição simplificada dos processos de tratamento e distribuição da água e dos sistemas isolados e integrados, indicando o município e a unidade de informação abastecida;

Portaria nº 2.914/2011, de 12/12/2011

Art. 13 Compete ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano:

I - exercer o controle da qualidade da água;

Lei nº 8.078, de 11/09/1990

CAPÍTULO I – Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 2º São direitos básicos do consumidor:

(...)

O PAPEL DA EMBASA

Á água é considerada potável quando não contém micróbios ou substâncias nocivas à saúde.

Em nossas casas, a água é usada para consumo humano (beber, cozinhar etc.), limpeza e higiene. O uso de água potável traz uma série de benefícios à saúde, mas alguns cuidados são necessários. Mantenha o seu reservatório limpo e coberto. Seja rigoroso com a higiene na manipulação de utensílios de cozinha, principalmente garrafas de água e copos, e no preparo de alimentos.


O consumo de água ou alimentos contaminados, por sua vez, pode provocar doenças como febre tifóide e paratifoide, diarreias, hepatite, poliomielite e erisipelas provocados por ameba, lambriga, ou larva, solitária e giardia.

Á água disponível na natureza, que chamamos de água bruta, não é apropriada para o consumo humano direto na maioria das situações. É necessário, então, captar a água nos rios e lagos, ou através de poços e transportá-la até a sua casa, após o tratamento necessário.

A Embasa é responsável neste município pela operação e manutenção do sistema de abastecimento de água potável, devendo manter e controlar a qualidade da água produzida e distribuída, e divulgar informações referentes a este controle, promovendo em conjunto com os órgãos ambientais e gestores de recursos hídricos as ações para proteção do manancial de abastecimento. As responsabilidades atribuídas às empresas pelo operação de sistemas de abastecimento de água estão dispostas na Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde e nas demais legislações aplicáveis.

Os processos necessários ao tratamento de água são estabelecidos em cada situação específica, com base nas características da água bruta e nos padrões de potabilidade.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



PROCESSO DE TRATAMENTO

Fonte: adaptada de Empresa Baiana de Águas e Saneamento (2014).

Outro agente que parece não entender a importância de Helvécia enquanto um território de conservação cultural e ambiental é o eucalipto, como indica trechos de notícias e de um comunicado da Assessoria de Comunicação (Ascom) da Fíbria,² uma das maiores

.....

2 Ver: <http://www.novavicosas.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=189>.

empresas no ramo da celulose. O primeiro trecho do comunicado começa pela exaltação dos números, do quanto de investimento será injetado em Helvécia e nos seus arredores, objetivando fortalecer a ideia de desenvolvimento.

O comunicado é iniciado mostrando a grandeza dos números expressos nos valores dos investimentos (Figuras 8 e 9) e na quantidade de geração de empregos que aparece como uma benesse para a população local, onde um dos requisitos é ser morador de Helvécia e outros distritos próximos. Essa é uma forma de “afago” que o capital faz para os moradores, dando a eles uma sensação de privilegiados (Figura 10). Entretanto, a condição para tal investimento é o uso indiscriminado do território de Helvécia, o escopo principal para a expansão dos negócios do eucalipto (Figura 12).

Figura 8 – Valores dos investimentos da Fibria em Helvécia

A Fibria lançou nessa sexta-feira, 17 de setembro, a pedra fundamental da sua Unidade de Produção de Mudanças (UPM), localizada em Helvécia, distrito do município de Nova Viçosa-Ba. O investimento previsto é da ordem de R\$ 30 milhões e a UPM terá capacidade para produzir 30 milhões de mudas clonais de eucalipto por ano.

Fonte: adaptada de Fibria (2014).

Figura 9 – Geração de empregos em Helvécia

Na fase de operação, vai gerar cerca de 250 empregos.

Fonte: adaptada de Fibria (2014).

Figura 10 – Qualificação para o trabalho no setor do eucalipto para os quilombolas

Mais de 700 pessoas foram beneficiadas pelos cursos em quatro comunidades dos municípios de Nova Viçosa e Caravelas, ganhando qualificação para o mercado de trabalho. Para participar dos cursos, era pré-requisito morar em Helvécia, Juerana, Nova Esperança ou Cândido Marino, garantindo a prioridade para moradores da região, “Em breve, muitos destes profissionais deverão ser relacionados para atuar na construção da Unidade de Produção de Mudanças”, observou o especialista em Viveiro da Fibria, Valeriano Cancela da Conceição.

Fonte: adaptada de Fibria (2014).

Por fim, no trecho a seguir, da declaração do diretor-presidente da Fíbria, aparece a teoria de espaço vital, de Ratzel, quando o Sr. Carlos Aguiar (Figura 11) destaca a importância estratégica do sul da Bahia, tanto no que se refere ao papel de Helvécia para a empresa como na dimensão territorial da área plantada de eucalipto.

Figura 11 – Helvécia como território estratégico para expansão do eucalipto

O diretor-presidente da Fíbria, Carlos Aguiar, destacou que a UPM de Helvécia marca a retomada dos investimentos da empresa em novos projetos e confirma a importância estratégica do sul da Bahia para os negócios da companhia.

Fonte: adaptada de Fíbria (2014).

Figura 12 – Território de Helvécia como espaço vital para a empresa do eucalipto

A UPM de Helvécia vai atender, preferencialmente, as demandas da empresa para a renovação dos plantios localizados na Bahia, onde a Fíbria possui 173 mil hectares de áreas distribuídas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

Por: Ascom Fíbria

Fonte: adaptada de Fíbria (2014).

Aparentemente, a relação do eucalipto com Helvécia se mostra de maneira dúbia, uma relação conturbada onde o eucalipto se mostra como sedutor e ao mesmo tempo nocivo, oferece cursos de capacitação, apoia os festejos do distrito, mas também é tido como responsável pela diminuição da pequena agricultura. Para alguns moradores de Helvécia, o reconhecimento como quilombola também teve o objetivo de frear a expansão do eucalipto no distrito. Este segmento econômico se mostra com tamanha força dentro do distrito que, às vezes, tem-se a impressão de que ele sobrepõe a questão maior da comunidade. A justificativa daqueles que defendem o eucalipto, sem qualquer restrição, é uma postura simplista e perversa perante uma comunidade que sobrevive em um cenário marcado pela ausência de políticas públicas e economicamente

pobre. Aliás, o temor da expansão do eucalipto está presente como uma das justificativas para que Helvécia tenha requerido o reconhecimento de comunidade quilombola.

É inegável a existência de políticas públicas por parte do Governo Federal para atender às comunidades tradicionais brasileiras. Contudo, essa é somente uma parte da solução da questão, tendo em vista que as demarcações de terras e a colocação de infraestrutura cobrem uma necessidade imediata. É fundamental que haja um acompanhamento, tanto das dinâmicas internas quanto externas, tendo em vista que a dinamicidade urbana no Brasil tem tido uma aceleração quase que impossível de cartografá-la. E isso tem atingido algumas comunidades tradicionais.

No caso de Helvécia, o território está sofrendo com um sufocamento por grandes projetos econômicos, sobretudo aqueles ligados à produção de eucalipto. A consequência desse cenário tem contribuído para provocar tensões dentro da comunidade como, por exemplo, questionamento entre seus moradores sobre ser ou não ser um território quilombola. Com o avanço das florestas de eucalipto, a economia de Helvécia passa a depender a cada vez mais dos agentes exógenos, enquanto suas áreas de agricultura vão diminuindo, a introdução de costumes que são totalmente externos acaba afastando os moradores de sua cultura local. O cotidiano de Helvécia se assemelha ao cotidiano de qualquer pequena cidade do Brasil com trânsito de automóveis, comércio de variados setores que já dividem o dinheiro em espécie com o cartão de crédito nas suas operações, estabelecimentos que utilizam expressões estrangeiras etc.

Helvécia no século XXI

O território de Helvécia, nos dias atuais, permite ser compreendido por, pelo menos, três variáveis de análise: 1) como território político-administrativo dentro do município de Nova Viçosa, com sua demarcação geográfica, isto é, a sua condição de distrito não o

permite produzir políticas públicas voltadas especificamente para o seu território; 2) compreendidas também como o território do eucalipto, controlado pelas grandes empresas, que tem seus braços nas terceirizadas e em outros parceiros, essas são as condutoras de agentes exógenos que contribuem para que o território de Helvécia se pareça com tantos outros do país, ou seja, para a uniformização dos lugares, que é própria da face perversa da globalização; 3) e, além destas, como o território onde as tensões, no que se refere ao sentimento de pertencimento, se perpetuam na dualidade de ser ou não uma comunidade quilombola.

Helvécia apresenta uma complexidade que não está apenas nas questões sobre o pertencimento, encontra ressonância na sua atual dinâmica territorial que se assemelha a muitas cidades pequenas do país, inclusive se transformando de maneira muito mais veloz que outros pequenos centros urbanos devido ao intenso uso do seu território por grandes empreendimentos ligados ao eucalipto.

As estatísticas do Censo 2000 apresentam Helvécia com uma população de 3.349 habitantes. Do total, 1.746 pertenciam ao sexo masculino, uma soma equivalente a 52,1% enquanto que 1.603 integravam a população feminina, perfazendo 47,9% da população total. (SANTANA, 2008, p. 55)

O número total de habitantes de Helvécia é maior do que a população do município de Catolândia (BA), com 2.609 moradores, de acordo com o (IBGE, 2011), o que indica que esse território deve ter um planejamento que leve em consideração seus aspectos culturais, ambientais e econômicos.

A dialética instalada nos dias atuais em Helvécia é um reflexo da existência de uma identidade quilombola, em contraposição a uma parte da comunidade que se recusa a estabelecer esse debate. Por outro lado, há um esforço, sobretudo, dos agentes exógenos, para que a identidade quilombola seja suprimida no território. Portanto, não há como negar a existência de uma fragmentação étnica e cultural interna, alimentada continuamente por interesses externos,

que lançam mão de todos os mecanismos para seduzir parte da comunidade, como, por exemplo, restauração de símbolos históricos, a doação de um centro de informática para a comunidade, o patrocínio de festas em datas comemorativas do território, sendo bancados em grande parte por recursos privados.

Quanto ao futuro de Helvécia, política e administrativamente, deverá continuar como um distrito, pois ainda não tem força política e não apresenta aspectos técnicos para se tornar um município, porém não se descarta este assunto entre seus moradores. Enquanto estiver na condição de remanescente quilombola, esse título será compartilhado apenas por aqueles que possuem esse sentimento. O território de Helvécia ainda não foi demarcado como área quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que contribui para que as tensões continuem entre os seus moradores, e na cooptação do território por grandes projetos econômicos em áreas rurais. Diante desse cenário, o mais importante é saber o quê o Brasil pretende fazer com os seus negros. (SANTOS, M., 2006)

Algumas percepções

A denominação do território como “Helvécia” pode ser vista como outra contradição, um forte ponto de conflitos. Paradoxalmente, o vocábulo que remete a um país da Europa, alude a um território de colonização de origem suíça, de fato, a própria Helvécia do extremo sul da Bahia foi um território criado por um suíço. Todavia, espera-se que um remanescente quilombola adote para o seu território um nome que represente a história dos seus ancestrais, da sua cultura e não a transplantação de um estrangeirismo totalmente avesso à identidade do seu povo, perpetuando o estigma de “sujeitos colonizados”. De qualquer forma, a Helvécia baiana é uma referência quilombola, seja para estudos acadêmicos, para o turismo ou sociedade em geral.

A maior parte das preocupações atuais com o território, em ambos os lados, diz respeito ao avanço da prostituição e das drogas, aumento da violência no campo, a necessidade de uma agência bancária, pavimentação das ruas etc., enfim, situações problemáticas que aparecem em qualquer paisagem urbana. Essas questões parecem superar o embate pela condição de remanescente quilombola, seja por parte de quem tem essa bandeira como luta ou por quem a ignora. Mas, também pode ser uma maneira que os dois lados encontraram para estabelecer grande acordo, que não é oficial, mas estabelecido através da convivência quase que pacífica e respeitosa dentro de um território repleto de antagonismos.

Todavia, se antes os conflitos podiam ser dirimidos através de dois polos, descendentes de escravizados *versus* descendentes de colonizadores, nos dias atuais, eles se tornaram multipolares porque envolvem outros elementos da modernidade, que influenciam nesse território bastante sensível, pois envolve uma gama de emoções que permeiam a sua história. Os maiores culpados por essas tensões não são os descendentes de escravizados ou os descendentes de colonizados, mas a debilidade dos sucessivos governos, no âmbito federal, incapazes e insensíveis com uma questão que só pode ser resolvida por meio institucional.

Então, para que criar um território quilombola se este não é gerenciado pelos maiores interessados, os negros? O cenário político e social de Helvécia é um reflexo do que acontece ao nível nacional. Será que “os negros deverão esperar mais outro século para obter o direito à participação plena na vida nacional?”. (SANTOS, M., 2002, p. 158) Helvécia é uma sociedade de homens lentos que precisa ser visibilizada, como forma de garantir efetivamente a sua sobrevivência enquanto comunidade negra.

A invisibilidade indígena na cidade de Porto Seguro (BA)³

Nesta seção, enfatiza-se a relação do território com a etnia Pataxó no município de Porto Seguro, onde é possível verificar a difícil arte de manter uma identidade diante dos tentáculos da globalização, influenciando diretamente no planejamento oficial – feito pelo estado – do território. É importante verificar, em menor escala, como o governo local trata as comunidades tradicionais em seu território. Será que essas etnias são apenas importantes para o interesse do turismo local? No jogo de quem é o responsável pela vida dessas comunidades, os estados são inoperantes nessa questão, ficando toda legislação e dinâmica a cargo do Poder Federal, que, ao longo da história do país, mesmo com alguns esforços, não conseguiu implantar uma política eficaz para as etnias. Esse insucesso pode ser explicado pelo fato de que o modelo ideal esteja dentro das comunidades, e não dentro dos órgãos públicos.

Porto Seguro: território do turismo

Até atingir o *status* de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas do turismo, o que foi decisivo na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por *hippies* ou pelas chamadas comunidades alternativas a um dos maiores pontos de atração turística do Brasil: Porto Seguro foi se desenvolvendo de maneira espontânea, atraindo investimentos de todos os níveis, e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais com objetivos diferentes.

.....

- 3 Esta sessão do Capítulo 5 deu origem a um artigo sobre questões indígenas no município de Porto Seguro, que foi aprovado para ser publicado na *Revista Espacialidades* da UFRN. No que se refere ao quilombola de Helvécia, foi gerado um artigo que será publicado pela Revista *Biblos* da Universidade de Coimbra - Portugal.

Até meados da década de 80, verificava-se uma maior incidência de pequenos empreendimentos [...] A descoberta de Porto Seguro pelos grandes operadores turísticos nacionais fez surgir um novo segmento: o turismo de massa; crescendo com ele o número de novos e maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a exercer forte pressão sobre a infraestrutura básica. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2000, p. 16)

Por ter se tornado um polo de atração populacional, Porto Seguro teve a sua urbanização feita pelos pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e ocupações de áreas irregulares, uma cidade que não foi planejada, o que é comum no território brasileiro. A preocupação com a proteção de Porto Seguro e toda a Costa do Descobrimento, relacionada com o inchaço do seu território, está explícita no relatório do Plano de Referências Urbanístico-Ambientais (PRUA), elaborado pelo Governo da Bahia:

O fato da concentração populacional e a migração de cerca de 14.000 habitantes novos por ano [...] gera atualmente uma desestruturação insuportável para qualquer estrutura urbana e pode colocar em risco a imagem do destino turístico 'Porto Seguro' e a 'Costa do Descobrimento' e até arranhar a imagem 'Bahia' no mercado turístico nacional e internacional (BAHIA, 1997, p. 5)

Fica evidenciado que a preocupação principal do PRUA é o turismo, contudo, a elaboração de planos específicos para atender determinada atividade econômica acaba por privilegiar uma pequena parte da sociedade e concorre para que não haja uma interação com outros planos municipais que visem o ordenamento territorial (como plano diretor e lei orgânica municipal, por exemplo).

No município de Porto Seguro, a explosão demográfica, em virtude da expansão do turismo, teve uma repercussão negativa nos elementos naturais que compõem o seu território, elementos estes

muito sensíveis, como: mangues, restingas, falésias desnudas e foz de rios. Decerto que a modificação desse ambiente teve impacto diretamente no modo de viver dos pataxós.

Na microrregião de Porto Seguro, os índios foram forçados a participarem, em algum grau, da urbanização, em decorrência do sufocamento de suas áreas, e, conseqüentemente, a diminuição da capacidade de sobrevivência dentro dos limites de suas reservas. Em meio aos asfaltos e concretos das construções das cidades, é comum encontrar indígenas comercializando artesanato feito com elementos naturais encontrados em suas reservas já debilitadas ambientalmente, ou estão ocupando outras atividades urbanas como, por exemplo, servindo ao turismo, não raro, de forma caricata do que seria sua cultura.

Onde estão os pataxós?

No ano de 2000, a comemoração pelos 500 anos do chamado “Descobrimento do Brasil”, na cidade de Porto Seguro (BA), foi um evento catastrófico, não pelo confronto⁴ que houve contra as manifestações das etnias do território, mas porque mostrou ao mundo como o Brasil trata seus povos indígenas. Por outro lado, as tristes cenas do confronto serviram para endossar que, no Brasil e em Porto Seguro, ainda há representantes dos povos que viveram nesse território antes da chegada dos portugueses, e que saíram de

.....

- 4 Os confrontos envolveram índios pataxós, sem-terras e militantes políticos que anunciaram uma marcha para denunciar desigualdades. Nada de grave ocorreu enquanto parecia apenas um ato pacífico. Porém, quando os manifestantes se aproximaram mais do local onde estavam as autoridades, a Polícia Militar da Bahia (PMBA) entrou em cena para dispersar a marcha. Bombas de gás lacrimogêneo, pedradas, e até o disparo de flechas, pioraram a situação, fazendo com que a festa do descobrimento ganhasse repercussão vexaminosa, inclusive no exterior. (FESTAS..., 2013)

suas aldeias demonstrando que são resilientes quanto à tentativa de exterminação. Tal atitude de ultrapassar as fronteiras revela que essas etnias produziram uma geografia popular, superando, fisicamente, a linha abissal entre elas e os poderes que as confiaram em suas reservas. Portanto, o que ocorreu no ano de 2000 foi uma tentativa de dar continuidade a um processo que objetiva excluir os povos indígenas do cotidiano da cidade de Porto Seguro.

As etnias que habitam a microrregião de Porto Seguro tiveram que se adaptar ao chamado “*trade* do turismo” como forma de garantir sua sobrevivência cultural e econômica. O que aconteceu foi que “os índios perderam parte do seu território e hoje servem de atrativo turístico”. (CERQUEIRA-NETO, 2013 p. 260) Assim, toda forma de representação cultural étnica é vendida, seja pelo artesanato ou na apresentação de rituais tradicionais.

Por outro lado, nos pontos centrais da cidade, a figura do colonizador é destacada, como o Trevo do Cabral e o conjunto arquitetônico da Cidade Histórica (Figura 13). De certa forma, os símbolos da colonização presentes na paisagem da cidade parecem ter um caráter de perpetuação de uma eterna submissão, tendo a figura dos invasores como benfeitores. É difícil imaginar que o destaque que esses símbolos possuem no território de Porto Seguro, contrariamente à supressão dos primeiros habitantes, seja algo posto de forma ingênua.

Figura 13 – Imagem de Pedro Álvares Cabral e parte do conjunto arquitetônico da Cidade Histórica



Fotógrafa: Ana C. Pinheiro (2016).

Sendo assim, percebe-se que, desde a época da chegada dos colonizadores até os dias atuais, o Estado, associações, organizações, o *trade* turístico, e também grande parte da sociedade, age de forma a suprimir os símbolos que de alguma forma possam significar que o território de Porto Seguro é originalmente um território indígena. Se esta interpretação for equivocada, então, o que justifica a preservação e conservação das construções europeias, em contraponto ao total desaparecimento da arquitetura produzida pelo povo pataxó?

Outro processo contraditório que contribui para o isolamento desses povos em relação aos outros moradores do município se encontra na configuração de reservas indígenas. As reservas tanto podem representar um lugar da preservação e proteção da cultura, como também podem significar um confinamento dentro de um arranjo territorial, e assim, passam a ser vistas como algo exótico, estranho ao que se designa de “sociedade brasileira”. Por isso, não basta apenas demarcar as reservas, criando uma cartografia abissal, que as isole da convivência com a totalidade do território. A maioria dessas comunidades vive marginalizada em relação à cidade, em uma espécie de isolamento social, econômico e cultural, muitas vezes servindo como objetos de pesquisas ou sendo vendidas como um atrativo turístico. Não se pode querer que uma reserva indígena se comunique dentro de um sistema em que os seus territórios sejam inferiorizados hierarquicamente, inclusive, em todas as escalas de governo.

O Brasil necessita encontrar os caminhos que integrem à sua sociedade os grupos sociais menos favorecidos para que possa desenvolver a sua economia, sua cultura e se apresentar perante o mundo como um país que se impõe, que tem uma contribuição positiva a oferecer. (ANDRADE, 1991, p. 49)

Portanto, os mapas oficiais que demarcam as reservas indígenas não são democráticos, pois criam limites cartográficos que visam impor a segregação ou a “proteção” de tal parcela da população.

A etnia pataxó vive no território que tem um conteúdo histórico relevante para o país, do qual são personagens principais, mas que, ao mesmo tempo, se tornou um território do turismo de massa, que se torna perverso a partir do momento em que a praia e o sol são as referências de Porto Seguro. Logo, a história da sua origem, que está ligada diretamente aos pataxós, perde o valor de caráter identitário, conseqüentemente, o município passa a ser compreendido somente como um lugar do turismo de massa. E esse tipo de turismo não tem como finalidade a preocupação com a cultura local.

A resistência dos pataxós

Apesar da imensa força empregada para que cada vez mais os pataxós sejam excluídos do território de Porto Seguro, há, contrariamente, forças que possibilitam a resistência dessa etnia. As formas de resistência são disseminadas em alguns atos públicos (manifestações) ocupando a cidade, como também noutras ações através do ensino superior, no uso das mídias como forma de expressar e divulgar sua cultura, e na política.

O acesso a algumas tecnologias tem facilitado a comunicação, e a informação sobre diversos temas da nossa sociedade. Ainda que o acesso à internet, a aquisição de um computador ou um telefone celular de última geração não tenha se democratizado a todos os brasileiros, mesmo com equipamentos mais simples é possível criar, reproduzir, comunicar, e manifestar-se sobre tudo aquilo que afeta a reordenação social. Nesse sentido, as redes sociais têm servido como uma ferramenta de transposição de linhas abissais para as comunidades tradicionais. Por exemplo, os pataxós, em sua maioria, possuem acesso a essas tecnologias e as utilizam de diversas formas, sobretudo, como ferramentas de denúncia, organização, e divulgação das suas ações no território de Porto Seguro. São responsáveis por

sua visibilidade, produzindo e publicando o que geralmente não interessa à grande mídia ou mesmo à mídia local.

Os pataxós que vivem na Reserva da Jaqueira, distante, aproximadamente, 12 km do centro de Porto Seguro, passaram a utilizar o turismo como forma de resistência. Na reserva de 827 hectares, os turistas são recebidos e podem acompanhar, no roteiro da visita, diversas manifestações da cultura pataxó, que, para além de ser um ritual de cunho teatral, visto que é uma representação para o turista, é também uma forma de mostrar que ainda estão presentes no território. Dessa forma, os pataxós passam a utilizar o turismo, uma atividade econômica que não foi introduzida por eles no território em seu próprio benefício, e demonstrando um alto grau de sua resiliência.

Outra forma do povo pataxó manifestar sua resiliência corresponde à busca pela formação pedagógica e intelectual. O Curso de Licenciatura Intercultural (Linter) do IFBA, no Campus Porto Seguro, abriga vários povos indígenas, tais como, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hã e Tupinambá, em diversas aldeias no extremo sul da Bahia. A Linter é uma oportunidade e um caminho não somente para a formação pedagógica, isto é, para aqueles que desejam ser professores em suas aldeias, mas também um lugar de encontro entre o saber tradicional e o conhecimento acadêmico, portanto, um campo fértil e aberto para se pensar nessa relação. Assim, a partir do momento em que os povos indígenas saem de suas aldeias e vêm para a cidade estudar, eles quebram a resistência da cidade dos não índios, ultrapassando aquilo que Boaventura de Sousa Santos vai chamar de linhas abissais, saem de uma situação de opacidade e se tornam visíveis na cidade que, por todo o contexto da modernidade, da globalização, tenta cada vez mais torná-los invisibilizados.

E na política, o Cacique Renivaldo, da etnia Pataxó, foi o primeiro indígena eleito para vereador nas eleições de 2016 no município de Porto Seguro. Com mais de 123 anos de emancipação política, somente no século XXI, um representante dos pataxós chega a um cargo público através do voto. Isso demonstra o quanto nossa de-

mocracia ainda tem que ser repensada nesse território. Apesar de todas as tentativas de invisibilizar a figura do indígena no município, inclusive com a segregação desses povos tradicionais em suas aldeias, sempre se pode esperar por uma revanche, esbolas em diferentes formas de resistência pela manutenção de suas terras e culturas locais.

A etnia Pataxó em Porto Seguro vai continuar a existir e resistir, mesmo com toda a sedução para que os indígenas se desprendam das suas origens, como, por exemplo: a adoção a cultos e religiões que não fazem parte da sua história, o acesso a tecnologias, tentando parecer que eles estão descaracterizados da sua cultura. Por conseguinte, com o intuito de eliminar as “diferenças” entre eles e os não índios, um procedimento muito utilizado para apagar as comunidades étnicas da cartografia física e cultural das cidades ocorre através da imposição da lógica do capitalismo. Houve uma série de estratégias para que a dizimação dos Pataxós acontecesse, não só fisicamente através do conflito armado, mas também por uma intensa propagação da ideia de negação da cultura e das próprias origens.



CAPÍTULO 6

O INTELLECTUAL DO TERRITÓRIO: A GEOGRAFIA PERTENCE A TODOS¹

Este capítulo, longe de ser um desprestígio ao papel do geógrafo na interpretação do território, na verdade, é um reconhecimento à democracia pela gama de estudos que diversas áreas do conhecimento produziram tendo o território como objeto de pesquisas, estudos estes, que, inclusive, contribuíram com a geografia enquanto ciência. Assim, o pesquisador que se dedica a compreender criticamente a dinâmica de um dado território seja através da sociologia, antropologia, história, por exemplo, pode ser considerado um intelectual do território, o geógrafo já o é por natureza de sua formação. Portanto, o intelectual do território se dedica a construir pensamentos que questionem as linhas abissais, sejam as já estabelecidas ou as que estão por aparecer, tendo sempre como ponto de partida os anseios dos excluídos e o território, aliás, o próprio pesquisador pode ser um excluído se este apresenta pensamentos que vão em direção contrária do que está estabelecido por uma elite acadêmica.

O papel do intelectual na geografia popular fundamenta-se basicamente em construir possibilidades de análises sobre a dinâmica dos movimentos organizados ou desorganizados que suprimem

.....

1 Pequena parte deste capítulo compôs um artigo publicado pela *Revista Cronos* da UFRN. Ver: Cerqueira-Neto (2017).

barreiras geográficas entendidas como linhas abissais. É uma análise que se “assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe”. (SANTOS, B. S., 2002a, p. 23) Assim, formular um pensamento para uma geografia popular, nesse caso, é pensar outro caminho onde os mapas não se configurem numa barreira para a convivência entre as sociedades do mesmo país. Duas questões são colocadas para quem se dedica a pesquisar o território a partir das suas desigualdades. A primeira se refere à postura do intelectual perante as linhas abissais e a dinâmica das epistemologias do sul. A segunda aborda a coragem em se desprender da rigidez científica.

Quanto à primeira questão, Boaventura de Sousa Santos (2002a) faz uma provocação em relação à postura de neutralidade, imparcialidade, que tenta imputar ao pesquisador a condição de um ser externo à dinâmica social. Entretanto, o intelectual da geografia popular é parte nesse processo no que concerne ao desmanche das fronteiras internas do país. Dessa forma, ele se torna porta-voz e tradutor de uma geografia caótica, que produz novas configurações espaciais, nas quais está inserido.

Ao refletir sobre a construção de uma teoria crítica, comumente, o desconforto atinge alguns pesquisadores quando são levados a responder a seguinte questão: afinal, de que lado você está? De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002a, p. 25), “para alguns é uma pergunta ilegítima, para outros uma pergunta irrelevante e para outros ainda uma pergunta irrespondível”. Essa reflexão do sociólogo indica que a dualidade entre pensar e sentir ainda não foi totalmente dissolvida nas universidades. Efetivamente, não tomar partido em alguma causa pode se configurar um argumento inconsistente, visto que, pesquisadores e/ou intelectuais têm o seu lado, inclusive lado político partidário.

Também é verdade que há intelectuais que preferem não representar nenhuma bandeira de partido político, optando por estudar os lugares opacos, o subdesenvolvimento, elaborar pensamentos

que contestam posturas amorais e antiéticas de qualquer colocação partidária, como fez Milton Santos durante toda sua vida. Entretanto, optar ou não por uma posição não deve ser utilizado como juízo de valor para distinguir a capacidade de um intelectual. A segunda questão se encontra na própria geografia enquanto ciência, tendo em vista que ela

[...] conta entre suas fraquezas o fato de não ter um objeto claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repousa sua prática. A inexistência de um sistema de referências mais sólido, de resto, explica o papel de relevo que essa disciplina desempenhou na reorganização não igualitária do espaço e da sociedade, tanto ao nível mundial como no local. (SANTOS, M., 1988, p. 8)

A crítica de Milton Santos (1988) sugere que a geografia necessita se reinventar tanto perante as ciências quanto perante a sociedade, dado que “o novo saber dos espaços deve ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir”. (SANTOS, M., 2004, p. 263) Ao utilizar a palavra “denúncia”, Milton Santos (2004) dá uma indicação do quanto a geografia oficial, também gerada dentro dos campi, acabou por afastar a geografia da sociedade.

Ora, a composição mineralógica de um granito não interessa ao indígena, interessa ao capital, para o indígena, o granito é parte da sua natureza. Dessa mesma forma, não interessa a um quilombola a concepção teórica de espaço vivido, pois ele sabe viver no seu lugar, tudo isso é uma preocupação acadêmica. Para Milton Santos (2004, p. 266), “o espaço está chamado a desempenhar um papel determinante na escravidão ou na liberação do homem”, e é na liberação do território que a geografia popular pode ser vista como mais um elemento importante no desmanche de parte das linhas abissais existentes no Brasil.

Há uma geografia *outsider* da geografia formal acadêmica, denominada como a “geografia do movimento”, produzida antes

de se chegar às universidades. Josué de Castro (1994) dizia que não foi na Sorbonne, ou em qualquer outra universidade, que conheceu o fenômeno da fome, ela se revelou para ele nos bairros de Recife. Talvez nós, os geógrafos, necessitemos retornar para essa geografia de Josué de Castro, uma geografia sem as redomas metodológicas impostas pela academia. Aliás, é preciso interrogar por que nomes como o de Josué de Castro, que desapareceram e foram proibidos nas universidades durante o período da Ditadura Militar, não reapareceram na Democracia? A própria geografia não se ocupa desse processo.

De acordo com Milton Santos (2004, p. 263), “a geografia ‘viúva do espaço’ não é a ciência espacial que deveria ser. [...] tal como ela é hoje, ajuda a desenvolver e a manter um saber ideológico”, portanto, uma geografia envelhecida não consegue acompanhar o dinamismo de novos vetores que originam outras geografias. Para se chegar à elaboração de pensamento é fundamental romper com as análises baseadas apenas nas cartografias oficiais e das grandes empresas, como também ultrapassar as linhas abissais impostas por metodologias rígidas às ciências, sobretudo, às ciências do território. Existe um “campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”; (SANTOS, B.S.; MENESES, 2010, p. 19) e essa é uma tarefa da qual a universidade do sul não pode se furtar a oferecer propostas.

O estudo da geografia popular fundamenta-se em análises fortemente amparadas na ciência geográfica, todavia, não se configura no domínio de nenhuma área científica. O seu estudo está no “encontro do concreto com o abstrato, da doutrina com o empírico com a vantagem de não prejudicar a evolução da ciência [...] sem que sinta a necessidade de impor princípios”. (SANTOS, M., 1991, p. 28) A geografia popular não se limita tão somente pelo ato físico de ultrapassar fronteiras, ou fomentada pelo pensamento intelectual. Estudar a geografia popular é reconhecer que existe um pensamento crítico na camada social excluída econômica e educacionalmente.

Por exemplo, a maioria dos sem-teto, com baixo nível de escolaridade, conhece e domina todas as diretrizes gerais da Lei nº 10.257 (Estatuto da Cidade).² É uma criticidade que não foi construída sob pensamentos clássicos, mas adquirida no cotidiano da geografia em que vivem, e nesse ponto, a geografia popular deve tentar se aproximar dessa crítica das ruas para perceber e identificar linhas abissais que foram impostas no território, visto que grande parte das linhas abissais são invisíveis, tanto quanto seus habitantes opacificados.

A geografia popular deseja ser mais uma opção de estudo sobre o território e suas dinâmicas, partindo de um pensamento original, que desapegue de formulações estrangeiras à realidade brasileira, da adoção constante, quase perene, de referenciais europeus e norte-americanos que analisam o sul, mormente, a partir de suas realidades, e a partir de suas histórias de colonizadores. Para Milton Santos (2002, p. 51), essa postura se configura num fator limitante

Na elaboração dos pensamentos brasileiro e latino-americano e em nossa própria visão de nós mesmos e do continente. É como se todos quiséssemos ser europeus e agora um pouco mais, porque também queremos ser norte-americanos. Até mesmo a elegância no dizer é copiada.

E aí se encontra outra luta, pois, para conseguir se desatar desses nós acadêmicos, será preciso também que a universidade brasileira, com suas bancas de julgamento de dissertações e teses, bem como as agências de fomento de pesquisas, percebam que há a necessidade de se pensar o Brasil a partir do Brasil. O problema está na recusa do país em reconhecer sua origem, ao invés disso, opta-se por copiar modelos de gerir o território totalmente estranho à sua cultura, contribuindo para que a população local, sobretudo aquela alijada de políticas públicas eficazes, mantenha-se confinada

.....

2 Ver: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya>,

no intervalo das linhas invisíveis, que são verdadeiras barreiras limitadoras da mobilidade pelo território nacional. Chega a ser uma perversidade a imposição de teorias e métodos criados e utilizados a partir dos países centrais nos trabalhos de conclusão de curso, em pesquisas de mestrados e doutorados brasileiros. Intenta-se solidificar a pesquisa brasileira através de pilares franceses, alemães, norte-americanos, que não estão interessados sobre o pensamento dos intelectuais brasileiros acerca deles, ao contrário, desejam que construamos análises a partir de suas ideologias, que continuemos a reproduzir a visão do colonizador. No documentário *Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá* (2006) o jornalista Eduardo Galeano (1940-2015) pergunta até quando nós (América Latina) vamos agir como macacos ou papagaios, que só sabem imitar. Assim, vive-se no período neocolonial, mormente, nas ciências humanas.

Mas, o que seria pensar o país a partir dele? Um caminho pode ser encontrado em algumas reflexões de Boaventura Sousa Santos (2010b), quando o geógrafo sugere a produção de teorias indígenas, uma alusão a nossa origem enquanto povo, a saber, produzir pensamentos próprios, baseados nas características de quem nós somos enquanto uma nação, em outras palavras, libertarmo-nos do colonialismo acadêmico, deixarmos de ser reprodutores de um pensamento eurocêntrico e norte-americano. Porém, tudo isso passa diretamente por uma revalorização dos “estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas”. (SANTOS, B.S., 2010b, p. 44) Daí essa análise ser direcionada à geografia e todas as outras ciências humanas e sociais. É fundamental valorizar as pesquisas em ciências humanas, pois, ainda que elas não tenham o caráter de ser aplicada, por outro lado, elas desempenham um papel fundamental na fomentação da criticidade de um país. E a criticidade leva à transformação na prática, tal como ocorre na geografia popular.

A elaboração do pensamento crítico tende a ser mais lenta que a invenção ou a inovação de um equipamento tecnológico, processo que é mais atrativo ao sistema capitalista. Por outro lado,

o pensamento crítico se mostra imprescindível na compreensão da dinâmica dos lugares, não sendo rara a adoção de ideologias produzidas nas ciências humanas e sociais como norteadoras de programas políticos nos mais diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Por mais redundante que possa parecer, é preciso que uma ciência humana tenha estreita relação com a sociedade, conquanto algumas variantes se instalem como empecilhos para que essa relação não seja natural.

O receio de se tornar popular fora do que se estabeleceu como parâmetro daquilo que se define como ciência faz com que alguns intelectuais procurem uma posição mais cômoda para não serem taxados de ativistas. Por outro lado, o intelectual considerado extremamente recluso em seu gabinete será visto como ausente das lutas sociais. Mas, essa visão dicotômica é superada imediatamente pelo intelectual que se nega a realizar essa diferenciação em seus estudos, e para a geografia popular, os dois são importantes, desde que haja neles sensibilidade com as questões que afetam os desfavorecidos de direitos e de território.

A intelectualidade tem que encontrar um meio que a aproxime da sociedade, pois pode correr o risco de que, um dia, a própria sociedade se rebele contra a universidade e comece a questionar o porquê da sua existência, sobretudo, dos departamentos de ciências humanas e sociais. A despeito disso, Milton Santos (1996, p. 7) faz uma observação contundente, afinal,

quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade.

E as ciências humanas, com todos os percalços de sua constituição científica, devem continuar a ser a ponte entre o povo e a universidade.

Por último, para além da sociologia e da geografia, Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos podem ser considerados como intelectuais do território, pois não enclausuraram seus pensamentos em suas ciências de formação, pensaram o território, sobretudo, sob uma ótica humanista. Os dois são exemplos modelares de como as ideias acadêmicas podem e devem estar conectadas com o povo, com as comunidades tradicionais e movimentos sociais, o que corrobora com a ideia de que “a universidade pública deve ter uma relação quase orgânica com a defesa e a preservação do conhecimento e experiência dos nossos povos indígenas, no ato de conseguir um multiculturalismo que seja mais eficiente”. (SANTOS, B. S., 2009a, p. 57) A popularização dos seus pressupostos teóricos criou uma identificação com os excluídos do desenvolvimento econômico, que tiveram seus ideais abraçados por movimentos sociais de várias vertentes, não obstante, Milton Santos tem seu nome em assentamentos de sem-terra, e Boaventura é responsável pelo projeto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), local onde as epistemologias do sul e a academia se permitem conviver, construindo uma ponte entre o conhecimento científico e o conhecimento popular oriundo das comunidades tradicionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a maior questão que esta reflexão suscita seja perguntar: o que o Brasil pretende fazer com o seu território? Continuar a produzir uma cartografia abissal, aumentando áreas com lugares opacos? Ao tomar como referência a postura dos nossos governantes, então, espera-se que as linhas abissais continuem sendo traçadas pelo território nacional. Alguns indícios apontam nessa direção, tais como: os estados pensados como ilhas à parte do território brasileiro, e como se estas ilhas pertencessem a um grupo ou família de políticos e grupos econômicos; a divisão regional existente nos estados, que é baseada apenas no vetor econômico; e o aprofundamento do bairrismo político, econômico e cultural entre os estados. Além disso, outros indícios são as cidades, que são zoneadas em bairros pobres e ricos, e vivem numa competição voraz pela atração de investimentos, assim como os estados entre si.

Ademais, o Governo Federal fomenta as competições entre estados e municípios, provendo com mais recursos os mais ricos, inclusive porque, nestes, estão os maiores colégios eleitorais. Uma das grandes questões postas nesse estágio de fragmentação territorial que o país vive, é que o Brasil, uma ex-colônia, não conseguiu tirar aprendizagens de todo o processo de divisões que sofreu ao longo de sua história. Por exemplo, no período das Capitânicas Hereditárias, todas elas competiam entre si, com forte segregação de sua população pobre, tal qual a relação atual entre os estados brasileiros.

Ao manter e alargar as linhas abissais através da política e da economia, a tendência é que o Brasil continue fragmentado. Contudo, essa reflexão não tem como escopo fazer uma apologia por uma

redivisão do território brasileiro, tendo como pretexto sua cartografia abissal. O cerne desta pesquisa se assenta basicamente em utilizar a ideia de geografia nova e das epistemologias do sul para revelar algumas linhas abissais e, conseqüentemente, identificar lugares opacos, e a partir das cartografias oficiais, propor outras formas de compreensão do território, conferindo visibilidade à dinâmica da geografia popular.

Alguns sujeitos políticos, como o Presidente da República, governadores de estado, prefeitos e legisladores brasileiros, necessitam compreender que um país com a quinta maior extensão territorial entre todos os países do globo, e com uma grande diversidade cultural, exige que haja diferentes formas de pensar a organização do território. Uma única forma de administrar essa diversidade de paisagens e de culturas acaba por se tornar perversa, pois efetuam um traçado de delimitação de terras em linhas que separam e segregam um mesmo povo.

O desconforto de quem está nos lugares opacos gera uma força para que indivíduos organizados ou não, sozinhos ou agrupados em movimentos, rompam com as linhas que os separam dos lugares luminosos. Quando isso acontece, outro pensamento de Milton Santos vem à tona: a revolução será feita por aqueles que estão nas camadas mais inferiores, os pobres. Ao realizar o desmanche dessas linhas, surgirá a possibilidade de outros mapas, municipais ou estaduais. Para Milton Santos (2002, p. 32), isso acontece porque as “regiões espoliadas, ou apenas esquecidas, devagar ou depressa se convencem de que vivem em situação de menoridade política, daí a vontade de emancipação”. Paradoxalmente, a criação de novas unidades federais poderá significar a construção de mais fronteiras, por outro lado, também pode significar respeito pela diversidade, liberdade, individualidade e visibilidade de lugares opacos. Por isso que os mapas podem ter funções e objetivos bem diferenciados. Eles podem ser, por exemplo, lugares de liberdade, territórios de confinamento, objeto de poder político e econômico.

Mas, como pensar em uma alternativa que não significasse apenas uma divisão territorial, tendo como causa uma insatisfação

popular ou política? Um caminho pode ser a adoção do modelo híbrido, em que novas cartografias sejam combinadas com as já existentes, o que poderia resultar na diminuição da quantidade de sul metafórico dentro do país e, assim, minimizar a tensão entre norte e sul do Brasil. Um exemplo pode estar na Constituição Plurinacional da Bolívia, que não tem nada a ver com a adoção de um sistema ideológico bolivariano, mas sobre aprender com modelos que privilegiam, sobretudo, as características históricas e culturais do país.

É inegável que o Brasil possui políticas públicas para povos tradicionais, como os descendentes de escravizados e indígenas, porém, longe de promover suas inserções no território brasileiro, geralmente esses povos vivem encurralados em suas reservas ou em quilombos, com participação inexpressiva no cotidiano dos municípios aos quais pertencem. Atualmente, a população indígena no Brasil se aproxima dos 900 mil habitantes e há cerca de 3 mil quilombolas, porém, a questão numérica é secundária se comparada à dívida social, e à usurpação dos direitos ao território, que o país tem com esses povos. No que se refere a essa dívida, de acordo com Boaventura Sousa Santos (2009b, p. 28),

Es el reconocimiento de que hay una deuda histórica y que no basta pensar en el futuro para resolver las cosas; es necesario un encuentro con el pasado y ese encuentro con el pasado es la parte más dolorosa porque no se reduce a palabras, se trata de políticas.

A democracia no Brasil não pode ser resumida ao cotidiano da maioria da população; a democracia tem que se adaptar também à multiculturalidade do seu povo. Portanto, um município que abriga em seu território comunidades indígenas e ou quilombolas não é democrático se estes não tiverem direito a, pelo menos, uma cadeira na câmara municipal. Um candidato quilombola ou indígena, dificilmente, será eleito dentro de um universo em que a quantidade de eleitores não indígenas ou não quilombolas é infinitamente superior à do eleitorado dos povos tradicionais.

No que se refere ao mapeamento das comunidades tradicionais, a questão é mais complicada, em razão de que recebem uma área demarcada, e essa demarcação é tanto protetiva quanto uma área de isolamento. A lentidão na demarcação de terras indígenas e quilombola é sempre uma celeuma em todos os níveis de poder. Para Boaventura Sousa Santos (2014b, p. 49) “essa recusa em enfrentar a questão não se limita aos órgãos judiciais, alcança também a administração pública em geral. [...] a paralisação reflete uma inação conjunta entre sistema judicial e sistema administrativo”. Essa dinâmica morosa conjugada com a falta de reconhecimento ou negligenciamento da cultura indígena no país está contribuindo para uma dizimação total dos primeiros habitantes das terras, que hoje denominamos “Brasil”. Também, não basta apenas demarcar as áreas das comunidades tradicionais, criando uma cartografia abissal, que as isole da convivência com outras áreas, e assim pensar que já se fez justiça.

Na Constituição da Bolívia, por exemplo, são as comunidades tradicionais que decidem se querem receber elementos da urbanização, ou se desejam integrar-se com o urbano. No Brasil, impõe-se ora o isolamento, ora uma integração forçada, há territórios das comunidades tradicionais que são considerados como distritos, em alguns, a interferência externa é tamanha que apresentam dinâmicas como em qualquer outra cidadezinha do interior do país; em outros, sequer existem energia elétrica, e o acesso é extremamente precário. O Governo Federal deveria perguntar a essas comunidades como elas desejam viver no seu território, e como pretendem se relacionar com outras cartografias do país. A maioria dessas comunidades vive um isolamento, muitas vezes, sendo objeto de pesquisas, ou sendo vendidas como um atrativo turístico. São também desamparadas por governos estaduais e municipais.

Os distritos que abrigam as comunidades negras, com suas diversas origens, continuam a ser relegados a um plano inferior no que diz a sua inserção ampla. Uma explicação para este tipo de tratamento pode estar no fato de que a maioria

dos administradores públicos, seja por descaso ou falta de conhecimento, não estabelecem projetos de preservação da cultura dos descendentes africanos; e com isso, certamente, a extinção destes povos passa a ser questão de tempo. (CERQUEIRA-NETO, 2009, p. 246)

É fundamental, pensando noutras formas de gerenciar o território, que o Governo Federal, junto com as comunidades tradicionais estabeleçam uma política em que esses povos tenham efetiva participação na vida dos municípios em que estão inseridos. De outro modo, não se pode querer que uma reserva indígena ou um quilombola se comunique dentro de um sistema em que os seus territórios sejam inferiorizados hierarquicamente, inclusive, em todas as escalas de governo.

Se aqueles que comandam o Brasil têm realmente consciência da multiculturalidade do país, assim como da sua dimensão territorial, então, não se pode conceber a continuidade de modelos únicos de gestão do território, visto que, dentro do país, é possível encontrar “outros saberes, não científicos nem filosóficos, e, sobretudo, os saberes não ocidentais”. (SANTOS, B. S., 2002a, p. 241) E são os detentores desses saberes que, geralmente, sofrem com as linhas abissais, tratados como algo exótico e exógeno na geografia brasileira, e como se não bastasse, ainda possuem ínfimos mecanismos de superação.

Cartograficamente, o território brasileiro ainda convive com mapas obsoletos, que efetivamente não têm nenhuma função para explicar a dinamicidade brasileira no século XXI, como, por exemplo, o petrificado mapa das cinco grandes regiões. Quanto aos mapas dos estados, estes ainda se mantêm em função de o Brasil ser uma República Federativa organizada político-administrativamente em divisões estaduais. Por outro lado, são territórios de poder dos clãs políticos tradicionais que, mormente, veem nos estados a extensão dos seus negócios particulares.

As atuais cartografias do Brasil mostram que os mapas exercem duas funções, uma de instrumento de poder e a outra de segregação. São instrumentos de poder a partir do momento em que o território é

demarcado como uma posse vitalícia por aqueles que detêm o poder político e ou econômico. E os mapas segregam quando são traçados com objetivo de delimitar um território, sobretudo, para alijar as comunidades tradicionais da vida social, econômica e cultural do território brasileiro. Mapas delineados com esse objetivo específico também são produzidos no meio urbano, vide a falta de infraestrutura, a dificuldade de mobilidade que moradores das periferias, no âmbito urbano, têm para chegar até ao trabalho ou a escola.

Ao propor críticas aos mapas oficiais, este livro não contesta a importância que a cartografia tem para diversas atividades, bem como o seu uso no apoio de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento. As críticas são direcionadas, principalmente, para os governantes que se utilizam dos limites cartográficos para implantação de linhas abissais entre as cidades e seus distritos, as cidades e as comunidades tradicionais, entre as próprias cidades, e as grandes fronteiras colocadas entre um estado e outro.

O uso dos mapas deveria ser repensado. O território, no seu sentido físico, estará sempre no mesmo lugar, com suas características geológicas e geomorfológicas, a não ser que haja uma grande perturbação de causas naturais. Porém, diferentemente do território físico, os mapas mentais e sociais, bem como as pessoas, estão em constante transformação, inclusive, produzindo e requerendo novas formas de utilização do território. E nesse sentido, o território é a própria geografia e vice-versa, visto que para a geografia, em sua totalidade, na amplitude do seu significado, o ambiente físico não se dissocia do social, justamente porque “a distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade” (SANTOS, B. S., 2010b, p. 37), favorecendo, nesse caso, uma análise mais holística da dinâmica territorial.

O poder público implanta, no território, sistemas administrativos como se estes fossem acompanhar o tempo geológico na sua permanência. Ou será que é imaginável que daqui a 100 anos, que é ínfimo para tempo geológico, esse modelo de administrar o território estará em vigência? Será possível gestar um modelo político-administrativo

sem a necessidade dos mapas dos estados? Um planejamento territorial que não erga barreiras, mas que saiba entender as zonas de transições? Que não distinga zonas pobres de ricas, de chuvosas de seca etc.? A dinâmica dos biomas brasileiros pode servir de inspiração, pois, pertencem ao mesmo território físico, sendo que cada um possui características distintas, fazem a transição natural entre eles, e se destacam por uma convivência harmônica. No Brasil, a política de enquadramento dos estados numa mesma região, e a ideia de que os estados detêm a capacidade de determinar uma única cultura para toda sua demarcação territorial é também uma tentativa de homogeneização.

O estudo sobre a geografia popular possibilita compreender como e por que os movimentos sociais transgridem as imposições cartográficas das geografias oficiais, mostrando que os mapas existentes no Brasil não servem mais como ordenamento territorial, justamente, porque há em germe uma desordem cartográfica, que traz, no seu bojo, a luta pela conscientização do sentido de pertencimento da sociedade brasileira em relação ao território nacional. Todavia, essa conscientização não tem apenas o sentido de afetividade pela terra em que nasceu, mas também de pensar que a violência contra a mulher, que o desmatamento, que o crime organizado, a precariedade da justiça, a pobreza e a miséria, a dizimação de indígenas, a corrupção, as péssimas condições escolares e hospitalares, o analfabetismo, tal como o petróleo do pré-sal e outras riquezas minerais, não devem ser índices ou percentagens de algum estado, são, sobretudo, questões nacionais.

Durante uma palestra realizada no ano de 2013, na Universidade Nacional Autônoma do México, Boaventura de Sousa Santos disse que deveríamos *“transformar nossas teóricas críticas em práticas políticas através ou a partir da última onda de movimentos de protestos em várias partes do mundo”*; e é nesse contexto, tendo a percepção de que *“o mundo mudou, e complicaram-se os instrumentos elaborados para a sua compreensão”* (SANTOS, M., 1991, p. 60), cabe à geografia científica se renovar para continuar a ser uma ciência que

explica o mundo em que vivemos. Nesse sentido, a proposta de estudar os movimentos da geografia popular pode ser uma contribuição para a estruturação de pesquisas sobre a fragmentação do território brasileiro através das linhas abissais, da resiliência das epistemologias do sul e da geografia nova para contrapor as cartografias oficiais instaladas atualmente no Brasil.

Os estudos sobre as cartografias macrorregionais mostram que um país que tenta se integrar dividindo o seu povo em mapas econômicos ou em grandes regiões, com divisões discriminatórias, não pode realmente esperar que seus projetos de integração sejam bem-sucedidos. O desmanche das linhas abissais não significa que ele irá resolver a questão da unificação do país, mas, por outro lado, a quebra de linhas abissais pode simbolizar um passo em direção a um Brasil com menos mapas, ou com outros mapas que possam indicar um cenário menos abissal e de reconhecimento efetivo das diferenças. Sendo assim, talvez, a maior contribuição deste livro esteja na fomentação, em âmbito acadêmico, para o aprofundamento de pesquisas e debates sobre a fragmentação do território brasileiro, e, ao mesmo tempo, em buscar caminhos para a superação das fronteiras internas, ou seja, a tão sonhada integração nacional.

REFERÊNCIAS

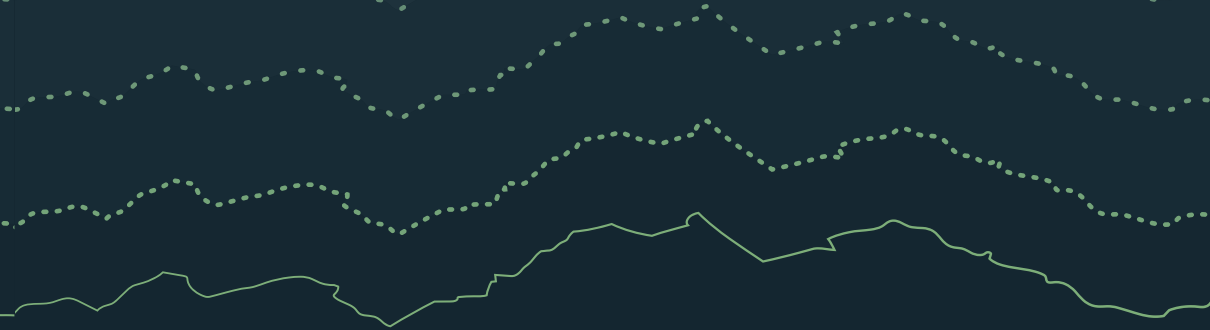
- A BAHIA é uma só, não se divide. Brasil 247, [s. l.], 6 jul. 2011.
Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/a-bahia-e-uma-so-nao-se-divide>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica*. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O povo e o poder*. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Plano de Referência Urbanística da Zona Turística de Porto Seguro*. Porto Seguro: Urplan, 1997.
- BUARQUE, Cristovam. Nordeste: quinhentos anos de descoberta.
In: SACHS, Ignaci; WILHEIM, José; PINHEIRO, Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 370-393.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Discussões acerca das relações do território da Comunidade Negra de Helvécia, Nova Viçosa/BA. *In*: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 4.; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 13., 2013, Fortaleza. *Anais[...]*. Fortaleza: UFC, 2013. p. 1-22.
- CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Epistemologias do sul e a nova geografia: por uma geografia popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *Revista Cronos*, Natal, v. 18, n. 1, p. 68-88, 2017.

- CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de; SANTOS, Camilla Jardim Peixoto. A ciência e a tecnologia na visão de Milton Santos. *GeoTextos*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 209-225, 2017.
- CIGOLINI, Adilar Antonio; NOGUEIRA, João Francisco. Territorialização e novos estados no Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 16, n. 418, 2012.
- CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Tradução: José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO. *Relatório Anual para informação ao consumidor – 2011*. Sistema de Abastecimento de Água do Município de UMA. [Bahia: s. n.], 2011.
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO. *Relatório Anual para informação ao consumidor*. [Bahia: s. n.], 2014.
- ENCONTRO com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá. Direção: Sylvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas. 2006. 1 DVD (90 min). Documentário.
- FERRÃO, João. Território, última Fronteira de Cidadania?. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 24, p. 7-15, 2002.
- FESTAS e gafes nos 500 anos do Brasil: comemorações e manifestações marcaram a data em diversos estados. *Jornal O Globo*, São Paulo, 30 jul. 2013.
- FÍBRIA. [Relatório]. [São Paulo]: Fíbria, 2014.
- FRUTO do Suor. Intérprete: Grupo Raíces de América. In: SOY loco por ti América: os anos Eldorado. Intérprete: Grupo Raíces de América. [S. l.: Eldorado], 1982. 1 CD, faixa 10
- GUIA Turístico Virtual Nova Viçosa. *Guia Nova Viçosa*, Nova Viçosa, 2001. Disponível em: http://www.novavicoso.com.br/?pg=novavicoso/distritos_povoados. Acesso em: 17 jan. 2013.
- IBGE. *Atlas escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, [2012].
- IBGE. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. Rio de Janeiro, 2013.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- MENDONÇA JÚNIOR, Érico Pina; GARRIDO, Inez Maria Dantas; VASCONCELOS, Maria do Socorro Mendonça. *Turismo e desenvolvimento socioeconômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia-Brasil*. Salvador: Omar, 2000.

- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- NOVA VIÇOSA (BA). Lei nº 1.751, 27 de julho de 1962. Estaura o Município de Nova Viçosa, desmembrado dos De Mucurí, e Caravelas e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: seção 1, Nova Viçosa, 27 jul. 1962.
- O POVO Brasileiro. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Produção Executiva: Zita Carvalhosa. São Paulo: Paulus Vídeo, 2000. 2 DVD (280 min). Documentário sobre o pensamento de Darcy Ribeiro.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Território mental: a chave do ser humano. Entrevista cedida a Marcus Tavares. *Revistapontocom*, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://revistapontocom.org.br/entrevistas/territorio-mental-a-chave-do-ser-humano>. Acesso em: 27 out.2016.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Território Mental, o nó górdio da democracia. *Revista Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 76-81, 2009. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/DV42_artigo4.pdf. Acesso em 18 nov. 2016.
- PAIXÃO. Intérpretes: Kleiton e Kledir. In: KLEITON e Kledir. Intérpretes: Kleiton e Kledir. [S. l.]: Ariola Records, 1981. 1 CD, faixa 8.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Viginia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). *Pistas do método da cartografia*: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RODA Viva. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: TV Cultura, 1997. 1 DVD (85 min).
- SANTANA, Gean Paulo Gonçalves. *Entre o dito e o não dito - conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola: uma análise a partir da Comunidade de Helvécia - extremo sul da Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, DF, n. 2, p. 10-18, 2009a.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O direito dos oprimidos*. Coimbra: Almedina, 2014a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 31-83.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. Coimbra: Almedina, 2014b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2013a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar el estado y la sociedad: desafíos actuales*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 65, p. 3-76, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2002c.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010b.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006. (Coleção Milton Santos, v. 1).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

- SANTOS, Milton. O lugar no cotidiano. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do sul.* São Paulo: Cortez, 2010. p. 584-602.
- SANTOS, Milton. O mundo não existe. Entrevista cedida a Revista Veja. *Revista Veja*, São Paulo, ano 27, n. 46, 1994.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.* São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.* 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem.* São Paulo: EdUSP, 1982.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica a geografia a uma geografia crítica.* 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.* 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SILVEIRA, Roberison; VITTE, Antonio Carlos. *Debata e epistemologia na gênese da geografia moderna.* *In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA*, 12., 2010, Porto. *Anais [...]*. Porto: Universidade do Porto, 2010. v. 1, p. 5-20.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.



Certamente que um livro que foi construído num processo de reflexão dentro de um programa de estágio de pós-doutorado tem como escopo produzir uma contribuição voltada para determinadas áreas do conhecimento, isto é, direcionado para o ambiente acadêmico. Entretanto, teve-se o cuidado de que este livro pudesse ser compreendido por pessoas de diferentes níveis de formação.

A sociedade não poderia ser excluída, tendo em vista que sua dinâmica foi a principal inspiração do que chamamos de geografia popular. O diferencial do livro está na dimensão social, com toda sua complexidade. É um ponto de interface dialógica para as abordagens analíticas tanto de Milton Santos quanto de Boaventura de Sousa Santos. Dessa forma, a abordagem integrada dessas duas vertentes, inegavelmente, contribui para uma leitura alargada e ampla da dinâmica social.



ISBN 978-65-5630-023-8



9 786556 300238